

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

MAIRA GRACIELA DANIEL

**DILEMAS DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E SEUS
VÍNCULOS COM OS FLUXOS COMUNICATIVOS PRIMÁRIOS:
A EXPERIÊNCIA DA RÁDIO COMUNITÁRIA NO BAIRRO
RESTINGA.**

PORTO ALEGRE – RS

2008

MAIRA GRACIELA DANIEL

**DILEMAS DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E SEUS
VÍNCULOS COM OS FLUXOS COMUNICATIVOS PRIMÁRIOS:
A EXPERIÊNCIA DA RÁDIO COMUNITÁRIA NO BAIRRO
RESTINGA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Inserida na linha de pesquisa Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi.

PORTO ALEGRE – RS
2008

MAIRA GRACIELA DANIEL

**DILEMAS DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E SEUS
VÍNCULOS COM OS FLUXOS COMUNICATIVOS PRIMÁRIOS:
A EXPERIÊNCIA DA RÁDIO COMUNITÁRIA NO BAIRRO
RESTINGA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Inserida na linha de pesquisa Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em ____ de dezembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi (PUC-RS)

Prof. Dr. Jairo Ferreira (UNISINOS)

Prof^a. Dr^a. Élide Rubini Liedke (UFRGS)

Orientador: Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi (UFRGS)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO(CIP)
BIBLIOTECÁRIO RESPONSÁVEL: Tatiane Soares Jesus CRB-10/1871

D184 Daniel, Maira Graciela

Dilemas da construção do espaço público e seus vínculos com os fluxos comunicativos primários : a experiência da rádio comunitária no bairro Restinga / Maira Graciela Daniel. — Porto Alegre : 2008.

126f. : il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, BR-RS, 2008. Orientador : Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi.

1. Esfera pública. 2. Rádio comunitária. 3. Fluxos comunicativos primários. I. Fedozzi, Luciano Joel. II. Título.

CDD 809.935

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer de forma especial aos meus pais, Hilário e Maria, pelo apoio incondicional e exemplo de coragem e perseverança.

Agradeço ao orientador desse trabalho, Luciano Fedozzi, pelo incentivo e qualificação na orientação do estudo.

Agradeço de forma especial a professora Selva Chirico, que desde minha graduação acompanha e incentiva os trabalhos por mim desenvolvidos.

Aos colegas de Mestrado, Turma 2006/01, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Obrigada a todos meus amigos, grandes amigos, que vivenciaram junto comigo essa experiência. Há um pouco de vocês nas páginas desse trabalho.

Agradeço àqueles que contribuíram concedendo entrevistas e informações necessárias para a realização desta pesquisa.

Obrigada aos meus alunos de ensino médio noturno de Sapucaia do Sul pelo aprendizado sobre a vida.

O valor do popular não reside na sua autenticidade ou beleza, mas na sua representatividade sócio-cultural, na sua capacidade de materializar e de expressar o modo de viver e de pensar as classes subalternas, as maneiras como sobrevivem e as estratégias através das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica e integram e fundem com o que vem da sua memória histórica.
Martín-Barbero.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema a constituição da esfera pública no contexto brasileiro. Hannah Arendt e Jürgen Habermas desenvolveram análises fundamentais para a definição conceitual da esfera pública, sendo ela compreendida, nesta pesquisa, como um espaço de discussão com predominância do agir comunicativo. No Brasil, a formação dessa esfera deu-se de forma problemática, havendo a prevalência de valores como patrimonialismo, paternalismo e confusão entre a esfera pública e a esfera privada. O estudo da Rádio Quilombo FM, uma rádio comunitária, localizada no bairro Restinga, periferia da cidade de Porto Alegre/RS, objetiva analisar a relação estabelecida entre os fluxos comunicativos primários e a rádio comunitária, buscando perceber de que forma a esfera pública, que pode a partir disso ser formada, colabora para o rompimento com as formas tradicionais de sua constituição, propiciando ou não a criação de uma esfera pública alternativa de caráter democrático. A metodologia proposta na pesquisa foi qualitativa com uso de observação participante e entrevistas em profundidade como técnicas de investigação.

Palavras-chave: Esfera pública. Rádio comunitária. Fluxos comunicativos primários.

ABSTRACT

The theme of this Master's dissertation is the constitution of the public sphere in the Brazilian context. Hannah Arendt and Jürgen Habermas developed fundamental analyses for the conceptual definition of the public sphere, understood, in this research, as a space for discussion with predominance of the communicative acting. In Brazil, the constitution of this sphere was done in a problematic way, prevailing values such as patrimonialism, paternalism and confusion between the public sphere and the private one. The objective of studying Radio Quilombo FM, a community radio in Restinga neighborhood, suburbs in the city of Porto Alegre/RS, is to analyze the relationship established between the primary communication fluxes and a community radio, trying to perceive how the public sphere contributes to the rupture with the traditional ways of its constitution, allowing or not the creation of an alternative public sphere with democratic character. The methodology proposed in this research was qualitative, with the use of participant observation and in-depth interviews as techniques of investigation.

Key-words: Public sphere. Community radio. Primary communication fluxes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Situação da radiodifusão comunitária no país	56
Quadro 2 – A programação	65
Quadro 3 – Temáticas	66
Figura 1 – Mapas de localização do Bairro Restinga	73
Figura 2 – Localização de escolas no bairro Restinga	76
Figura 3 – Situação de renda pelos responsáveis por domicílios	77
Figura 4 - Escolaridade média dos responsáveis familiares	78
Figura 5 – Retrato da Esplanada.....	80
Figura 6 - Rádio na Esplanada.....	80
Figura 7 – Localização de parques e praças	81
Quadro 4 - Quadro síntese.....	86
Quadro 5 – Programação.....	102
Quadro 6 – Momentos de intersecção	111

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ESFERA PÚBLICA NA MODERNIDADE	12
2. 2 A MATRIZ HISTÓRICA NA CONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.....	17
2. 3 A DECADÊNCIA DA ESFERA PÚBLICA BURGUESA	22
2. 4 O MODELO DISCURSIVO DA ESFERA PÚBLICA	23
2. 5 ESFERA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	26
3 ESFERA PÚBLICA E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL	33
3. 1 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	33
3. 2 CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1970 – 1980): AMPLIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, SURGIMENTO DE NOVOS ATORES SOCIAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS NO BRASIL.....	43
4 RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO OBJETO DE ESTUDO	47
4. 1 COMUNICAÇÃO POPULAR: (RE)PENSANDO O USO DO RÁDIO COMO EMISSORA COMUNITÁRIA.....	47
4. 2 RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO BRASIL.....	52
4. 3 RÁDIOS COMUNITÁRIAS E O ESPAÇO PÚBLICO.....	57
4. 4 O CASO DA RÁDIO COMUNITÁRIA NO BAIRRO RESTINGA EM PORTO ALEGRE	59
4. 4. 1 A história	59
4. 4. 2 A programação	64
5 METODOLOGIA, TÉCNICAS DE PESQUISA E HIPÓTESE DA INVESTIGAÇÃO	68
5. 1 METODOLOGIA.....	68
5. 2 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	70
5. 2. 1 Entrevistas.....	70
5. 2. 2 A observação participante	71
5. 3 CENÁRIO: BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO RESTINGA	73
5. 3. 1 A Restinga hoje	75
5. 4 HIPÓTESE DA INVESTIGAÇÃO.....	81
5. 5 OBJETIVOS	85
5. 6 PARTÍCULAS DE ANÁLISE.....	85
6 O ESTUDO DO CASO DA RÁDIO COMUNITÁRIA, RÁDIO QUILOMBO FM, LOCALIZADA NO BAIRRO RESTINGA EM PORTO ALEGRE.....	87
6. 1 DIMENSÃO INTERATIVA: FLUXOS COMUNICATIVOS PRIMÁRIOS.....	87
6. 1. 1 Tematização de discussões comunitárias.....	87
6. 1. 1. 2 Inserção em movimento social	87
6. 1. 1. 3 Experiências para além da transmissão radiofônica	89
6. 1. 2 Articulação entre espaços do bairro e a rádio	91
6. 1. 2. 1 A organização	91
6. 1. 2. 2 Relacionamento com a comunidade do bairro Restinga	93
6. 1. 2. 3 Questões relativas à sustentabilidade da Rádio Quilombo FM.....	96
6. 1. 2. 4 Visões sobre o futuro da rádio comunitária	99

6. 1. 2. 5 O caráter da rádio: comercial ou comunitária	101
6. 2 DIMENSÃO INTERATIVA: RÁDIO COMUNITÁRIA.....	102
6. 2. 1 Apropriação do espaço destinado à discussão dentro da rádio comunitária.....	102
6. 2. 1. 1 A programação	102
6. 2. 2 Construção de pautas conjuntas	107
6. 2. 2. 1 A audiência	107
6. 3 Momentos de Intersecção.....	111
7 CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
ANEXO A - ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA.....	121
ANEXO B - CÓDIGO DE ÉTICA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS.....	123
ANEXO C - NOTÍCIA SOBRE O A APREENSÃO DOS EQUIPAMENTOS DA RÁDIO RESTINGA FEITO PELA ANATEL EM 2004.....	126

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é conclusão de um processo iniciado em meados do ano de 2006 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esta dissertação procura desenvolver uma discussão sobre a temática de construção da esfera pública e a possibilidade de ligação desta com os fluxos comunicativos provindos dos espaços primários no desenvolvimento da comunicação. Aborda, também, a temática das características constitutivas da sociedade brasileira. Nas raízes formativas dela, encontram-se desenvolvidos processos sócio-históricos que obstruíram a constituição de uma esfera pública, de valores democráticos e de cidadania e por isso o Estado e a sociedade brasileira constituíram-se permeados de valores como autoritarismo, patrimonialismo e paternalismo.

O trabalho de pesquisa foi feito em uma rádio considerada de caráter comunitário, localizada no bairro Restinga na periferia de Porto Alegre, a chamada Rádio Quilombo FM. A hipótese que levou ao processo dissertativo versa sobre a possibilidade de a articulação entre os espaços comunicativos primários e a rádio comunitária poder estar se constituindo como experiência de construção de uma esfera pública democrática alternativa, rompendo, assim, com os valores patrimonialistas e autoritários. Essa condição requer uma relação de autonomia da rádio em relação aos imperativos sistêmicos (do poder e do mercado) e o predomínio do agir comunicativo na captação dos fluxos do mundo da vida e dos espaços comunicativos primários.

Os objetivos que a dissertação procura cumprir são definidos de acordo com a hipótese e buscam analisar as relações existentes entre os espaços comunicativos primários a rádio comunitária e, também, de que forma essa relação pode tornar possível, ou não, a construção de uma esfera pública discursiva.

A estrutura do trabalho está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata de questões históricas do conceito de esfera pública desenvolvido pelos autores Hannah Arendt e Jürgen Habermas e se intitula *Esfera pública na modernidade*. O objetivo é construir uma genealogia do conceito de esfera pública, uma vez que a dimensão histórica e sociológica deste conceito acompanhou as transformações do Estado moderno. O capítulo é construído a partir da apresentação dos conceitos desenvolvidos principalmente pelos autores acima citados.

O segundo capítulo, *Esfera pública e sociedade civil no Brasil*, trata especificamente do desenvolvimento da esfera pública no Brasil. Através da utilização de conceitos desenvolvidos por autores como Sergio Buarque de Holanda, Simon Schwartzman e Raymundo Faoro, procurou-se discutir como se constituiu a esfera pública articulada com a

sociedade civil no contexto histórico brasileiro. Existe uma peculiaridade que caracteriza a constituição da chamada sociedade civil brasileira, que é a constante permanência de valores como o autoritarismo, indistinção entre o que é público e que é privado, personalismo, e patrimonialismo, inclusive nas relações desenvolvidas cotidianamente. Esses valores permeiam as formas dos relacionamentos em todas as esferas vivenciadas pelos atores sociais no Brasil, o que se configura, segundo os autores citados, desde o processo de herança deixado pela colonização portuguesa.

O terceiro capítulo chama-se *Rádios comunitárias como objeto de estudo* e apresenta como objetivo demonstrar o histórico das rádios comunitárias no mundo e suas influências na radiodifusão comunitária no contexto brasileiro. O surgimento das rádios de caráter comunitário no Brasil está inserido no contexto da redemocratização, num momento em que há ampliação da sociedade civil, surgimento de novos atores sociais, espaços públicos e um novo conceito de comunicação, a comunicação comunitária. Por fim, há a apresentação do histórico da rádio comunitária que é objeto desse estudo, a Rádio Quilombo FM, localizada no bairro Restinga, periferia da cidade de Porto Alegre/RS.

No quarto capítulo intitulado *Metodologia, técnicas de pesquisa e hipótese da investigação* é apresentada a abordagem dada a pesquisa. Através do uso de técnicas de investigação como observação participante, caracterizada pelo envolvimento cotidiano no contexto estudado; entrevistas semi-estruturadas com perguntas feitas em profundidade aos organizadores e ouvintes dos programas desenvolvidos na rádio; além da audição dos programas da Rádio Quilombo FM, pretendeu-se analisar a articulação existente entre a rádio e os espaços comunicativos primários do bairro, assim como de que modo esse entrelaçamento possibilita a composição de uma esfera pública alternativa. É também desenvolvido nesse capítulo a caracterização, através do destaque de elementos históricos e sociais, do cenário estudado, o bairro Restinga, que nasceu junto com um processo de favelização presente também em outros grandes centros urbanos nos anos 60 e 70.

No quinto capítulo, *O estudo do caso da rádio comunitária, Rádio Quilombo FM localizada no bairro Restinga em Porto Alegre/RS*, há a apresentação das etapas do trabalho investigativo. A constituição da esfera pública, representada pela interação entre a rádio comunitária e os fluxos comunicativos primários são os conceitos fundamentais utilizados na análise. Através deles foram estabelecidos indicadores de análise que nortearam o processo de finalização e conclusão da pesquisa.

2 ESFERA PÚBLICA NA MODERNIDADE

A relação público/privado vem sendo tematizada desde a sua concepção original na Grécia antiga e ressignificada ao longo do século XX. Com efeito, a utilização do conceito de esfera pública aborda a dimensão histórica e sociológica que acompanhou as transformações do Estado moderno, ou seja, a formação de uma terceira arena societária, que se localiza entre a sociedade civil e o Estado.

Hannah Arendt e Jurgen Habermas são os autores mais destacados pela produção teórica em torno do tema da esfera pública. No entanto, vários autores desenvolveram a temática da esfera pública burguesa e suas formas.

Para Marx, nas formas de liberdade contratual burguesa apresentam-se novas relações de poder, como entre proprietários e assalariados, sendo que a constituição de uma opinião pública, para o autor, é a constituição de uma falsa consciência, pois ela “esconde de si mesma o seu verdadeiro caráter de máscara do interesse de classe burguês” (HABERMAS, 1984, p.149). Para Hegel a concepção de esfera pública burguesa é desativada, “por que a sociedade, anárquica e antagônica, não representa a esfera emancipada de dominação e neutralizada quanto ao poder, do intercâmbio de pessoas privadas autônomas, capaz de converter autoridade política em autoridade racional” (HABERMAS, 1984, p. 147) ¹.

Arendt ao definir o conceito de esfera pública, primeiro define o termo público. Ela o define de duas formas que são correlacionáveis. A primeira, é a que se refere a aparência, ou seja, o que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, o que constitui a realidade, ou seja, o público se refere a tudo que vem a público. Segundo a autora,

A nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir das trevas da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz mais intensa da esfera pública (ARENDDT, 2000, p. 61).

A segunda forma trata o termo público como tudo que é comum a todos nós e diferente do lugar particular que nos cabe dentro dele. Portanto, “a esfera pública, enquanto

¹ Para melhor entendimento das diferentes concepções a respeito da esfera pública em Habermas e Marx, ver: AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo: Perspectiva – Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros” (ARENDDT, 2000, p. 62).

A esfera pública, para Arendt, deve priorizar a pluralidade humana, respeitando as diferentes posições, mas buscando sempre um acordo mútuo. O mundo comum, isto é, a esfera pública, perde seu sentido de existência ao ser encarada em um só aspecto, permitindo assim, somente a perspectiva de alguns.

No livro *A condição humana* (2000), Arendt formula os conceitos de espaço público e privado a partir da análise que empreende sobre a concepção grega. De acordo com a autora, na pólis grega as esferas do público e privado permaneciam demarcadas, sendo que a esfera privada estava vinculada ao espaço da família, espaço da necessidade e do poder autoritário. Segundo Arendt:

O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem compelidos por suas necessidades e carência. A força compulsiva era a própria vida, os penates só deuses do lar, eram segundo Plutarco, ‘os deuses que nos fazem viver e alimentar o nosso corpo’; e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia de outros. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar (ARENDDT, 2000, p.39-40).

Ainda para a autora

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no Estado nacional (ARENDDT, 2000, p. 37).

Toda a atividade econômica que se referisse a preservação da vida, remetia ao campo da necessidade, portanto a esfera privada. Apenas seria livre aquele que estivesse liberto do campo da necessidade. Somente homens em estado de liberdade, ausência de relações de domínio e preocupação com a existência, poderiam realizar a efetiva capacidade humana, ou seja, pensar, discutir, agir. No espaço público existe a possibilidade de concretização da própria realidade, sendo o público entendido como o próprio mundo. “A esfera da pólis, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na polis” (ARENDDT, 1999, p.40).

Conforme Longhi, baseando-se em Arendt:

esses espaços eram bem demarcados: o público e o privado. O primeiro representava o espaço da aparência: a esfera de iguais, construindo a mais profunda diferença e garantindo assim a realização da condição humana. O segundo apresentava o espaço da premissa e da submissão, ou seja, da privação (LONGHI, 2006, p. 48).

Portanto, Hannah Arendt construiu a noção do espaço público e de sua íntima vinculação com o conceito de cidadania, ao relacionar o conceito de espaço público com o mundo compartilhado com os outros. “A pólis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer iguais, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade” (2000, p. 41). Este não faz parte da propriedade privada dos indivíduos e também não está vinculado ao poder do Estado. Neste espaço, para existir a democracia, deve prevalecer o princípio da igualdade, resultante da organização humana através das instituições, em contraste com a diversidade humana do mundo privado. Para Arendt, o espaço público é o espaço onde os homens, por meios discursivos, da convivência com a pluralidade humana, podem compartilhar a construção de um mundo comum legitimado pelo reconhecimento público. O espaço público é o espaço do reconhecimento da pluralidade onde ocorre a construção de um mundo comum, e onde há o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo.

Ainda para a autora

a riqueza privada, portanto, tornou-se condição para uma admissão à vida pública não pelo fato do seu dono estar empenhado em acumulá-la, mas ao contrário, por que garantia com razoável certeza que ele não teria que prover para si mesmo os meios do uso e do consumo, e estava, livre para exercer a atividade política (ARENDR, 2000, p.74).

Esses dois espaços, ainda para Arendt, permaneciam bem demarcados no mundo da antiga Grécia. A pólis grega seria o exemplo de um tipo de sociedade eliminada pelo mundo moderno.

Na raiz da consciência política grega encontramos uma clareza e eloquência sem par na definição dessa diferença. Nenhuma atividade que servisse à mera finalidade de garantir o sustento do indivíduo, de somente alimentar o processo vital, era digna de adentrar a esfera política (ARENDR, 2000, p.46).

De acordo com Arendt essas são as caracterizações de uma esfera pública e privada. A autora, segundo Telles (1990), parte do entendimento do fim do espaço público na sociedade moderna. A partir disso, apresenta a dissolução de um mundo comum construído através da

participação e reconhecimento da existência de um destino comum entre os homens². Conforme Telles (1990), “a perda do espaço público significa a privação de um mundo compartilhado de significações a partir do qual a ação e a palavra de cada um podem ser reconhecidas como algo dotado de sentido e eficácia na construção de uma história comum” (TELLES, 1990, p. 29). É a partir de três registros que a noção de espaço público se constrói. Primeiro, há o destaque de que o espaço público é o lugar da visibilidade, pois “é a visibilidade pública que constrói a realidade”. O mundo comum construído pelo aparecimento, apenas pode ser assim constituído através da sociabilidade específica do mundo comum, e por meio da pluralidade, ocorre a emergência de um espaço transcendente da vida pessoal.

Se o espaço público constrói um mundo comum entre os homens, este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável e que, portanto, se diferencia das experiências estritamente subjetivas e pessoais que podem dar validade na dimensão privada da vida social, mas que ‘não são adequadas para ingressar em praça pública e perdem toda validade no domínio público’ (TELLES, 1990, p. 31 – 32).

O segundo apontamento de Arendt a respeito da constituição da esfera pública e sua decadência no mundo moderno traduz a relevância da singularidade que se torna reconhecível no espaço em que há liberdade para visibilidade e reconhecimento. Singularidade que é construída pela ação e pelo discurso, num espaço que existe pluralidade humana. A ação está vinculada ao discurso, pois para Arendt, a ação necessita do aparecimento para atingir sua completude, precisa da palavra e do testemunho dos outros para que sua obra se complete no mundo. Devido a isso, com o fim do espaço público as possibilidades de recriação de alguma tradição seriam nulas, pois a narração não teria mais espaço de se efetivar.

Sem a ação para pôr em movimento no mundo o novo começo de que cada homem é capaz por haver nascido, não há nada que seja novo debaixo do sol; sem o discurso para materializar e celebrar, ainda que provisoriamente, as coisas novas que surgem e resplandecem, não há memória; sem a permanência duradoura do artifício humano, não haverá recordação das coisas que têm de suceder depois de nós e sem o poder, o espaço da aparência produzido pela ação e pelo discurso desaparecerá tão rapidamente quanto o ato e a palavra viva (ARENDR, In: Telles, 1990, p. 36).

No terceiro ponto de discussão, Arendt destaca o caráter de comunidade politicamente organizada presente no espaço público. Entretanto para a autora, a política apresenta-se mediada pela lei. A sua compreensão de lei ultrapassa a questão prescritiva, apresentado-a

² Hannah Arendt constrói sua argumentação a partir dos reflexos dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, e do fenômeno totalitário.

com a função de ‘erigir fronteiras e estabelecer canais de comunicação entre os homens’, sendo que as fronteiras “são para a existência política do homem o que a memória é para a existência histórica: garantem a preexistência de um mundo comum, a realidade de uma continuidade que transcende o espaço da vida individual de cada geração” (Arendt, In: TELLES, 1990, p. 38). O papel das leis está, portanto, em delimitar o espaço onde ocorre a interação política.

A noção de direito, dessa concepção derivada, “faz referência, antes de tudo, a uma forma de sociabilidade política e, nesse caso, o direito só pode existir no exercício efetivo de direitos” (TELLES, 1990, p. 39). Ter direitos abrange estar inserido em uma comunidade política e fazer parte das ações e opiniões dentro do espaço de deliberação. Conforme aponta a autora:

O ser humano que perdeu seu lugar em uma comunidade, seu status político na luta de sua época e a personalidade legal que faz de suas ações e de parte de seu destino um conjunto consistente, fica abandonado com aquelas qualidades que normalmente só podem destacar-se na esfera da vida privada e que devem permanecer indiferenciadas, simplesmente existentes, em todas as questões de caráter público. Toda essa esfera do simplesmente outorgado, relegada à vida privada na sociedade civilizada, constitui uma ameaça permanente para a esfera pública, porque a esfera pública está tão conseqüentemente baseada na lei da igualdade, como a esfera privada está baseada na lei da diferença e da diferenciação universais. A igualdade, ao contrário de tudo o que está implicado na simples existência, não nos é outorgada, mas é o resultado da organização humana, na medida em que resulta guiada pelo princípio da justiça. Não nascemos iguais, nos tornamos iguais, como membros de um grupo, por força de nossa decisão de nos concedermos mutuamente direitos iguais (Arendt, 1974, p. 380, In: TELLES, 1990, p. 41).

Portanto, a destruição do espaço público significa a perda da igualdade que somente a liberdade pública pode construir. “Excluídos ou privados desse espaço, os homens ficam fixados nas suas diferenças, enquanto forma de existência ‘outorgada’ pela natureza” (TELLES, 1990, p. 40).

2.2 A MATRIZ HISTÓRICA NA CONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

A construção do conceito de esfera pública permeou os esforços de reconstrução da Teoria Crítica na segunda metade do século XX. Assim tornou-se possível a continuação da

crítica sobre cultura de massa iniciada pela Escola de Frankfurt³. Conforme destaca Rudiger, a Escola de Frankfurt defende que:

A configuração de nossa época requer o entendimento da passagem do capitalismo liberal para o regime corporativo, da racionalização instrumental das instituições sociais e da emergência da cultura de massa em substituição às formas de socialização tradicionais (2002, p.130).

Habermas vincula-se à concepção discursiva de compreensão de esfera pública, na análise do funcionamento da democracia. A imagem da esfera pública, para este autor, coordena relações entre o mundo sistêmico e o mundo da vida, espaço destinado ao entendimento. Para Costa:

Conforme o modelo discursivo, cabe, portanto à esfera pública, no contexto democrático, um papel enfático: atuar como instância intermediadora entre impulsos comunicativos gerados no mundo da vida e os colegiados competentes que articulam, institucionalmente, o processo de formação de vontade política (COSTA, 1997 a, p.182).

Na teoria da ação comunicativa, Habermas separa a ação instrumental da ação comunicativa. A ação instrumental é uma ação técnica que pretende atingir determinados fins, sendo que é predominante nos sistemas econômico e político, portanto no mundo sistêmico. A ação comunicativa ocupa lugar no espaço societário, o chamado mundo da vida.

O mundo da vida contextualiza a interação social, é o lugar onde se desenvolve a intersubjetividade, transmite interpretações e significados através da linguagem e da cultura, sendo esses seus aspectos basilares. A análise do agir comunicativo desenvolve-se acerca da tese de que os proferimentos lingüísticos possuem uma conexão interna com a validade, a qual pode ser construída através de reivindicações de validade⁴. A linguagem, para o autor, contextualizada no mundo da vida, é um meio de formação da consciência individual que desempenha papel fundamental na constituição do sentido da experiência para a comunicabilidade do sentido e também para o entendimento intersubjetivo. Habermas apresenta como “uma das patologias do mundo moderno a colonização do mundo vivido pelo mundo sistêmico” (FREITAG, 1992, p.239). Quando o mundo da vida é invadido pela lógica

³ Essa demarcação conceitual introduziu uma diferença fundamental no debate com os elitistas e democratas participativos que é a possibilidade de existir uma relação argumentativa e crítica com a organização política.

⁴ “Reivindicações de verdade em relação aos entes aos quais nós fazemos referência no mundo objetivo; reivindicações de sinceridade que tornamos manifestas com relação às experiências subjetivas (às quais o falante tem um acesso privilegiado); e, finalmente, reivindicações de correção/propriedade das normas que são reconhecidas em um mundo social compartilhado intersubjetivamente” (HABERMAS, 1998, p. 317).

do mundo sistêmico, a ação comunicativa vai sendo deslocada de seu ambiente⁵, cedendo lugar a ação instrumental. A diferença estabelecida entre o mundo da vida e mundo sistêmico apresenta-se de forma que o universo do sistema se torna marcado pelo desenvolvimento de processos objetivos, externos à consciência dos atores, e no mundo da vida verifica-se que está calcado em significativos e/ou representações compartilhadas intersubjetivamente (OLIVEIRA, 1993, p. 03).

Para MAIA

A proposta habermasiana permite iluminar o prospecto da prática política e a mudança social, preservando a abertura e a contingência das práticas discursivas. A proposta derivada do paradigma do agir comunicativo, de que os sujeitos humanos individuais desenvolvem e mantêm suas identidades através de processos de comunicação nos quais as reivindicações de validade são reciprocamente levantadas e avaliadas, parece poder ser conectada de modo relevante com análises de cunho histórico e cultural. Tal quadro permite apreciar a criatividade e o esforço racionalmente motivado dos indivíduos e grupos para se apropriarem de sentidos sociais herdados, a fim de invocar e conferir um sentido público às suas próprias interpretações. Da tensão permanente e ubíqua entre a afirmação do 'nós' e do 'eu' depende a possibilidade de construir um agregado de convivência solidária entre os membros de uma dada coletividade, bem como a definição dos modos específicos para se superar aquilo que se entende como obstáculos contra a mudança social (2002, p. 131).

No livro *Mudança Estrutural de Esfera Pública* (1984) Habermas apresenta uma análise do desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa do século XVII, para mostrar que este desenvolvimento provocou a emergência de um espaço existente entre a esfera privada e o Estado, espaço este caracterizado pela discussão livre e racional do exercício da autoridade política (COSTA e AVRITZER, 2004, p. 707).

Habermas aponta, através da investigação sobre a ascensão da burguesia ao poder e do estabelecimento de uma nova relação com o poder político, nesta obra, duas mudanças fundamentais na emergência da esfera pública. A primeira diz respeito ao desvinculamento da capacidade reflexiva do indivíduo da esfera dos interesses materiais. A segunda transformação refere-se à relação que a burguesia estabelece com o poder. A burguesia é a categoria governante cujo poder independe do controle do Estado e se localiza no privado. Ou seja:

Sua relação com o poder é, nesse sentido, estruturalmente diferente de outras classes na história, uma vez que renuncia ao exercício direto do governo, reivindicando, contudo, o direito de ter conhecimento do que faz o Estado. Tal demanda serviu, assim, para conferir

⁵ Segundo Freitag o mundo da vida diz respeito a instituições sociais (família, associações de bairro, comunidades), organizações artísticas, científicas e culturais (FREITAG, 1992, p. 239).

um caráter público às relações entre Estado e sociedade. Isto é, como resultado da reivindicação por parte da burguesia da prestação pública de contas, emergiu uma esfera constituída por indivíduos que buscam submeter decisões da autoridade estatal à crítica racional (COSTA ; AVRITZER, 2004, p. 707).

A esfera pública é compreendida como uma categoria histórica interpretada através da análise estrutural da totalidade das relações sociais. Portanto, a análise empreendida não pode ser retirada do contexto histórico de desenvolvimento da sociedade burguesa nascida na Idade Média. Na abordagem específica feita por Habermas (1984)

O sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública; à sua função crítica é que se refere a 'publicidade' como, por exemplo, o caráter público dos debates judiciais. No âmbito dos mídias, 'publicidade' certamente mudou de significado. De uma função de opinião pública tornou-se também um atributo de quem desperta a opinião pública (1984, p.14).

Até o século XVIII, o sistema antigo de comunicação não apresentava sinais de ameaça pela nova esfera pública definida publicitariamente, e que vinha sendo constituída através do advento e imposição histórica da burguesia. A sociedade civil burguesa torna-se um contrapeso à autoridade representada pelo rei. A forma de transmissão de novidades ainda funciona de maneira irregular, não sendo transformadas em notícias. Entretanto, com a instituição da economia moderna, ou seja, a economia comercial, assim definida pela sua orientação através do mercado, a imprensa assume caráter especialmente importante. As próprias notícias tornam-se mercadorias, pois há o interesse do número de vendas de jornais, tornando os acontecimentos 'públicos'⁶. As novas autoridades em destaque passam a fazer uso desse mecanismo noticioso para divulgar as informações relativas a administração, incitando, de certa forma um público pensante e crítico.

Por um lado, um setor privado delimita nitidamente a sociedade em relação ao poder público, mas, por outro lado, eleva a reprodução da vida acima dos limites do poder doméstico privado, fazendo dela algo de interesse público, a referida zona de contato administrativo contínuo torna-se uma zona 'crítica' também no sentido de que exige a crítica de um público pensante (HABERMAS, 1984, p.39).

A burguesia, de acordo com seus interesses de visibilidade e poder, ataca o modo de dominação vigente, sendo o princípio encontrado pelo público burguês para contraposição a essa dominação, o da composição de uma esfera pública.

⁶ De acordo com as proporções do momento histórico o público abrange uma camada limitada da população, apenas a camada considerada culta.

A arte do raciocínio público é aprendida pela vanguarda burguesa da classe média culta em contato com o ‘mundo elegante’, na sociedade aristocrática da corte que, é verdade, a medida que o moderno aparelho de Estado se autonomizava em relação à esfera pessoal do monarca, separava-se por sua vez cada vez mais da corte, passando a constituir um contrapeso na cidade (HABERMAS, 1984, p.44 – 45).

De forma que a esfera pública literária não é originalmente burguesa, ela tem um traço de continuidade em relação à representatividade pública da corte. A cidade, por sua vez, compõe a primeira esfera pública literária que se institucionaliza através de cafés, salões, locais que se tornaram propícios ao debate sobre questões consideradas públicas. No século XVIII:

A linha divisória entre Estado e sociedade, fundamental para o nosso contexto, separa a esfera pública do setor privado. O setor público limita-se ao poder público. Nele ainda incluímos a corte. No setor privado também está abrangida a ‘esfera pública’ propriamente dita, pois ela é uma esfera de pessoas privadas. Por isso, dentro do setor restrito às pessoas privadas, distinguimos entre esfera privada e esfera pública. A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua esfera íntima, está aí inserida. A esfera pública política provém da literatura; ela intermedeia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade (HABERMAS, 1984, p. 45 – 46).

Na França e Inglaterra, no período acima citado, a preponderância da capacidade de discussão de temáticas que se tornavam de importância pública nas cidades é garantida pelos cafés e salões, que assumem, mesmo diante da diversidade de cada lugar, funções semelhantes. Primeiro, eles tornam-se centros de crítica literária e depois de crítica também política. De forma que o raciocínio nascido através da crítica a obras de arte se expande para disputas econômicas e políticas. Apesar das peculiaridades relativas a cada cenário, existem características que permanecem comuns. Existe uma espécie de sociabilidade que remete a uma certa igualdade de status: “a paridade, cuja base é tão somente que a autoridade do argumento pode afirmar-se contra a hierarquia social e, por fim, até se impor, para o espírito vigente à época, significa a igualdade do simplesmente ‘meramente humano’” (HABERMAS, 1984, p. 51 – 52). Em segundo lugar eles, pressupõem a discussão de temáticas até então consideradas inquestionáveis.

O universal, com que o público se ocupava criticamente, continuou a ser monopólio de interpretação de autoridades eclesásticas e governamentais, não só de cima do púlpito, mas também continuou a sê-lo na filosofia, na literatura e na arte⁷ (HABERMAS, 1984, p.52).

⁷ Na Alemanha do século XVIII, o público considerado politizado fazia reuniões juntamente com as reuniões privadas dos burgueses. As sociedades privadas e comerciais de leitura expandem-se por todas as cidades, mesmo as cidades do interior alemão. Enquanto na Inglaterra “a esfera pública assume funções políticas, mas o

No âmbito da esfera pública burguesa desenvolve-se uma consciência política que se articula contra a monarquia absoluta, formando uma concepção de exigência de leis genéricas e abstratas e afirmando a opinião pública como única fonte legítima de leis. A motivação para uma esfera pública é facilitada por sua capacidade de assumir funções efetivas no momento em que a sociedade civil burguesa emancipa-se da regulamentação mercantilista bem como do regime absolutista.

A esfera pública burguesa desenvolvida está ligada a uma complicada constelação de pressupostos sociais, eles toda vez logo se modificaram profundamente e, com a sua modificação, aflora a contradição da esfera pública institucionalizada no Estado de Direito burguês: com a ajuda de seu princípio, que, de acordo com a sua própria idéia, é oposto a toda dominação, era fundamentada uma ordem política, cuja base social não fazia com que dominação ora fosse bem supérflua (HABERMAS, 1984, p. 109).

A esfera pública burguesa que originalmente tivera o viés literário apresenta outra fase de constituição de seu histórico, uma fase de modificações.

O que hoje se delimita como setor do tempo de lazer ante uma esfera autonomizada da profissão assume tendencialmente o espaço daquela esfera pública literária que, outrora, era referência da subjetividade formada na esfera íntima da família burguesa (HABERMAS, 1984, p. 189).

As modificações na esfera pública burguesa ocorrem no sentido de demonstrar o início de um período de decadência.

2.3 A DECADÊNCIA DA ESFERA PÚBLICA BURGUESA

modo de ser da própria função só pode ser entendido, naquela fase específica da evolução da sociedade burguesa, como um todo, em que o intercâmbio de mercadorias e trabalho social grandemente se emancipam de diretivas estatais” (HABERMAS, 1984, p. 93).

O espaço da esfera pública burguesa no formato descrito acima entra em decadência. A imprensa, oriunda do sistema privado de cartas torna-se uma imprensa instituidora de opinião.

Já que a esfera pública se impõe como uma esfera politicamente ativa, também as empresas jornalísticas consolidadas editorialmente resguardam para as suas redações aquela espécie de liberdade que era, de um modo geral, característica para a comunicação das pessoas privadas enquanto um público (HABERMAS, 1984, p. 215).

Houve, portanto, uma mudança na característica funcional da mídia dentro da esfera pública, sendo que mídia passou a assumir funções inclusive de propaganda. De acordo com Avritzer, a mercantilização da cultura e a penetração dos interesses privados no campo da política seriam para Habermas, seguindo Hannah Arendt, os fenômenos centrais da modernidade tardia e implicariam na decadência do público (AVRITZER, 2000, p. 65).

Para Rudiger, o processo de decadência da esfera pública burguesa, interpretado por Habermas (1984), é caracterizado da seguinte forma:

A colonização da esfera pública pela propaganda governamental e pela publicidade empresarial, combinada com o desenvolvimento de meios de comunicação predominantemente mercantilizados, retirou do espaço público a condição de espaço para a livre discussão dos assuntos de interesse político comum que conservara durante a era burguesa, convertendo-o em esfera promocional das campanhas governamentais e do consumismo empresarial, articulada pelos conglomerados privados e estatais da comunicação (RUDIGER, 2002, p.133).

Duas áreas tiveram suas teorias desenvolvidas após o lançamento do argumento de decadência da esfera pública feito por Habermas. Essas teorias se articulam em torno dos novos movimentos sociais e da sociedade civil e procuram apresentar a existência de uma dimensão interativa constituinte das sociedades contemporâneas. Essa dimensão, independente da mercantilização dos produtos culturais, proporciona material para reflexão, pois os movimentos sociais utilizam a mídia para se apresentar em público.

É no interior dessa dimensão interativa que novas identidades e solidariedades são formadas e se institucionalizam no interior de associações voluntárias. As associações voluntárias desempenham, portanto, o papel de redes de formação de novas identidades e solidariedades comunicativas capazes de tematizar novos temas, agregar novos atores e tornar contenciosas questões anteriormente relegadas à esfera privada (AVRITZER, 2000, p. 67).

Os movimentos sociais e associações de caráter voluntário apresentam, portanto, relevância na demarcação das fronteiras do político. Identidades contestadas diversas podem buscar visibilidade através da ação coletiva e da ocupação do espaço público.

A esfera pública é onde se verifica a aglutinação da vontade coletiva e onde se justificam as decisões políticas, em algum momento acertadas. Do ponto de vista teórico destacam-se duas correntes que se ocuparam da discussão sobre a importância do espaço público para o funcionamento da democracia, a teoria pluralista e a teoria discursiva.

2. 4 O MODELO DISCURSIVO DA ESFERA PÚBLICA

O modelo discursivo é construído em contrapartida da análise republicana e liberal de esfera pública. De acordo com a teoria pluralista, o papel da esfera pública está em atuar como sistema intermediário que tem a função de absorver e processar temas e opiniões, além de transmitir opiniões que são resultado do processamento aos cidadãos e sistema político. A esfera pública é, portanto, o palco onde se apresenta o mercado de opiniões, que tendo interesses diferentes e organizados disputam a atenção pública, para influenciar nos processos de tomada de decisão (COSTA, 1997).

O processo de conversão das opiniões públicas, construídas por diversos atores sociais, em decisões políticas ocorre de acordo com um modelo de dois níveis de análise:

No primeiro estágio, verificam-se a formulação pública e a apresentação de posicionamentos acerca de determinado problema; trata-se, portanto da formação da opinião pública. Somente quando a questão tematizada é assimilada pelo sistema político – segundo estágio – é que pode transformar-se numa decisão corrente (COSTA, 1997, p. 181).

Na concepção pluralista de esfera pública não há diferenciação entre os atores que nela atuam. Os grupos de interesse, movimentos sociais, partidos, todos atuam de acordo com seus interesses específicos e buscariam, através da mídia atingir, o público e por meio destes chegar aos tomadores de decisões.

A análise sobre a construção da esfera pública está inserida na renovação da teoria democrática na segunda metade do século XX. O avanço dessa renovação da teoria democrática nesse momento está vinculado a recuperação na modernidade de uma esfera para a livre discussão, interação entre grupos. Essa esfera apresenta a possibilidade da construção

de uma relação crítico-argumentativa com a política, indo além da relação participativa direta (AVRITZER, 1999). Habermas (1984), no prefácio da reedição da obra *Mudança Estrutural de Esfera Pública*, repensou sua análise sobre o conceito de esfera pública, e o apresentou como mediador entre a sociedade civil, o Estado e o sistema político.

Partindo do modelo em dois níveis de sociedade (a diferenciação entre sistema e mundo da vida), desenvolvido em sua Teoria da Ação Comunicativa, Habermas mostra que a força sóciointegrativa que emana das interações comunicativas voltadas para o entendimento, próprias do mundo da vida, não migra imediatamente para o mundo político, pacificando aí as diferenças de interesse e disputas de poder existentes. (...) A fonte de legitimidade política não pode ser, conforme Habermas, a vontade dos cidadãos individuais, mas o resultado do processo comunicativo de formação de opinião e vontade coletiva. É esse o processo que, operado dentro da esfera pública, estabelecendo a mediação entre o mundo da vida e sistema político, permitindo que os impulsos provindos do mundo da vida cheguem até as instâncias de tomada de decisão instituídas pela ordem democrática (HABERMAS, 1990, p. 37 In: COSTA e AVRITZER, 2004, p. 708).

Para o autor, na teoria discursiva a democracia é apresentada como uma dominação consentida, pois as decisões são permanentemente fundamentadas e justificadas. Nesse processo:

a esfera pública se torna a arena na qual se dá tanto a amálgama da vontade coletiva quanto a justificação das decisões políticas previamente acertadas. Trata-se, portanto, de uma caixa de ressonância das demandas sociais e de órbita intermediária que conecta os centros de tomada de decisão política e o conjunto da sociedade. Ao lado de eleições livres e do arcabouço institucional do Estado democrático, a existência de uma esfera pública influente e porosa torna-se, dessa forma, condição necessária para conferir transparência aos processos decisórios e dinamismo à vida cívica (COSTA, 2006, p. 30).

A esfera pública está vinculada ao intermédio entre demandas sociais e os processos de tomada de decisão política. O conceito da esfera pública pode ser, portanto, apresentado da seguinte forma: uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p. 92).

A esfera pública, segundo o conceito habermasiano, apresenta características consideradas fundamentais ligadas ao debate em torno da teoria democrática. A primeira característica, diz respeito a possibilidade de estabelecimento de uma interação face à face, diferenciado do espaço do Estado. Nesse espaço prevalece o uso público da razão, através da relação entre participação e argumentação pública. Conforme Habermas “a paridade sob a

qual a autoridade do melhor argumento pode prevalecer contra a hierarquia social e no final se tornar vitoriosa significou, no pensamento daquele momento, a paridade da condição humana comum” (HABERMAS, 1989, p. 36).

O segundo elemento presente nas caracterizações, faz referência à ampliação do domínio público, ou seja, o que alguns autores chamaram de politização de novas questões. Inclusive Habermas, destaca a dessacralização da política, sendo que isso significa a discussão de temas anteriormente monopolizados por macroinstituições. Esses temas passam a fazer parte também da discussão pública, sendo possível a argumentação racional em torno deles. Na esfera pública, há, portanto, a discussão de temas que se tornam de conhecimento público devido a sua relevância de acordo com as demandas locais. As discussões inseridas na esfera pública são desenvolvidas de acordo com a tematização da esfera cotidiana, portanto:

a esfera pública habermasiana é igualitária não apenas por que permite a livre participação, mas também por que novas questões como a dominação das mulheres, no espaço privado da casa, e dos trabalhadores, no espaço privado da fábrica, penetram o debate político (AVRITZER, 1999, p. 31).

O modelo discursivo de esfera pública apresenta características de rompimento com dois elementos do elitismo democrático⁸, abrindo uma nova matriz na teoria democrática. O primeiro elemento é apresentado por Habermas quando introduz um nível adicional para a participação política, de forma que a racionalidade do processo participativo leva a um processo democrático de discussão. O outro elemento é a dissociação entre o problema do bem comum e as formas de alcançá-lo.

De acordo com a concepção habermasiana de esfera pública, o bem comum pode ser formal e ser pensado em termos da capacidade dos diferentes atores sociais para publicizar sua luta contra formas privadas de dominação. Diferentes atores construindo identidades em público, estabelecendo novas formas de solidariedade e possibilitando a superação de uma condição privada de dominação constituem os elementos centrais da noção de esfera pública (AVRITZER, 1999, p. 32).

Através das características discursivas a esfera pública cria a possibilidade de um espaço para generalização social, para reconhecimento da diferença e para ampliação da forma do que é político. Para Avritzer, o espaço público “se torna um local na periferia do sistema político e administrativo, no qual se conectam as redes informais de comunicação

⁸ Para melhor compreensão do elitismo democrático, que é uma teoria restrita da democracia, ver AVRITZER, 1999.

constituídas por membros dos movimentos sociais e das associações civis” (AVRITZER, 1999, p.40).

Com a emergência da esfera pública, ocorreram mudanças que foram destacadas por Habermas. A primeira se refere a separação entre os interesses intrínsecos à economia doméstica e à subjetividade, ou seja, a fonte primeira do conceito de espaço público é o afastamento da capacidade reflexiva do indivíduo em relação à esfera dos materiais. A outra transformação é a relação da burguesia com o poder.

2.5 ESFERA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Na obra *Direito e democracia: entre faticidade e validade* (1997), Habermas entende a esfera pública política com a presença de dois processos simultâneos: (a) o uso manipulativo do poder da mídia para obtenção de lealdade política das massas e influência das preferências de consumo frente a imperativos sistêmicos e (b) a geração comunicativa de poder legítimo. Desse modo, na obra acima citada, Habermas diferencia ramificações alternativas de esfera pública como: esfera pública episódica, que ocorre, por exemplo, em bares, nas ruas; esfera pública da presença organizada, representada por reuniões de partidos, congressos; e esfera pública abstrata, sendo esta produzida pela mídia leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente (HABERMAS, 1997). Portanto, segundo Habermas:

a esfera pública é diferenciada em níveis de acordo com a densidade de comunicação, a complexidade organizacional, e o objetivo – desde o público esporádico encontrado nas tavernas, casas de café, ou nas ruas; por meio de públicos ocasionais ou arranjados de apresentações particulares e eventos, tais como peças teatrais, concertos de rock, assembléias partidárias, ou congressos de igreja; até o público abstrato de leitores isolados, ouvintes, e espectadores dispersos em amplas áreas geográficas, ou mesmo pelo globo, e apenas conectados pela mídia de massa (HABERMAS, 1997, p. 107).

Portanto, o autor define a esfera pública como um espaço de livre acesso, onde cidadãos se encontram para debater e desenvolver argumentos sobre questões da vida comum. É nessa esfera que o princípio da prestação de contas é desenvolvido, o que pode levar a uma transformação de poder. A esfera pública está vinculada a uma estrutura de comunicação orientada pelo entendimento que se vincula a um espaço social gerado no agir comunicativo.

“A canalização dos fluxos comunicativos provindos no mundo da vida para a esfera pública cabe fundamentalmente aos conjuntos de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do estado a que se denomina sociedade civil” (COSTA, 1997 c, p. 9).

O conceito de sociedade civil possui diversas orientações e muitas variantes de análise. Para Cohen e Arato (2000), a sociedade civil pode ser analisada como um paradigma que tenha incidência sobre a realidade quando formulada com base nos movimentos sociais que geram ações coletivas que busquem um objetivo. Para os autores é através da ação conjunta e organizada dos sujeitos que a sociedade conseguirá atingir suas demandas. Conforme já havia sido dito por Habermas, há a necessidade de independência da sociedade civil em relação ao Estado e à economia. De acordo com a teoria de Cohen e Arato torna-se importante a criação de um espaço público independente dos processos administrativos e econômicos, em contraponto a esses dois sistemas. Para eles a sociedade civil é definida como:

Uma esfera de interação social entre a economia e o Estado, composta sobretudo da esfera íntima (em especial a família), a esfera de associações (em especial as associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública. A sociedade civil moderna é criada por formas de autoconstituição e automobilização. Institucionaliza-se e generaliza mediante as leis, e especialmente os direitos objetivos (...) que estabilizam sua formação social (ARATO e COHEN, 2000, p. 8).

Os elementos constituintes da sociedade civil abarcam as formas autônomas de discurso, associação e solidariedade. No sentido habermasiano de organização da ação comunicativa, a sociedade civil se refere às estruturas de socialização, associação e formas de comunicação organizadas do mundo da vida. Sua função está na influência que pode exercer sobre o poder político através da capacidade de organização democrática e da discussão pública. A categoria sociedade civil como “base social de espaços públicos autônomos” abrange, assim, as diferentes associações voluntárias que “absorvem e condensam a ressonância que as situações-problema emergentes na sociedade encontram nos domínios da vida privada, canalizando tal resposta de forma amplificada para a esfera pública política” (HABERMAS, In: COSTA, 1997 a, p.183). A essa esfera caberia:

atuar como instância intermediadora entre os impulsos comunicativos gerados no mundo da vida e os colegiados competentes que articulam, institucionalmente, o processo de formação da vontade política (parlamento, conselhos, etc.). Quando os fluxos comunicativos gerados nos ‘microdomínios da prática cotidiana’ extrapolam as fronteiras das esferas públicas autônomas, podem ter acesso às instâncias

deliberativas previstas na ordem democrática e, finalmente, influir nas decisões aí tomadas (COSTA, 1997 a, p.182).

Os fluidos de comunicação presentes no mundo da vida podem extrapolar as instâncias da prática cotidiana, imbuídas de valores democráticos, indo além das esferas públicas autônomas, isto é, as esferas públicas que não são criadas e mantidas pelo sistema político para fins de legitimação, passando a ter acesso a esferas de deliberação inclusas na ordem democrática. Segundo Costa (1997 a), a lógica do poder comunicativo não tem como pretensão a conquista do sistema político, mas, entretanto, atuar sobre premissas dos processos de julgamento⁹.

A instância geradora de poder legítimo, entretanto, é a esfera pública, a dimensão da sociedade onde se dá o momento de intercâmbio discursivo. Esse poder comunicativamente gerado tem primazia sobre o poder administrativamente gerado pelo Estado, não só normativamente, mas porque o segundo deriva do primeiro.

O palco das interações sociais, mediadas pela ação comunicativa, é o mundo da vida, caracterizado por ações orientadas para o entendimento. O mundo da vida é dividido entre cultura, sociedade e personalidade. Conforme destaca Habermas a definição de cada um dos componentes é:

Denomino cultura o acervo de saber de que se suprem com interpretações suscetíveis de consenso aqueles que agem comunicativamente ao se entenderem sobre algo no mundo. Denomino sociedade (no sentido estrito de um componente do mundo da vida) as ordens legítimas a partir das quais os que agem comunicativamente, ao contraírem relações interpessoais, criam uma solidariedade apoiada sobre pertencas a grupos. Personalidade serve como termo técnico para designar competências adquiridas que tornam um sujeito capaz de falar e agir, pondo-o em condições de participar de processos de entendimento em um contexto sempre dado, e de afirmar sua própria identidade em relações de interação mutáveis (HABERMAS, 2002, p. 476).

O mundo da vida é reproduzido simbolicamente de forma circular. Os núcleos que o estruturam ocorrem “mediante processos de reprodução correspondentes, e estes, por sua vez, mediante as contribuições da ação comunicativa”. A reprodução cultural garante o vínculo entre novas situações e as que já existem no mundo, através da continuidade da tradição. A integração social está ligada a coordenação de ações por meio de relações interpessoais, garantindo a persistência de identidade a um grupo. A socialização assegura numa perspectiva

⁹ Costa destaca que “em trabalhos mais recente, Habermas procura precisar a idéia de sítio por meio do modelo das esferas institucionais que regula o acesso aos centros decisórios (1997 a, p.182).

geracional a possibilidade de ações generalizadas e a harmonia entre história individual e formas de vida coletivas (HABERMAS, 2002, p. 476).

O papel da sociedade civil está em discutir e dar sustentação a essa dimensão de formação espontânea do mundo da vida, que está vinculada a reprodução através da ação comunicativa. Portanto a influência da sociedade civil sobre a política acontece através de mensagens que percorrem os mecanismos institucionalizados do Estado e alcançam os núcleos decisórios.

Para Habermas, o conceito de sociedade civil já ultrapassou a dimensão que fora assumida por Hegel, que a tematizara como “sistema de necessidades”¹⁰. A interpretação habermasiana entende que, na sociedade civil o “núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 99). A sociedade civil é composta de movimentos sociais, associações que estão em sintonia com as esferas privadas, de forma que captam os problemas sociais e os transmitem para a esfera pública política. Portanto, o núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. Os atores da sociedade civil assumem, de certa forma, uma posição ofensiva com a passagem dos problemas do mundo cotidiano para a esfera pública. Configura-se, assim, a oportunidade de:

apresentar novas contribuições para as soluções de problemas, de oferecer novas informações e de corroborar os bons motivos, denunciando os maus, de forma a introduzir um impulso gerador de alterações nos parâmetros constitucionais da formação da vontade política e pressionar os parlamentos, os judiciários e os governos em favor de determinadas políticas (COSTA, 1997 a, p.183).

Os atores da sociedade civil, que dela fazem parte os movimentos sociais e demais associações¹¹, como associações de base, partidos políticos e grupos de interesse, no modelo discursivo, conforme Costa (1997 a) tem papel duplo: por um lado, tornam-se responsáveis pela preservação e reprodução da infra-estrutura pertencente ao mundo da vida e pela produção de esferas públicas alternativas; por outro lado, canalizam as temáticas da vida cotidiana para a esfera pública. Ainda segundo Costa, as contribuições das associações

¹⁰ Compreendido “como sistema do trabalho social e do comércio de mercadorias numa economia de mercado” (HABERMAS, 1997, p. 99).

¹¹ Para Costa (1994) “aos movimentos sociais e às demais organizações que representam, na órbita da esfera pública, os fluxos comunicativos provindos do mundo da vida aparecem associados os papéis de articuladores culturais, de núcleos de tematização de interesses gerais e de fortalecimento da esfera pública como instância de crítica e controle do poder” (p. 47).

pertencentes à sociedade civil para a construção do espaço público, considerando a realidade brasileira, podem se dar em três campos diferenciados, ainda que complementares:

1 - A produção de esferas públicas alternativas está relacionada a organizações que resgatem informações que teriam permanecido obscuras, ou seja, apresentam formas alternativas de interpretação da realidade social alternativa às versões oficiais. As esferas públicas alternativas referem-se a “uma oposição a posições técnicas e estruturas de comunicação pública dominantes que vai além de questões pontuais” (COSTA, 1997, p. 187).

2 - O alargamento das fronteiras temáticas do espaço público faz com que as atenções públicas se voltem para novas situações-problemas, para temáticas até então não problematizadas como questões de relevância social.

3 - O último campo, destacado por Costa, está relacionado à ampliação das possibilidades comunicativas ancoradas no mundo da vida. O surgimento de novas estruturas associativas, como movimentos sociais, iniciativas de base, revigoram as estruturas comunicativas do mundo da vida: “no âmbito das práticas coletivas são constituídos novos locais de encontro de convivência, no interior dos quais os participantes tematizam problemas vivenciados no cotidiano” (COSTA, 1997 a, p.189).

A sociedade civil apresenta, portanto, o papel de difusor de diferenciadas argumentações no interior da esfera pública. Nesse sentido, colabora com a sua vitalidade, pois faz emergir as relações desenvolvidas na esfera do cotidiano. Conforme destaca Costa, de acordo com Cohen e Arato:

Definida em consonância com Cohen e Arato (1989, p. 495), como a dimensão institucional do mundo da vida, ‘cuja tarefa é a preservação e renovação das tradições, solidariedades e identidades’, cabe à sociedade civil, no modelo habermasiano de democracia, transportar para a esfera pública demandas e expectativas normativas que dizem respeito ao conjunto da sociedade, em contraposição aos interesses particulares de grupos políticos e econômicos. À sociedade civil caberia, portanto, dinamizar e vitalizar a esfera pública, transportando para dentro dela os pontos de vistas, os argumentos e as posições condensadas no plano das relações cotidianas. No espaço nacional, os diferentes argumentos e posições representadas na sociedade civil circulam por uma variedade de fóruns e arenas comunicativas que, na medida em que reivindicam algum sentido político, convergem para a esfera pública compartilhada e acessível ao conjunto dos cidadãos (COSTA, 2006, p.30 – 31).

Em estudos empíricos como o de Costa¹², verificou-se que “a ‘platéia’ não é formada de ‘espectadores’ isolados em seu privatismo, mas perpassada por redes comunicativas que,

¹² Pesquisa destacada no artigo COSTA, Sérgio. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, São Paulo, 1997.

operando na periferia de seu núcleo mais visível, também co-produzem a esfera pública” (COSTA, 1997 c, p.16). Não existe, portanto, obstáculo entre um público amorfo e atomizado, que se reduz a consumir os conteúdos produzidos pela mídia e aqueles que seriam os atores produtores da esfera pública. Segundo o estudo, os movimentos sociais e demais atores presentes na sociedade civil buscam instrumentalizar os meios de comunicação locais para divulgar questões e acabam por influenciar nas questões políticas públicas.

Os espaços comunicativos primários caracterizam-se por conformar uma teia social complexa e ordenada nos locais onde é tecida. Eles representam uma esfera intermediária localizada entre espaço doméstico e o espaço público, “apresentando um adensamento mínimo de laços sociais duradouros num contexto urbano” (COSTA, 1997 a, p.190). Os espaços comunicativos primários têm apresentado capacidade de sobrevivência, reaparecendo no espaço urbano, caracterizado pelo crescimento e ocupação desordenada das cidades. Esses espaços são destinados à convivência entre as pessoas e a troca de informações, possibilitando a emergência de novas esferas de sociabilidade. Forma-se, assim, a intermediação entre a esfera da família de um lado, e de outro, o espaço do bairro.

O núcleo destes espaços sociais, caracterizado pela presença do telefone público, da padaria, etc., demarca topograficamente o lócus de relações de reconhecimento mútuo e interação comunicativa entre moradores. Tem lugar, nesse contexto, o intercâmbio regular e sistemático de informações e impressões, favorecendo um processo de formação de opinião pública paralelo àquele dirigido pelos meios de comunicação de massa (COSTA, 1997 a, p. 190).

O centro dos espaços comunicativos primários pode ser representado, portanto, por um telefone público, ou uma praça, o que demarca topograficamente o local de estabelecimento de relações de reconhecimento e interação comunicativa entre os que ali residem.

De acordo com o exposto, os espaços comunicativos primários são espaços de comunicação e convivência, apresentam laços de envolvimento com o ambiente social e territorial, (re)construídos no cotidiano urbano.

Os espaços comunicativos primários podem originar esferas públicas que são por Habermas chamadas de esferas públicas autônomas. Segundo Habermas, as esferas públicas também podem ser classificadas como autônomas. Estas são as esferas que não são “produzidas e sustentadas pelo sistema político com a finalidade de obter legitimação” (HABERMAS, 2002, p. 505). Entretanto, as esferas públicas autônomas caracterizam-se como:

Os centros de comunicação condensada que nascem espontaneamente dos microdomínios da práxis cotidiana só podem desdobrar-se em esferas públicas autônomas e fixar-se como intersubjetividades de ordem superior auto-sustentáveis, à medida que o potencial do mundo da vida for utilizado para a auto-organização e para o uso auto-organizado de meios de comunicação (HABERMAS, 2002, p.505).

O funcionamento das esferas públicas autônomas ocorre através da extração dos recursos do mundo da vida, especialmente os vindos da cultura, isto é, “para o potencial de interpretação do mundo e de si mesmas que possuem a ciência e a filosofia, para o potencial de esclarecimento de idéias jurídicas e morais estritamente universalistas” (HABERMAS, 2000, p. 507). Trata-se de falar da multiplicidade das esferas públicas. Nesse ponto se insere a atuação dos meios de comunicação, pois estes podem estimular o aparecimento de novos espaços alternativos de discussão, as esferas públicas específicas. Portanto, o desenvolvimento dos meios de comunicação não destruiu o espaço público, mas sim criou um novo espaço público, onde ocorre a reflexão da vida social de forma aprofundada. Na obra *Direito e Democracia*, Habermas (1997) reconsidera a temática da esfera pública e pondera que esta não foi totalmente deteriorada como ele havia constatado no seu livro *Mudança estrutural de esfera pública* (1984). A retomada da esfera pública, talvez com menos intensidade que a esfera pública burguesa, acontece ao ser recuperada a capacidade da racionalidade comunicativa que dá prioridade ao convencimento para a produção de consenso.

A democratização das sociedades contemporâneas também pode ser percebida através do aumento das esferas públicas autônomas. A ampliação do espaço público torna-se perceptível quando todos os que forem afetados por normas sociais gerais e políticas puderem se pronunciar através de discurso prático relativo à validade dessas normas.

Portanto, de acordo com a crítica à abordagem redutora, ao reduzir a esfera pública à sua dimensão institucional, ocorre o ocultamento das regiões de articulação entre os processos comunicativos de reprodução cultural e a consolidação institucional da democracia. Dessa forma, os atores da sociedade civil transformam-se em intermediadores de interesses políticos, abandonando a responsabilidade pela transmissão para a esfera político-institucional dos anseios produzidos nos intermédios sociais. Abandonando, assim, a contribuição para o enraizamento de valores democráticos nas práticas do dia a dia.

3 ESFERA PÚBLICA E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

3.1 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A discussão desenvolvida no presente capítulo pretende compreender as formas de autoritarismo presentes na formação social brasileira que se encontram enraizadas nas diversas dimensões da sociedade, nas instituições do Estado, nas instituições sociais e nas interações do cotidiano.

Nas raízes formativas da sociedade brasileira, encontram-se desenvolvidos processos sócio-históricos que obstruíram a constituição de uma esfera pública, da democracia e cidadania. O Estado brasileiro constituiu-se permeado de valores como autoritarismo, patrimonialismo, paternalismo, e a impossibilidade de separação entre esfera pública e privada. Conforme o que aponta Castro sobre a história da formação brasileira:

À ausência de uma definição de espaço público, independente, mas articulado à circunscrição do espaço estatal – um espaço público enquanto uma esfera de constituição de interesses, de pactuação de regras comuns e de controle do aparelho de Estado – correspondia um alargamento da esfera do privado, que acabava por florescer no interior das próprias estruturas estatais e corroía as possibilidades de que interesses privados, mas não originados dos segmentos das elites, conseguissem se manifestar. Ao mesmo tempo, a relação quase promíscua entre o privado e o estatal dificultava enormemente que se constituísse, de forma clara e visível, o interesse comum, público, no sentido republicano (In: MAIA, 2006, p. 142).

Vários autores brasileiros, orientados pela teoria weberiana das formas de dominação legítima, discutem o fato da ausência de cidadania no cenário brasileiro, destacando a origem desse fenômeno nas condições estruturais (institucionais e político-culturais), ocasionadas pela influência do modelo de dominação patrimonialista-burocrático no processo de formação do Estado e da sociedade brasileira. Isso se expressa através de uma longa tradição autoritária evidenciando um constante processo de dualidade entre, por um lado, práticas sociais e políticas de caráter patrimonialistas e, por outro, uma formalidade jurídica e institucional, de certa forma compatível com a de uma moderna sociedade democrática.

Estudos clássicos que versam sobre as formas de autoritarismo que se encontram desenvolvidas na formação social e política do Estado brasileiro demonstram como essas práticas são configuradas através de vínculos de patrimonialismo clientelista. Para Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman que interpretam o Brasil como

uma nação diferenciada, pois foi constituída à revelia das revoluções burguesas clássicas, e desenvolvida conforme as condições impostas pela herança portuguesa através do modelo de dominação patrimonialista-burocrático (HOLANDA, 1936; FAORO, 1958; SCHWARTZMAN, 1982). Os vínculos entre patrimonialismo e clientelismo se expressam através da forma da dominação tradicional¹³, baseados em relações de dependência econômica e política, chamado de sistema de clientela, sobreviventes principalmente em sociedades com forte herança patrimonialista.

O patrimonialismo é caracterizado como dominação orientada pela tradição e estabelecida em virtude de um direito próprio. Torna-se importante destacar que a caracterização da dominação patrimonial ocorre por que a administração política é vista como uma questão pessoal do soberano (WEBER, 1992).

Essas práticas se reproduzem e se perpetuam através de uma indiferenciação entre o que é público e o que é privado e/ou pessoal, configurando uma persistente subsunção do público no privado que interpõe obstáculos estruturais à constituição de uma ordem social moderna e democrática, baseada em leis impessoais e de validade universal. Portanto, no processo de constituição da sociedade brasileira, ocorreu a “predominância dos interesses privados das elites nas estruturas estatais e a prevalência de práticas clientelísticas no exercício da política e da administração pública” (Castro, In: MAIA, 2006, p.142).

Na esfera política, essa forma de autoritarismo desenvolvida e tornada parte constituinte da sociedade brasileira, expressada pela ausência de uma esfera pública de caráter democrático, sendo esta, por sua vez, interpretada como espaço de produção de consentimento e de regulação entre conflitos sociais, pela falta de intermediários institucionais e sociais, e também de um sistema político que funcionasse como representante dos interesses comuns.

O desenvolvimento dessas características ocasionou um processo de exclusão social e política dos segmentos sociais mais populares, pois, suas demandas por políticas públicas são “estatizadas” por meio de mecanismos como cooptação clientelistas e assistencialistas, e, os processos institucionais de privatização dos critérios de regulação do fundo público, em favor dos interesses econômicos e políticos das elites ou grupos particulares.

Essas características, em seu conjunto, são bastante diferentes da interpretação que Habermas apresentou da modernidade, na medida em que, não houve no Brasil, o processo de separação das esferas da economia, da sociedade civil e da sociedade política. Conforme destacou Fedozzi:

¹³ Para Weber na dominação tradicional, ocorre a obediência conforme o mérito da tradição, de acordo com valores transmitidos de forma consuetudinária (WEBER, 1992).

Uma ampla literatura tem mostrado que a característica peculiar da sociedade brasileira é de ter-se construído contrariamente ao ideário igualitário fundado pela modernidade, onde a cidadania, como princípio republicano da coisa pública, nunca logrou instituir-se como elemento mediador das relações entre Estado e sociedade (Telles, 1994; Carvalho, 1990), em detrimento das continuidades de um modelo de dominação e de um Estado, formados pela ordem patrimonialista e pelos padrões oligárquicos de gestão da coisa pública, que representam as raízes anti-republicanas e antidemocráticas de nossa formação social e política. Torna-se evidente que a superação dessa herança autoritária na gestão sócio-estatal, nas instituições da sociedade civil e na cultura política, é uma condição para viabilizar os princípios republicanos e democráticos necessários à promoção da cidadania (2000 p.52-53).

Holanda (1995), apoiado no instrumental teórico weberiano e usando metodologia próxima da antropologia social, estudou o processo de formação histórica do Brasil através de constantes oposições e contrastes. O dilema que impulsionou o autor foi compreender como a herança portuguesa tornou-se um obstáculo para a formação de uma sociedade moderna, racional e democrática no Brasil. Partindo das características peculiares existentes na Península Ibérica, Holanda aponta elementos fundamentais para a compreensão da história brasileira. Entre as heranças ibéricas fundamentais para o desenrolar da história brasileira, o autor destaca a influência do personalismo, da ausência de coesão e princípio de hierarquia na vida social, a presença viva do patrimonialismo, e a cordialidade brasileira, expressão da ação afetiva¹⁴, que impedem as formas de racionalização necessárias pela sociedade moderna e pela impessoalidade democrática.

A partir da oposição entre o arcaico e o moderno, há a tematização do contraste entre o patriarcalismo (predominância da mentalidade dos laços primários, de sangue) e a racionalização necessária para a impessoalidade do Estado burocrático. A invasão do público pelo privado e do Estado pela família é decorre da influência do patriarcalismo e do patrimonialismo nas origens da formação da sociedade brasileira. Para Holanda:

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo de família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (HOLANDA, 1995, p. 145).

¹⁴ De acordo com a teoria weberiana da ação social, existem quatro tipos de ação: (a) a ação racional com relação a um objetivo. É definida pelo fato de que o ator sabe quais são seus objetivos e quais os meios de atingi-lo. (b) Na ação racional com relação a um valor, o ator age racionalmente, tendo conhecimento dos riscos de sua ação, entretanto, permanece fiel à idéia de honra. (c) A ação tradicional refere-se aquela ação tomada de acordo com os hábitos, costumes, seguindo os reflexos fixados de acordo com a prática. (d) A ação afetiva é definida de acordo com a reação emocional do ator em determinadas circunstâncias, não seguindo objetivos ou sistema de valores (WEBER, 1992).

Ainda segundo o autor, acontece uma repetição de comportamentos e valores quando ocorreu a formação da burguesia mercantil. Esta nova categoria social imbuída de valores herdados da aristocracia vigente na Idade Média propaga-os durante os processos de colonização, pois os povos colonizados convivem e reproduzem os padrões legados por seus colonizadores. Conforme o autor:

a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu domínio. Procurou, antes de associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos de seus princípios, guiar-se pela tradição, mais que pela razão fria e calculista. Os elementos aristocráticos não foram completamente alijados e as formas de vida herdadas da Idade Média conservaram, em parte, seu prestígio antigo (HOLANDA, 1995, p.36).

A estrutura social brasileira, resultante do processo de colonização se caracteriza pelos traços rural e patriarcal. A base da riqueza se manteve devido a intensa exploração rural e ao uso de trabalho escravo. O resultado desse quadro foi, segundo o autor, o predomínio dos sentimentos da comunidade doméstica, particularista, antipolítica, numa invasão do público pelo privado, do Estado pela família, visível em todas as esferas sociais.

O conceito de cordialidade aparece para sintetizar todo esse processo, articulando dois elementos essenciais para o autor, a cultura e a estrutura social. A cultura ibérica é caracterizada pelo personalismo, baixa capacidade de abstração e racionalização da vida. A estrutura social, rural e patriarcal é resultante da colonização e da dominação empreendida no Brasil, sendo o homem cordial o resultado do processo. A cordialidade significa a personificação da impossibilidade de ruptura com padrões privatistas e oligárquico-patrimonialistas dominantes. Personifica a invasão do público pelo privado, o que denota a dificuldade para compreensão do espaço público como algo impessoal, que é de todos, isto é, comum.

O peculiar da vida brasileira, parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 1995, p. 61).

O desenvolvimento de práticas democráticas estaria comprometido no Brasil devido a persistência da política oligárquica e do patrimonialismo na gestão do Estado. O autor destaca a permanente ausência de diferenciação entre o espaço público e o espaço privado como uma prática recorrente entre governantes na história política brasileira, desde o momento da

colonização. No prefácio da obra *Raízes do Brasil* (1995), Antônio Cândido aponta o que caracteriza o homem cordial e suas implicações históricas.

O 'homem cordial' não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O 'homem cordial' é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal na intimidade dos grupos primários (CÂNDIDO, 1995, p. 17).

Holanda destaca que existe a possibilidade de acompanhar, ao longo da história brasileira, o predomínio freqüente das vontades de particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal, afetando o modo de constituição da sociedade civil.

Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas características próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o *predomínio constante das vontades particulares* que encontram seu ambiente pessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. É um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados 'contatos primários', dos laços de sangue e de coração – esta em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 1995, p. 146) (grifo nosso).

Portanto, para Holanda, os dilemas enfrentados pela sociedade brasileira para constituição de uma nação com valores como a democracia, a impessoalidade na forma de governar, estão ligados, sobretudo, ao modelo ibérico de colonizar. A transição para a sociedade urbana, cosmopolita, continua incompleta devido à persistência do caudilhismo, da política oligárquica, e do patrimonialismo na forma de gestão do Estado.

Em *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*, publicado em 1958, Faoro apresenta a caracterização da formação histórica do Brasil como consequência de

um processo que se deu mediante o modelo patrimonialista de dominação, constituindo-se o padrão de interação Estado e sociedade através do domínio do Estado patrimonialista-estamental-burocrático da metrópole, destacando o processo centralizador da administração colonial.

O autor parte da história da constituição do Estado de Portugal para compreender o modo da configuração estatal no território brasileiro. Portugal, Estado centralizado, burocrático e patrimonial, transporta essas características para o Brasil com a vinda da família real no ano de 1808, por ocasião da ameaça napoleônica na Península Ibérica. A dominação patrimonial tradicional, evoluiria para a dominação do tipo estamental, formando o estamento burocrático. Essa forma de dominação ascendeu dentro da ordem patrimonial através da subida ao poder de pessoas consideradas letradas, como juristas, militares, desenhando um quadro administrativo mais sólido.

Assim como Holanda, Faoro também destaca que mesmo com a ascensão da burguesia mercantil ao poder, ela não precisou adotar padrões éticos novos. Ao contrário, a burguesia mercantil, associou-se aos valores das classes dirigentes anteriores que se valiam da tradição para construir padrões éticos/valorativos.

Portanto, para Faoro, a sociedade brasileira, tal como a portuguesa, foi tradicionalmente moldada por um estamento patrimonialista, organizado, primeiro, pelos altos funcionários da Coroa, e depois pelo grupo de funcionários que cercava o chefe de Estado, no período republicano.

O estamento burocrático era composto de um grupo estamental correspondente ao tipo tradicional de dominação política, em que o poder não é uma função pública, mas sim objeto de apropriação privada. Essa é a situação criada desde o início do processo colonizador, com as capitânicas hereditárias, e que continuaria pelo período imperial, com uma forte presença dos centros urbanos, onde se instalava o poder do Estado, de cujo consentimento o poder dos donos da terra dependia.

O modelo de estamento burocrático tem sua origem conceitual no que Weber (1992) denominara de patrimonialismo. É uma forma de dominação política tradicional típica de sistemas centralizados que, na ausência de um contrapeso de descentralização política, evoluiria para formas modernas de patrimonialismo burocrático-autoritário, em contraposição às formas de dominação racional-legal que predominaram nos países capitalistas da Europa Ocidental.

Conforme Faoro, o poder político não era exercido nem para atender aos interesses das classes agrárias, nem aos interesses das classes burguesas, que apenas estavam se

constituindo. O poder político seria exercido em benefício próprio, por um grupo social cuja característica era, a de dominar a máquina política e administrativa do país, através da qual fazia derivar seus benefícios de poder, prestígio e riqueza. Era o *estamento burocrático*, que tinha se originado na formação do Estado português no momento da expansão marítima, e que se moldaria depois naquilo que seria chamado de o patronato político brasileiro (SCHWARTZMAN, 2003).

Partindo do processo centralizador, característica de nossa colonização, o patrimonialismo acentuou-se durante o desenvolvimento histórico brasileiro. Para Faoro:

De D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou o pré-capitalismo -, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência, o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado a liberdade do indivíduo – liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições (FAORO, 1995, p. 733).

Apesar das mudanças ocorridas no país houve características que permaneceram imutáveis, como a permanência do estamento burocrático no *controle* político. Conforme aponta o autor:

Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político – uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Essa camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores (FAORO, 1995, p. 737).

No capítulo conclusivo de *Os donos do poder*, Faoro apresenta o comportamento do estamento burocrático diante das novas formas de controle conforme o ajustamento à ordem internacional. Assim:

O estamento burocrático desenvolve padrões típicos de conduta ante a mudança interna e no ajustamento à ordem internacional. Gravitando em órbita própria não atrai, para fundir-se, o elemento de baixo, vindo de todas as classes. Em lugar de integrar, comanda; não conduz, mas governa. Incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente as reservas para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional. O brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração ao aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e *curriculum vitae* aprovado de cima para baixo (FAORO, 1995, p.743).

Portanto, devido à permanência constante do patrimonialismo como forma de dominação, formou-se como padrão de interação entre Estado e sociedade, o modo patrimonial-estamental-burocrático herdado da metrópole, Portugal.

Schwartzman, na obra *As Bases do Autoritarismo Brasileiro* (1982), também utiliza o conceito weberiano de patrimonialismo para analisar os sistemas políticos e os Estados que se originam de forma diferenciada dos Estados capitalistas ocidentais modernos. O autor contribui para a análise de uma sociedade de bases autoritárias que se modernizou marcada pelo patrimonialismo combinado com uma ordem aparentemente racional-legal. Para o autor:

É pela perspectiva weberiana que podemos ver que o Estado brasileiro tem como característica histórica predominante sua dimensão neopatrimonial, que é uma forma de dominação política gerada no processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma *sociedade civil fraca e pouco articulada* (SCHWARTZMAN, 1988, p. 14) (grifo nosso).

O neopatrimonialismo é um recurso tipológico de interpretação das sociedades que tiveram seu processo de modernização feito à margem das revoluções clássicas burguesas. No entanto, se burocratizaram sem terem passado pela fase racional-legal. Não é simplesmente uma forma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política por um estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio, ou seja, pela burocracia e a chamada classe política (SCHWARTZMAN, 1988, p. 59 – 60).

A análise empreendida pelo autor contribui para a compreensão da sociedade brasileira, modernizada através do patrimonialismo presente, baseado na formalidade que aparentemente é compatível com a moderna ordem racional-legal. O autor apresenta a ausência de diferenciação entre esfera pública e privada de forma secundária, pois ele está preocupado em destacar o permanente autoritarismo vigente no Estado Brasileiro. Para ele a cooptação política é a principal consequência do modelo patrimonialista.

A cooptação política tende a predominar em contextos em que estruturas governamentais fortes, bem estabelecidas antecedem historicamente os esforços de mobilização política de grupos sociais (SCHWARTZMAN, 1988, p. 37).

Entre as consequências dessa interpretação teórica pode ser destacado que:

O que acontece é que a agregação e articulação de interesses particulares são levados a efeito dentro das estruturas de autoridade, ao mesmo tempo que os sistemas de autoridade se desenvolveu no setor ‘privado’ da sociedade e se estendem em direção ao controle do Estado (SCHWARTZMAN, 1988, p. 57).

O autor busca construir, de acordo com essa perspectiva, a história da formação do Estado brasileiro. Um Estado que é formado sobre as bases do neopatrimonialismo, que, seguindo a definição do autor, caracteriza-se pela organização social gerada de forma a ser dependente do poder público e orientada para obtenção de favores. O autoritarismo, característica da sociedade brasileira, está vinculado, também para esse autor, a herança deixada pela colonização portuguesa.

O autoritarismo brasileiro, cujas bases se erguem a partir da própria formação inicial do Brasil como colônia portuguesa, e que evolui e se transforma ao longo da nossa história, não constitui em um traço congênito e insuperável de nossa nacionalidade, mas é certamente um condicionante poderoso em relação a nosso presente e futuro como país. A complexidade das questões envolvidas nesta discussão deve ser suficiente para deixar claro que, na realidade, o termo 'autoritarismo' é pouco mais do que uma expressão de conveniência que utilizamos para nos referir a uma história cheia de contradições e contra-exemplos, onde, no entanto, um certo padrão parece predominar: o de um Estado hipertrofiado, burocratizado e ineficiente, ligado simbolicamente a uma *sociedade debilitada, dependente e alienada*. É da superação deste padrão histórico e de suas conseqüências que dependem nosso futuro (SCHWARTZMAN, 1988, p. 26) (Grifo nosso).

Como visto, o patrimonialismo, segundo Weber, é definido como forma de dominação política em que deixam de existir, ou mesmo nunca existiram, claras divisões entre as esferas de atividade pública e privada. Por sua vez, com o conceito de o neopatrimonialismo Schwartzman entende que:

a dominação racional-legal pode degenerar em totalitarismo burocrático, é possível para este tipo de burocracia subsistir somente com seu componente racional, mas sem seu componente legal. Este é, em uma palavra, o elo teórico que faltava para a compreensão adequada dos sistemas neopatrimoniais: a existência de uma racionalidade do tipo exclusivamente 'técnico', onde o papel do contrato social e da legalidade jurídica seja mínimo ou inexistente (SCHWARTZMAN, 1988, p. 63).

O patrimonialismo político refere-se à relação entre patrimonialismo e cooptação política. A cooptação política é a referência de um sistema político com características débeis, fracas, controlado de forma hierárquica. Isso ocorre em contextos em que as estruturas componentes do governo antecedem os esforços de mobilização dos grupos sociais.

Conforme a literatura acima, no Brasil a existência da não-cidadania está vinculada ao padrão autoritário do modelo patrimonialista de formação social e política do país. A permanência desses traços no modelo de dominação brasileiro é uma razão para a continuidade das relações que impedem a diferenciação entre espaço público e privado. Essa situação é propícia à permanência de vínculos clientelistas. Nesse sentido, se trata de uma

privação estrutural de forma mais generalizada, envolvendo, por um lado, a privação dos particulares daquilo que constitui a coisa pública e, paradoxalmente, a privatização dos critérios de distribuição dos bens e recursos públicos.

As características acima descritas influenciaram sobremaneira a constituição da chamada sociedade civil brasileira, que segundo alguns autores apresenta-se como uma sociedade civil debilitada e fraca. O padrão autoritário da constituição social do Brasil pode ser percebido nas relações estabelecidas cotidianamente entre as pessoas.

Segundo Telles (1994), a sociedade brasileira pode ser caracterizada como:

Uma sociedade extremamente complexa, contraditória e atravessada por ambivalências de todos os tipos. Apenas para tocar em questões mais conhecidas, essa é uma sociedade em que a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita pela violência, preconceitos e discriminações; em que existe uma espantosa confusão entre direitos e privilégios; em que a defesa de interesses se faz em um terreno muito ambíguo que desfaz as fronteiras entre a conquista de direitos legítimos e o mais estreito corporativismo; em que a experiência democrática coexiste com a aceitação ou mesmo convivência com práticas mais autoritárias; em que a demanda por direitos se faz muitas vezes numa combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários (In: DAGNINO, 1994, p.93).

No entanto, a partir dos anos setenta, o Brasil passou a vivenciar um novo contexto histórico-social no qual movimentos sociais, associações de base e outros atores da sociedade civil se multiplicaram. Muitos foram os trabalhos que buscaram conceituar e debater a sociedade civil, no começo do período chamado de (re)democratização. Segundo Costa (1994), a partir dos anos 80 houve no Brasil um processo de construção de espaço público generalizado, em que novos atores sociais e políticos puderam atuar de acordo com suas práticas

3. 2 CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1970 – 1980):

AMPLIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, SURGIMENTO DE NOVOS ATORES SOCIAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS NO BRASIL

O surgimento de novos atores sociais e políticos com novas práticas culturais e políticas, inseridos no contexto de ampliação e revigoração da sociedade civil, passaram a um quadro fértil para a construção de espaço público no Brasil¹⁵.

Segundo Gohn (2005, p.70) o termo sociedade civil “se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar”, de forma que participar de organização associativa se tornava ato de desobediência civil e resistência ao regime político vigente. De acordo com Sader (1988) houve o surgimento de novos atores sociais inseridos em movimentos reivindicatórios ampliando o leque de sujeitos históricos, como também o surgimento dos chamados novos movimentos sociais, que buscavam o reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos. Os novos movimentos sociais tinham em seu bojo reivindicações relacionadas à busca pelo reconhecimento em termos de raça, gênero, sexo, qualidade de vida, direitos humanos (GOHN, 2005).

Com a abertura dos canais de participação, a partir de 1985, com o fim do regime militar, surge uma pluralidade de novos atores pensando novas formas de associativismo que vigoram no novo contexto político (GOHN, 2005).

A emergência dos novos movimentos sociais, a participação popular na gestão pública, a revitalização partidária “são alguns elementos que podemos apontar nessa alteração da nossa prática política e do surgimento de relevantes traços de uma cultura política, de uma moral republicana, na cena política” (Castro, In: MAIA, CASTRO, 2006, p.142-143).

Com a emergência dos novos movimentos sociais nos anos 70/80, a temática da sociedade civil torna-se pauta de muitas discussões teóricas. Alexander sintetiza o debate contemporâneo sobre o conceito de sociedade civil, separando-o em três distintas formas de análise: na primeira, a sociedade civil é compreendida pelos autores Locke e Harrington, Ferguson e Smith, Rousseau e Hegel e ainda Tocqueville. A definição abarcava instituições fora do Estado, incluindo o mercado capitalista, suas instituições, e toda forma de relação social cooperativa (GOHN, 2005).

A segunda forma é marcada pelo desenvolvimento capitalista do século XIX, sendo que a sociedade civil passara a ser vista como minada de interesses privados, e todas as atenções voltaram-se pra o estudo do Estado. Finalmente, na terceira forma de análise, é definida conforme os acontecimentos históricos das últimas décadas do século XX. Há um retorno ao estudo das teorias democráticas, “as ciências sociais passam a ter interesse nos laços e relações informais, nos relacionamentos íntimos, na subjetividade das pessoas, nos

¹⁵ Para aprofundamento na temática ver os estudos de Sader (1988); Cardoso (1983); Durham (1984); Scherer-Warren (1993); Telles (1994); Dagnino (1994); Jacobi (1980); Costa (1994) e Doimo (1995).

processos de solidariedade e confiança, nas instituições da vida pública” (GOHN, 2005, p. 68). Dessa forma, a sociedade civil passou a ser vista conceitualmente, como um espaço para construção de um senso coletivo de obrigações sociais, considerada:

Uma esfera solidária na qual um certo tipo de comunidade universal cresce gradualmente, expressa pela opinião pública; ela possui códigos e narrativas próprias expressos em idiomas democráticos, é modelada por um conjunto de instituições particulares, a maioria de notabilidade legal e algumas jornalísticas, e um conjunto de práticas interativas de civilidade, igualdade, criticismo e respeito (GOHN, 2005, p. 68 – 69).

O eixo articulador que congregava a sociedade civil, na década de 70, era o da autonomia. Nesse sentido, buscava-se a organização a revelia do Estado, e também uma tentativa de padronizar certas formas de alianças, evitando a reprodução de práticas de caráter autoritário (GOHN, 2005).

Nesse período de surgimento dos novos movimentos sociais “houve uma ampliação e uma pluralização dos grupos organizados, que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições e ONGs” (GOHN, 2005, p. 72). Um dos modelos de atuação que vigorava nos movimentos populares foi orientado pelo chamado “paradigma” da educação popular a partir da presença marcante da Igreja Católica, por meio da Teologia da Libertação. Para esse modelo definem-se os seguintes pressupostos:

Valorização da cultura popular, a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de construção de relações sociais mais justas; a necessidade de ter como referência constante, ao longo de qualquer processo pedagógico ou de mudança social, a realidade da vida dos educandos e a forma como eles encaram esta realidade – a relação entre conhecimento e politização, entre educação e movimentos sociais; o estímulo à participação dos educandos em todas as fases do processo educativo; a atenção ao pequeno, ao miúdo, ao cotidiano; a tentativa de fazer com que o ensino seja também pesquisa, uma investigação curiosa sobre a realidade (GOHN, 2005, p. 73).

Durante o processo de renovação dos movimentos sociais nas décadas específicas de 70/80, destaca-se o surgimento de movimentos com reivindicações de movimentos sociais relacionados a questões de gênero, do meio ambiente, de grupos de livre orientação sexual, entre outros. “Esses movimentos ajudaram a construir novos significados para a política, localizando-a no cotidiano, retirando sua exclusividade no campo da representação institucional e do poder, como instância centralizada no Estado” (GOHN, 2005, p. 74).

Com o fim do período militar, a partir de 85, houve progressiva abertura dos canais de participação e representação promovida pelos próprios governantes. Isso ocorreu devido a

constantes pressões exercidas pelos setores populares. No entanto, esses mesmos movimentos se fragmentaram. Surgiram novas formas de associativismo e uma pluralidade de novos atores, que terão como metas de lutas e agenda política conquistas no interior da sociedade política. O processo de redemocratização da esfera pública ocorreu, portanto, permeado das ações dos movimentos sociais. Sader (1988) procura estabelecer uma relação entre a articulação dos processos micro-sociais de resistência ao autoritarismo e a emergência dos atores coletivos. O autor revela os mecanismos e processos de conversão da ação sócio-cultural dos movimentos sociais – e das teias sociais que o gestam – em impulso pela desobstrução dos canais de mediação política e pela construção de novos espaços de manifestação (COSTA, 1997, p. 130).

Ao longo dos anos 90, com a pluralidade desses novos atores sociais, o conceito de cidadania assume relativa relevância. Além de já estar presente na pauta de reivindicações dos movimentos sociais, o conceito de cidadania foi incorporado pelos “discursos oficiais e ressignificada na direção próxima à idéia de participação civil, de exercício da civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela homogeneiza os atores” (GOHN, 2005, p. 75).

A partir dos anos 90, com a ampliação da sociedade civil surgem novos espaços públicos, espaços de participação na discussão das políticas públicas, a exemplo dos conselhos, “articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais” (GOHN, 2005, p. 77).

A participação da sociedade civil torna-se importante quando passa a ocupar espaços antes ocupados pelos representantes de interesses econômicos. A importância está em buscar a democratização das formas de gerir o Estado. Para Costa:

O caráter diferencial e renovador da ação dos movimentos sociais reside precisamente na sua institucionalidade distinta (mais flexível e informal) e em seu ancoramento nos processos primários de reprodução social. Sua contribuição para o revigoramento da vida pública encontra-se na possibilidade de tornar conhecidas as demandas e questões que emergem nas franjas dos núcleos institucionais de discussão e deliberação (COSTA, 1997, p. 131).

A ação dos movimentos sociais perpassa o momento de revigoramento da sociedade civil. Entre os anos setenta e oitenta, quando houve o processo de (re)democratização e revigoramento da sociedade civil, surgiram, também, formas inovadoras de organização dos atores sociais. Ou seja, novas formas de efetivar práticas no modo de gestão sócio-estatal.

Dentre as formas de organização social popular que merecem destaque está o movimento das rádios comunitárias. Nesse contexto, portanto, está inserido o surgimento das rádios comunitárias no Brasil, buscando alternativas para a comunicação popular.

4 RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO OBJETO DE ESTUDO

4.1 COMUNICAÇÃO POPULAR: (RE)PENSANDO O USO DO RÁDIO COMO EMISSORA COMUNITÁRIA

Entre os anos setenta e oitenta, quando houve o processo de (re)democratização e revigoração da sociedade civil na América Latina, surgiram, também, formas inovadoras de organização dos atores sociais. Nesse contexto, está inserido o surgimento das rádios comunitárias no Brasil, buscando alternativas para a comunicação popular.

Nas décadas de 1970 e 80 o conteúdo da comunicação popular

centrava-se na proposta de contestação ao *status quo*, conscientização política e organização para transformação da sociedade capitalista. Atualmente, apesar de algumas premissas continuarem vivas, a conjuntura é outra e as preocupações das pessoas também, e assim vão sendo incluídas novas temáticas e mudando as linguagens e tipos de canais adequados ao momento atual. Hoje o cerne das questões gira em torno da informação, educação, arte e cultura, com mais espaço para o entretenimento, prestação de serviços, participação plural de várias organizações (cada uma falando o que quer, embora respeitando os princípios éticos e normas de programação) e divulgação das manifestações culturais locais (PERUZZO, 1998, p.152).

Apesar das mudanças ocorridas com o passar do tempo, no espaço na mídia comunitária não há um modelo único, mesmo existindo características centrais que a definem. Cada vez mais a comunicação comunitária vai se revelando numa pluralidade de formas e mostrando sua validade no contexto das comunidades, mesmo que não expressem mecanismos puros de autogestão. A expressão *comunicação comunitária* é de uso recente, certamente numa tentativa de dar conta às transformações nesse âmbito, ou seja, da passagem de uma comunicação mais centrada no protesto e na reivindicação e muito ligada aos movimentos populares para uma comunicação mais plural e de conteúdo abrangente.

Cogo (1988) destaca que entre os objetivos das rádios comunitárias está a democratização da comunicação, de forma que se agrega ao movimento maior de construção da sociedade civil e da esfera pública no cenário brasileiro. O conceito de rádios comunitárias está presente nos debates sobre o tema. Segundo Cogo:

Rádios livres no Brasil, comunitárias na Argentina, participativas na Nicarágua, populares no Equador e Peru (...) mas quando dizemos rádio comunitária a que definição estamos nos referindo? Chamar comunitário pela potência de sua antena

seria uma redução perigosa porque uma rádio comunitária quando crescesse perderia sua própria definição. Se considerarmos a propriedade, também teremos problemas. Na América Latina, há excelentes experiências de construção democrática em rádios das igrejas progressistas, rádios privadas que passam anúncios comerciais e se mantêm como empresas, rádios de propriedade comum e rádios do Estado. O que define uma rádio comunitária são os objetivos que persegue: democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que nossa sociedade seja mais democrática (COGO, 1998, p. 18).

A disseminação das rádios comunitárias pode ser compreendida, de acordo com duas dimensões: uma local e outra nacional. A primeira está relacionada a contribuição das rádios comunitárias na transmissão de idéias locais consolidando a política das organizações comunitárias. A segunda, a dimensão nacional, destaca o fato de estarem relacionados ao direito de comunicação e expressão (TEIXEIRA, 2003).

As rádios comunitárias caracterizam-se por dois aspectos: ser de iniciativa popular, surgindo dentro da própria comunidade e incentivar a participação popular por meio de sua ação e programação. O objetivo das rádios comunitárias é atender a um determinado público, na maioria das vezes a comunidade que está mais próxima, sendo assim, mais sensíveis às necessidades locais. A sua existência pode estimular a cooperação entre indivíduos de um dado local, auxiliando na solução dos problemas localizados (TEIXEIRA, 2003).

Para Teixeira (2003) a construção de programas de rádio é também uma forma de organização social, pois “o conceito de mobilização social nos centros urbanos implica, sobretudo, o fortalecimento da cidadania e da cultura local” (p. 2). Teixeira (2003), ainda destaca a questão da diferenciação de objetivos existente entre uma rádio comercial e uma rádio comunitária, como também as implicações que isso traz para a democratização do espaço:

Ainda sobre a discussão da democratização dos meios de comunicação, e mais especificamente da radiodifusão, a grande questão refere-se à necessidade de se ampliar os espaços para outras modalidades de rádio que não só à aquelas controladas por grupos comerciais. As rádios comerciais buscam abranger o maior número de ouvintes para definir a sua tabela de publicidade e aumentar a margem de lucro dos seus donos (TEIXEIRA, 2003, p. 03).

A “comunicação popular”, característica considerada diferencial das rádios comunitárias está vinculada, em geral, às práticas dos movimentos sociais coletivos. Conforme Peruzzo (1995) as rádios comunitárias são dirigidas aos interesses da comunidade, sendo elas um dos meios para possibilitar a interação e a ação das pessoas.

O surgimento de movimentos políticos sociais na América Latina, como a Revolução Cubana, contribuíram para o incremento das experiências comunitárias no campo do rádio à medida que impõem no continente a reformulação teórica do problema da comunicação a partir de modelos que favorecem a prática da comunicação junto aos setores marginalizados da sociedade (COGO, 1998, p.57).

A utilização de emissoras comunitárias implica que haja participação e acesso da população local, supondo que existe uma gestão conjunta do veículo de comunicação.

Peruzzo (1999) destaca elementos que considera fundamentais para a caracterização de uma rádio como emissora comunitária.

1 – *Não deve ter fins lucrativos*. Com os recursos adquiridos através da venda de espaços para anúncios, as rádios comunitárias canalizam os lucros adquiridos para manutenção ou reinvestimento nos equipamentos necessários para a continuidade de seu funcionamento.

2 – *Programação comunitária*. Os programas desenvolvidos pela rádio mantêm vínculos com a realidade local.

3 – *Gestão coletiva*. Desenvolve um modelo de gestão que engloba a participação da comunidade local, seja por meio de intervenção direta ou por órgãos deliberativos.

4 – *Interatividade*. A interatividade possibilita o acesso ao gerenciamento das informações, através da democratização do uso do microfone, que pode se estender até a produção e transmissão de programas próprios.

5 – *Valorização da cultura local*. A valorização ocorre através da elaboração e transmissão de programas voltados para a cultura local.

6 – *Compromisso com a cidadania*. Há o comprometimento com a educação para a cidadania no conjunto da programação.

7 – *Democratização da comunicação*. Democratiza a comunicação, pois proporciona treinamento às pessoas da comunidade, com a finalidade de que aprendam a criar e executar a programação.

As primeiras experiências de emissoras com conotação comunitária, de acordo com a definição de Peruzzo, surgiram em meados dos anos 40 na Colômbia e nos Estados Unidos. Segundo o estudo de Denise Cogo (1998), houve grande influência de grupos de base cristã, principalmente a igreja católica, e sindicatos para promover o uso de rádio como emissora comunitária na América Latina. Portanto, “ao lado dos sindicatos, a Igreja foi uma das principais instituições a promover experiências de uso do rádio como emissora comunitária na América Latina” (COGO, 1998, p. 58). Ambas as vertentes sociais usariam o meio

radiofônico para divulgação de seus interesses, suas atividades associativas, suas lutas, e também para atividades educativas, voltadas tanto para o meio rural como o urbano.

A influência da Igreja Católica realiza as primeiras experiências a partir de 1947, na Colômbia, com o início do funcionamento da *Rádio Sutatenza*.

Voltada à comunicação rural e não somente agrícola, a Rádio Sutatenza, enquanto meio de comunicação coletiva, combina-se com uma série de outros meios e programas de comunicação para a promoção do desenvolvimento rural. Além da transmissão e recepção de programas de rádio, o projeto envolve o emprego de cartilhas distribuídas gratuitamente, uma biblioteca rural, um periódico semanal, discos e fitas cassetes, que servem para esclarecer e complementar as mensagens educativas (COGO, 1988, p. 59).

Em torno do funcionamento do rádio existia uma rede de contatos desenvolvidos pela emissora. Esses contatos possibilitavam a realização de um trabalho conjunto com outras paróquias e trabalhadores rurais. Entre os trabalhos desenvolvidos estava o de alfabetização de adultos. A *Rádio Sutatenza* serviu de modelo para o conceito de rádio educativa e como escola radiofônica na América Latina. A rádio começou a declinar na década de 70, pois deixou de receber o incentivo financeiro do governo e da igreja católica.

As rádios sindicais também cresceram na América Latina, começando suas atividades principalmente na Bolívia, por volta de 1947. As primeiras rádios vinculadas a sindicatos organizaram-se em torno de trabalhadores mineiros, fabris e camponeses e usavam o meio radiofônico para “informar sobre suas atividades associativas, propagandear suas lutas e promover a defesa de suas culturas” (COGO, 1988, p.63).

Na Bolívia, em 1963, havia 23 transmissores operando, os quais cobriam 20% do país, todos mantidos por trabalhadores mineiros, através de descontos quinzenais em seus salários. A criação dessas rádios estava ligada à necessidade de comunicação entre os mineiros que lutavam por melhores salários e condições de trabalho (SOUZA, 1997, p. 42).

Os sindicatos pretendiam ampliar influências e redes de apoio, fortalecendo suas organizações através da propaganda. Isso acabou gerando sérios conflitos com as rádios comerciais. Estas pediram o cancelamento das licenças das rádios sindicais da Bolívia.

Tanto a vertente sindical como a católica faziam seus trabalhos com limitações que advinham desde a descoberta da linguagem própria ao meio radiofônico, passando pela subvalorização da cultura, da capacidade de opinião e decisão dos setores populares e chegando, por fim, a explicitar a inexistência de projetos políticos, educativos e comunicacionais, capazes de devolver ao povo, de forma global e organizada, o papel de protagonista no processo da comunicação (COGO, 1988, p. 67).

Na década de 70, há um desenvolvimento significativo em todos os continentes de tecnologia de baixo custo no âmbito das telecomunicações. “Mecanismos baratos e práticos são incorporados às organizações populares com o objetivo de socializar conhecimentos nos diversos níveis” (COGO, 1988, p. 73). As rádios se proliferaram, entretanto, de acordo com cada contexto as especificidades são definidas.

O que existem são rádios populares (...) rádios que em muitas e diferentes circunstâncias, respondendo a origens e projetos também distintos, desenvolvem uma prática comunicativa que se diferencia do modelo de comunicação radiofônica dominante porque são expressão de uma opção de mudança (MATA, In: COGO 1988, p. 74).

As atividades comuns estavam voltadas para a educação popular e para a participação da população na construção daquele instrumento de comunicação. Entretanto, não existe um modelo único de rádio comunitária, pois “as motivações, os conteúdos, a gestão e a estratégia variam, levando em conta, principalmente, os contextos históricos diferenciados em que ocorrem” (COGO, 1998, p. 74). De acordo com a autora:

Na mesma medida em que se verifica, na América Latina, uma expansão do sistema de rádios comerciais, orientadas, sobretudo, por modelos e padrões norte-americanos, observa-se uma intensificação das experiências participativas de uso do rádio (COGO, 1988, p. 57).

O fato é que existem relatos de várias outras experiências de rádios com caráter comunitário na América Latina. Vários segmentos sociais perceberam as possibilidades do uso popular e participativo do rádio, como sindicatos, igrejas, universidade e movimentos sociais. O uso de alto-falantes foi importante para a construção de rádios comunitárias ligadas a movimentos sociais. Conforme destaca Cogo (1998), no Brasil, as rádios comunitárias se disseminaram a partir dos anos oitenta primeiramente na Zona Leste de São Paulo com o uso de alto-falantes, dentro do contexto de emergência de movimentos sociais. Associações e movimentos que, não podendo operar emissoras convencionais, em razão das limitações impostas pelo sistema de concessão de canais e pelas condições econômicas, se valem desse instrumento para transmitir programas e satisfazer, assim, algumas de suas necessidades de comunicação (PERUZZO, 1999, p. 159).

Nos anos 70, houve uma importante experiência em Lima, no Peru. Villa El Salvador, com 200 mil habitantes formava uma comunidade urbana autogestionária, tendo como base territorial um assentamento que havia sido promovido pelo governo. Eles utilizaram os

sistemas de auto-falantes para facilitar a comunicação e a construção de mobilizações que participavam.

Os grupos que influenciaram a organização das rádios comunitárias, como igreja, sindicatos, variaram com o decorrer dos anos na América Latina. Surgiram novas emissoras com novos protagonistas, como grupos de jovens, mulheres, cooperativas, organizações não-governamentais. Para Cogo (1988), apoiada em José Vigil, são três os principais desafios que se impõem as rádios comunitárias atualmente: a qualidade dos emissores, massividade dos receptores e modernidade dos programas.

4.2 RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO BRASIL

No Brasil, a história do rádio começa no Rio de Janeiro, no início da década de vinte, entretanto, popularizou-se o seu uso nos anos de 1930, sendo destacado o papel comercial que a programação da época assumiu. Segundo Souza, a expansão da radiodifusão é favorecida pelo contexto político-econômico da época: o comércio e a indústria ganhavam força e precisavam introduzir seus produtos no mercado interno, através do incentivo ao consumo. Aliado a isso, o poder Executivo estava fortemente centralizado nas mãos de Getúlio Vargas, que foi o primeiro governante brasileiro a perceber as potencialidades políticas do rádio (SOUZA, 1997, p. 30).

Na década seguinte, a de 40, o rádio no Brasil, teve sua fase reconhecida de sucesso, ficando famosa como a 'época de ouro', momento de destaque das rádionovelas, grande audiência, e destaque para os anunciantes. Com o surgimento e difusão da televisão, na década de 50, o rádio perde espaço na história da comunicação brasileira. Sob nova realidade o rádio adapta-se e encontra formas de sobrevivência e consegue manter-se como importante meio de comunicação.

As rádios comunitárias vêm se constituindo como importante meio de comunicação alternativa há mais de meio século no mundo. O movimento de rádios comunitárias nasce a partir da organização das rádios livres como movimento e da disseminação destas entre as classes populares, que passam a fazer uso do rádio como veículo de entretenimento e organização social.

As rádios livres surgiram na Europa, nos anos 70. Elas tiveram grande influência na história mundial das rádios comunitárias. Possuíam como objetivo a quebra do monopólio

estatal de controle da radiodifusão. Pretendiam ser a alternativa para a programação oficial, preocupando-se com a “contra-informação, a contracultura, a autogestão, a liberdade de expressão e vários temas afins, sempre em tom contestatório” (SOUZA, 1997, p. 20 – 21). O movimento das rádios livres pertence aqueles que o promoveram, aqueles que não têm espaço para se expressar nas mídias oficiais (Guattari, In: MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO 1987, p.11). Para Guattari:

Tratava-se de um instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz não apenas de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global (1987, p. 12).

Conforme a pesquisa realizada por Souza (1997), o surgimento das rádios comunitárias está vinculado ao movimento pelas rádios livres, no Brasil. A disseminação das rádios livres nas classes populares, bem como a organização desse movimento possibilitou que se pudesse fazer uso do rádio como veículo de entretenimento e organização social. De acordo com Souza: rádios comunitárias têm como preocupação fundamental possibilitar o acesso da comunidade ao rádio, para que o veículo seja um instrumento (meio, e não fim) de mobilização e conquistas populares dentro de determinada comunidade (1997, p. 21).

Essas rádios livres exerceram forte influência sobre as rádios comunitárias do Brasil, quando elas começaram a nascer.

As rádios comunitárias são, portanto, um fenômeno mundial, que tornaram possível o desenvolvimento de objetivos educacionais e sociais. O uso de rádio como instrumento de organização social é justificável pela capacidade de alcance à maioria da população, pois ele chega às regiões que outros veículos de comunicação não alcançam. O rádio tem baixo custo de instalação e exige menor complexidade tecnológica.

Merecem destaque as rádios livres que surgiram no Brasil e influenciaram diretamente a história das rádios comunitárias. Surgiram como forma de protesto contra os meios de comunicação, que dominavam o cenário nacional da comunicação. Podem ser destacados os casos da *Rádio Paranóica* do Espírito Santo, criada em outubro de 1970 por iniciativa de dois irmãos que queriam tão somente fazer rádio. Outras duas experiências são a *Rádio Spectro* de Sorocaba (SP) e *Rádio Globo de Criciúma* (SC), criadas nos anos de 1976 e 1978, respectivamente.

De uma simples vontade de fazer programas de rádio, as rádios livres passam a questionar a centralização dos meios de comunicação, bem como a problemática sócio-econômica e política do país. Para Peruzzo (1999):

As rádios livres, mesmo que algumas possam ter sido decorrência de aventuras sem maiores pretensões políticas, são, no conjunto, um protesto contra a forma de acesso aos instrumentos massivos e uma tentativa de conquistar liberdade de expressão a qualquer preço. Eles contribuíram para o debate sobre a estrutura dos meios de comunicação no Brasil (1999, p. 245).

No Brasil, o nascimento da comunicação popular também está situado nos movimentos sociais, especificamente na emergência do movimento operário e sindical, urbano e rural, sendo que somente a partir dos anos noventa ocorre uma difusão territorial das rádios comunitárias (COGO, 1998). Elas passam a ocupar um espaço crescente, pois podem se tornar um movimento que nasce dentro da comunidade, criando meios de participação. As primeiras experiências adaptavam alto-falantes para o uso de emissoras comunitárias.

As práticas iniciais ocorreram na periferia da cidade de São Paulo, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e datam dos anos 80, momento em que emergiam os movimentos sociais e de disputa pela ajuda da Assembléia Nacional Constituinte (1987 – 1988). A experiência surgiu em conjunto com um grupo de alfabetização de adultos na favela Nossa Senhora Aparecida que reunia cerca de 1200 famílias. A rádio foi criada como instrumento de convocação dos moradores para reuniões e assembleias realizadas no local. Posteriormente uma programação sistematizada fora difundida pela emissora (COGO, 1998).

No Brasil, no ano de 1995, o termo '*rádio comunitária*' foi adotado por ocasião do I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, sendo elas definidas como rádios que funcionam através de gestão pública, operam sem fins lucrativos e tem programação cultural (Peruzzo, 1999). Conforme Souza (1997), as rádios comunitárias têm como preocupação fundamental possibilitar o acesso da "comunidade" ao rádio, para que seja um instrumento de mobilização e conquistas populares dentro de determinada comunidade. Pressupõe-se que essa prática comunicacional pode contribuir para o fortalecimento da comunidade, bem como para a consolidação do processo democrático.

Em 1995, surge um movimento de mobilização nacional a favor da conscientização das mulheres a fazerem uso do rádio, denominado de Rede de Mulheres no Rádio, ainda no contexto da democratização.

A partir de 1996, começa um processo de mobilização para a legalização das rádios comunitárias de baixa potência. Cerca de 5 mil emissoras fizeram parte da mobilização no

Congresso Nacional reivindicando a aprovação de uma lei de regulamentação da radiodifusão comunitária.

Em 1998 é criada a lei que regulamenta as rádios comunitárias, sendo que no artigo primeiro é definido o que é uma rádio comunitária (conforme a lei Lei Nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998¹⁶):

Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

De acordo com a lei, as rádios comunitárias devem oferecer espaço para o desenvolvimento da comunidade, no sentido de difundir a cultura local, integrar e estimular o convívio social, auxiliar na prestação de serviços de utilidade pública e apoiar a prática da cidadania.

As exigências mínimas são de baixa potência no serviço prestado à comunidade, e cobertura restrita ao atendimento de determinado território de um bairro e/ou vila. Nesse contexto “o bairro aparece, então, como o grande mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, um espaço que se estrutura com a base em certos tipos específicos de sociabilidade e, por último de comunicação entre parentes e vizinhos” (COGO, 1998, p.51).

Desde 1983 existe a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), presta serviços ao movimento das rádios populares. “Seu trabalho consiste em promover, facilitar e coordenar a cooperação e o intercâmbio entre emissoras de todo mundo” (COGO, 1998, p.91). No Brasil, existe a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), organização que surgiu há 10 anos com a finalidade de tentar unificar as reivindicações das rádios comunitárias de todo o país. Conforme definição da própria ABRAÇO:

A Abraço é uma organização de militantes e rádioamantes de rádios comunitárias pelo país afora. Nossa luta é pela democratização dos meios de comunicação, ou seja, queremos que os meios de produzir e divulgar notícias e informações sejam acessíveis a todos. A luta não é para “falar o que o povo deve ouvir”. A luta é para todas as vozes do povo serem faladas, ouvidas e compreendidas. O movimento pela democracia na comunicação é um movimento específico e uma causa transversal. Não está a serviço de nada nem ninguém. Está ao lado dos demais movimentos populares. Forjou seus lutadores ao longo de 20 anos. É protagonista de seu destino. (<http://www.abracors.org.br/quemsomos.php>. Acessado em 12/07/2008).

¹⁶ Disponível no site: http://www.fenaj.org.br/Leis/Radio_Comunitaria.html , consultado pela última vez em 17/06/2007.

Segundo a definição têm-se muita preocupação em disponibilizar os meios de comunicação alternativos para a multiplicidade de vozes que deles podem fazer uso. Filia-se a um movimento maior de busca pela democracia na comunicação.

Para realizar a fiscalização das emissoras comunitárias brasileiras existe a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), vinculada ao Ministério das Comunicações e a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). De acordo com o relatório produzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial, no ano de 2005, apenas oito rádios comunitárias do total abaixo descrito obtiveram outorga de funcionamento. Para solicitar a outorga de funcionamento para uma rádio comunitária há a necessidade de efetivar um encaminhamento para a sede do Ministério das Comunicações, em Brasília.

Se houver canal, uma frequência disponível para a localidade de interesse, o Ministério das Comunicações tornará público através do Diário Oficial da União, um aviso do processo de Inscrição de Habilitação, e a partir de então as rádios solicitantes devem aguardar a tramitação do processo de solicitação até acontecer a autorização.

De acordo com os dados apresentados pelo Ministério das Comunicações, atualmente a situação da radiodifusão comunitária, no que concerne aos pedidos de autorização, encontra-se da seguinte forma:

Quadro 1 - Situação da radiodifusão comunitária no país

Total de processos em tramitação	1364
Total de processos arquivados	4555
Total de rádios autorizadas	2353
Total de municípios com rádios autorizadas	2178
Total de municípios sem rádios autorizadas	3384

Fonte: Ministério das Comunicações, julho de 2005.

De acordo com o quadro acima apresentado, pode-se visualizar o grande número de pedidos de autorização para o início de transmissão através de rádios comunitárias que se encontram arquivados. Merece destaque também, o elevado número de municípios onde existem rádios comunitárias funcionando mesmo sem autorização do Ministério das Comunicações.

4.3 RÁDIOS COMUNITÁRIAS E O ESPAÇO PÚBLICO

Os meios de comunicação em geral, ao contrário do que Habermas afirmara primeiramente¹⁷, não obstruíram o processo de construção e desenvolvimento da esfera pública, mas, no entanto, possibilitaram a construção de um novo espaço público. Nesse novo espaço público ocorre o aprofundamento das discussões e reflexões sobre as questões que se tornam relevantes no cotidiano. Os processos comunicativos têm fundamental importância no desenvolvimento da tematização de questões importantes. De acordo com Maia, “as relações sociais diárias e a própria identidade social passam a ser crescentemente construídas no processo, e através do processo, da comunicação midiática” (1998, p. 134).

De acordo com Teixeira (2003, p. 8), “a recuperação da esfera pública, ainda que não com a intensidade da esfera pública burguesa, ocorre ao ser resgatada a racionalidade comunicativa que prioriza o uso do convencimento para a produção do consenso”.

As rádios comunitárias atuam na perspectiva de aproximar o emissor e o público no processo comunicativo.

Ao invés de serem meras propagadoras de opiniões e de mensagens verticalizadas, elas devem levar em conta o público como sendo pluralmente composto, em termos sociais, políticos e culturais, e que o ouvinte deveria ser entendido como um sujeito social que age e interage com a mensagem e com amplas possibilidades de se transformar também em emissor. Em conseqüência, o universo referencial da transmissão deve ser construído a partir da prática social e discursiva dos ouvintes e não apenas criar um mundo radiofônico e simbólico a ser verticalmente ofertada a eles (OLIVEIRA, 2000, p. 4).

Segundo teorias clássicas da comunicação, como os estudos desenvolvidos nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, que se caracterizam por uma concepção transmissiva da comunicação, o processo de comunicação é visto a partir de dois momentos que são analisados de forma separada. No desenvolvimento das formas de comunicação existem aqueles que emitem as mensagens (emissores). Emissores são aqueles que detêm controle da produção e tomam as decisões relativas à emissão. Na outra etapa componente do processo estão os receptores das mensagens emitidas e, segundo o modelo tradicional de análise assumem postura passiva diante das mensagens emitidas pelos meios de comunicação. Essa concepção foi objeto de muitos estudos. No entanto, existem outras formas de análise

¹⁷ Habermas torna a repensar essa temática a partir da obra *Direito e Democracia* (1997), afirmando que a esfera pública não foi totalmente deteriorada como ele havia constatado em 1984 na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.

mais recentes, como a hipótese da *agenda setting*, dialogando com as teorias da construção social da realidade, desfazem a idéia dos determinismos rígidos e cadeias da realidade, indicando a atuação da mídia no estabelecimento da pauta e na criação de um entorno cognitivo. O receptor, no entanto, continua agendado pela mídia, falando sobre o que ela propõe e pensando através das molduras por ela construídas (FRANÇA, 2006, p. 64).

Conforme aponta França (2006), surgiu nos últimos anos uma nova perspectiva teórica, conhecida como *estudos da recepção*. Ela estabelece uma crítica ao paradigma informacional e ao enfoque da passividade do receptor. Ancorada em outras matrizes teóricas, os estudos de recepção procuram a inserção dos sujeitos em redes sociais e identificam um sujeito que resiste, negocia, dribla os propósitos do emissor e promove usos particulares e diferenciados dos produtos consumidos (FRANÇA, 2006, p. 65)

Diante da ótica de construção dos sujeitos de discurso, embasados nas teorias da linguagem (França, 2006), o sujeito produtor de discursos é alvo de variadas conceituações tais como: narrador, enunciador e locutor. O locutor é aquele que produz enunciado, discurso e é visto como agente dotado de intencionalidade. O receptor é visto também como sujeito capaz de escolha e ação que produz, a partir do seu lugar, escolhas e interpretações.

A concepção que procura unir a perspectiva lingüística (de natureza verbal, governada pelos princípios formais da língua) com a situacional (de natureza psicossocial) para compreender o processo que se estabelece durante a comunicação, pressupõe que os comportamentos humanos representam ao mesmo tempo atores sociais e sujeitos comunicantes (FRANÇA, 2006, p. 68). Sob esse enfoque,

os sujeitos em comunicação – isto é, colocados em uma situação de interação e capazes de reconhecer o papel de interlocutor assumido por um e outro – são apanhados em uma dupla visada: em uma face do processo de produção de sentido eles surgem como parceiros de uma situação de troca, seres sociais, interlocutores, sujeito comunicante e sujeito interpretante, na outra face, eles surgem como protagonistas, intralocutores, seres de fala, sujeito enunciador e sujeito destinatário. A primeira face representa um espaço de limitações, “porque ele compreende os dados mínimos aos quais é necessário satisfazer para que o ato de linguagem seja válido”; a segunda face representa um espaço de estratégias, “porque ele corresponde às possíveis escolhas que os sujeitos podem fazer na encenação do ato de linguagem”. Embora haja condicionamento entre uma e outra, não há transparência absoluta (FRANÇA, 2006, p. 69).

Para essa interpretação sócio-histórica e cultural, o sujeito da comunicação é entendido como um sujeito social, inserido no mundo. Os estudos baseados nessa concepção teórica enfocam questões que estão inseridas no contexto do processo comunicativo, como classe social, escolaridade, variáveis socioeconômicas, gênero, enfim, formas de contextualizar

socialmente o sujeito da comunicação. Os *estudos de recepção* adotam a perspectiva de compreensão dos receptores como sujeitos pertencentes ao mundo e com diferentes experiências.

Essa mudança – pensar a comunicação a partir da cultura – conduz os trabalhos de investigação para mediações (lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão), para os lugares privilegiados das mediações culturais, que seriam, segundo Martin-Barbero, a cotidianidade, a temporalidade e a competência cultural. E para o espaço da cultura e para esses lugares das mediações que se dirigem os estudos; para as investigações das práticas cotidianas, desenvolvidas nessa situação primordial de reconhecimento que é a família; para a significação social do tempo da produção em contraposição a outras temporalidades; para as distintas competências culturais que desfazem as fronteiras rígidas de classes e atravessam os agrupamentos sociais por via da educação formal, mas também através das configurações trazidas pelas etnias, culturas regionais, imaginários. As buscas das mediações direcionam os estudos para uma melhor compreensão desses lugares - e estimula uma etnografia das audiências para além das suas relações com a mídia. Os estudos voltam-se para a caracterização dos grupos sociais, das situações vividas, abandonando, de certa forma, a relação propriamente dita de consumo e recepção dos produtos midiáticos; o interesse pelo conhecimento do grupo suplanta o interesse pelo processo comunicativo (FRANÇA, 2006, p.71).

Portanto, o sujeito da comunicação é um sujeito social; ele é também um enunciador de discursos ou um leitor de textos. Está enredado em uma teia de relações sociais e históricas. Esses sujeitos são interlocutores, falam um com o outro, produzem laços discursivos que os unem.

Diante da apresentação de uma breve noção de teoria da comunicação, será inserido o histórico da Rádio Quilombo FM, rádio comunitária, que apresenta sua programação no Bairro Restinga.

4. 4 O CASO DA RÁDIO COMUNITÁRIA NO BAIRRO RESTINGA EM PORTO ALEGRE

4. 4. 1 A história

Esta dissertação tem como objeto de estudo, a experiência da rádio comunitária chamada Rádio Quilombo FM, localizada no bairro Restinga, que se situa na periferia da cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

A Rádio Quilombo FM inaugurou seu estúdio de transmissão em março de 2007, ocupando um espaço físico pertencente ao grupo chamado de Resistência Popular. O grupo Resistência Popular caracteriza-se por ser um movimento social que se organizou através da luta por reforma urbana¹⁸, com a colaboração de outros movimentos e organizações de moradores de bairro. O movimento atua no bairro Restinga desde o ano de 2002. Os trabalhos que o grupo vinculado a Resistência Popular desenvolve no bairro, ocorrem em torno de três grandes temas: educação popular, comunicação comunitária e produção de áudio e vídeo.

A história da Rádio Quilombo FM teve início por meio do acúmulo de várias experiências na área da comunicação. As primeiras aconteceram com a realização de oficinas que discutiam a temática da comunicação, realizadas no Comitê da Resistência Popular. Outro fator importante para o nascimento da Rádio Quilombo FM foi a influência deixada pela extinta Rádio Restinga FM. Esta serviu como embrião para o nascimento da Rádio Quilombo FM. Entretanto, desde o período de sua gestação até seu nascimento, outras experiências de rádio aconteceram, como a transmissão através da Rádio Corneta, semanalmente junto a feira, e a Rádio Resistência que funcionava em caráter experimental e mensalmente.

A Rádio Restinga FM foi fechada no ano de 2004, pois teve seus equipamentos apreendidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) devido a falta de aparato legal para a concessão de funcionamento. A Rádio Restinga FM tinha cerca de sessenta pessoas trabalhando em sua programação e funcionava durante todos os dias da semana, buscando cumprir o caráter de rádio comunitária. Portanto, participavam da sua organização diária diversos segmentos sociais e políticos do bairro Restinga, o que proporcionava múltiplo debate. Na grade de programação existiam programas de caráter musical, programas destinados aos movimentos sociais do bairro, e programa de caráter policial. Ela funcionou no período de 1998 até 2004, portanto, durante seis anos.

A história da Rádio Quilombo FM se inicia, portanto, nos primórdios da Rádio Restinga FM. A Rádio Restinga FM surgiu com o objetivo de reunir diferentes grupos do bairro Restinga, que demonstraram interesse em construir uma rádio, como alternativa aos meios de comunicação já consolidados. Possuía programação diária e funcionava sem a licença expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, (ANATEL), portanto o seu funcionamento era considerado ilegal. Com o fechamento da Rádio Restinga FM¹⁹, um pequeno grupo de seus integrantes, percebendo o interesse da comunidade em continuar

¹⁸ Busca por formas de moradia que correspondam a padrões dignos de residência.

¹⁹ O fechamento da Rádio Restinga FM teve repercussões na mídia nacional, tendo notícias publicadas no Centro de Mídia Independente (CMI). Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/08/288115.shtml>, consultado no dia 12/07/2008.

ouvindo e participando das transmissões da rádio comunitária, resolveram, de alguma forma, continuar com o projeto da rádio comunitária.

Este pequeno grupo era vinculado ao movimento social organizado no Comitê da Resistência Popular, que possui um imóvel no bairro Restinga. Este prédio acabou se tornando sede para o funcionamento da rádio comunitária, pois o grupo começou a buscar alternativas para resolver a situação de privação da comunicação no interior do bairro.

No ano de 2004, de 22 a 25 de julho, durante a realização da IV Conferência do OurMedia/Nossa Mídia, em Porto Alegre, que foi um encontro de mídia internacional, aconteceu, como parte da programação do evento, uma oficina sobre comunicação comunitária. Nesta oficina participou o grupo vinculado à Resistência Popular e à comunicação comunitária do bairro Restinga. Durante a realização da oficina o grupo manteve contato com outro grupo vinculado a comunicação comunitária dos Estados Unidos. No Fórum Social Mundial (FSM) sediado em Porto Alegre no ano de 2005, houve o reencontro dos participantes do OurMedia/Nossa Mídia para realização de nova conferência. Nesse novo encontro, o grupo estadunidense doou uma série de equipamentos como, caixa de som, mesa de som, e um transmissor, para o grupo do bairro Restinga. A partir disso houve condições técnicas para o início das transmissões radiofônicas, objetivo do grupo reunido.

Após esse importante momento, o grupo começou a realizar oficinas sobre comunicação para as pessoas que tivessem interesse no bairro Restinga. A divulgação dessas oficinas acontecia através de pequenos cartazes colados em postes e da propaganda pessoal, ou seja, cada morador comunicava o outro sobre a programação. Assim aconteceu o início da Rádio Resistência, que depois de organizada passou a transmitir uma vez ao mês a partir do Comitê da Resistência Popular, buscando discutir questões consideradas importantes para a comunidade. Essas transmissões eram mensais e realizadas com a participação de muitos convidados, na qualidade de músicos do bairro, professores, moradores, etc. Discutiam temáticas de interesse geral, trazidas pelos participantes. Os temas abordavam assuntos relativos a saúde pública e temas de interesse juvenil como a gravidez na adolescência.

No ano seguinte, em 2006, buscando conquistar um envolvimento maior das pessoas residentes no bairro, o grupo pensou uma nova forma de comunicação comunitária. A experiência foi chamada de Rádio Corneta. A Rádio Corneta passou a transmitir diretamente da feira de hortifrutigranjeiros por meio do uso de alto-falantes fixados nos postes, realizada todos os sábados à tarde na Esplanada (praça central do bairro Restinga). Através da Rádio Corneta, havia a participação de forma direta dos feirantes e consumidores na realização da

transmissão, pois os equipamentos do rádio estavam instalados e funcionavam diante do olhar atento dos que por ali passassem.

A Rádio Corneta ficava instalada no espaço da feira e as pessoas podiam escolher as músicas que desejavam ouvir, como também fazer reclamações, discussões, ou seja, fazer uso do microfone sem intermediações. A Rádio Corneta possibilitava um debate direto entre os moradores do bairro Restinga, discutindo temas de interesse geral, como funcionamento do sistema de saúde pública na localidade. Eventualmente havia convidados que colaboravam na construção dos programas, como trabalhadores da saúde, que tinham conhecimento da realidade local.

Entretanto, nesse intermédio de tempo houve o processo de construção da Rádio Quilombo FM, durante o ano de 2006. Enquanto a Rádio Corneta funcionava na praça da Esplanada, a Rádio Quilombo era projetada. O mesmo grupo vinculado à Resistência Popular, cerca de 10 pessoas, buscava uma forma de comunicação que se tornasse mais sólida e com programação definida previamente. A idéia inicial era continuar com os dois projetos de rádio paralelos, no entanto, devido ao insuficiente número de pessoas que pudessem trabalhar na Rádio Corneta e Rádio Quilombo, optou-se por uma delas. O nome da nova rádio foi escolhido por meio da realização de uma votação livre na feira dos sábados à tarde, ainda durante o funcionamento da Rádio Corneta.

Os equipamentos necessários utilizados para a transmissão da programação ainda eram os que haviam sido doados ao grupo durante o FSM do ano de 2005. Os quatro computadores lá existentes foram adquiridos através da disputa do edital de seleção pública realizado pelo Ministério da Cultura. Os locais escolhidos, os chamados Ponto de Cultura, participavam da seleção com um projeto elaborado para incentivar formas culturais no bairro.

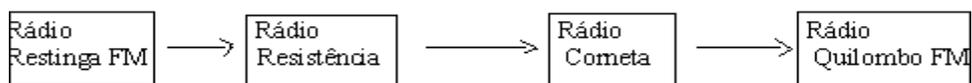
O *Ponto de Cultura* é uma ação do Programa Cultura Viva, desenvolvido por meio de convênios de grupos culturais com o Ministério da Cultura (MinC). Por meio de seleção, formam-se os *Pontos de Cultura* que ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações que já estão sendo desenvolvidas nas comunidades. Atualmente, existem mais de 650 *Pontos de Cultura* espalhados pelo país. O papel do Ministério da Cultura é o de agregar recursos e novas capacidades à projetos e instalações já existentes. Além disso, o Ministério da Cultura também oferece equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto com às comunidades. Através da inserção da Rádio Quilombo FM como *Ponto de Cultura* diante do Ministério da Cultura, o nome escolhido para o ponto foi *Na Quebrada*, e através disso foi possível a obtenção dos computadores.

O *Ponto de Cultura Na Quebrada* é, portanto, organizado pelo Comitê de Resistência Popular. Entre as funções desempenhadas está a edição de áudio para Rádio Comunitária Quilombo FM, e de dar suporte para movimentos sociais que necessitam de equipamentos para registrar as suas ações. Além disso, o Ponto de Cultura tem um programa semanal na Rádio Quilombo FM chamado *Ronco do Bugio*.

A estrutura física da Rádio Quilombo FM se constitui, portanto, do local emprestado pelo Comitê de Resistência Popular. O espaço de funcionamento da rádio se constitui de uma sala pequena, com poucos metros quadrados. Os computadores foram conseguidos devido a inscrição como *Ponto de Cultura do Ministério da Cultura*, um transmissor que fora doado durante o FSM do ano de 2005, e pequenos equipamentos necessários, como microfones, caixas de som.

O principal meio de obtenção de recursos financeiros, para pequenas despesas provem da realização de eventuais festas organizadas pelo comitê. As festas promovidas até então foram realizadas em espaços considerados de vivência estudantil, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o pátio interno do Campus da Saúde, ambos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Portanto, pode-se considerar que além de tentar arrecadar fundos para manutenção da Rádio Quilombo FM, a realização de tais eventos tinha por objetivo a divulgação da existência do projeto no bairro Restinga, pois ocorriam debates acerca da temática da comunicação comunitária nos momentos anteriores a festa.

A linha abaixo pretende apresentar as mudanças históricas ocorridas durante o processo de construção da Rádio Quilombo FM.



4. 4. 2 A programação

A rádio Quilombo FM apresenta seus programas aos sábados, no horário entre 12h às 20h, desde o mês de março do ano de 2007. Os programas transmitidos sofreram de certa flexibilidade na organização e apresentação. Ao longo da pesquisa houve algumas alterações nos horários e programações.

No início do trabalho, por volta de agosto/2007, a programação estava constituída com as seguintes transmissões: **Ronco do Bugio**, programa que tratava de questões gerais de cultura e história; **Qualidade de vida**, que abordava questões e esclarecimentos com relação a saúde e era apresentado por dois moradores do bairro. **Movimentação**, programa apresentado em conjunto com os moradores, buscava discutir assuntos relacionados a movimentos sociais e notícias da conjuntura estadual e nacional, procurando vinculação com o contexto dos ouvintes; e **Conversas de Maria**, sendo este um especial feito sobre mulheres cantoras, que além de apresentar as músicas retoma o contexto sócio-histórico do momento de expressão musical da cantora escolhida, e procura provocar um debate sobre a condição feminina atual no bairro Restinga. A programação conta, portanto, com a participação dos moradores para a construção e apresentação dos programas.

No entanto, a programação já se constituiu anteriormente de outros programas, como: **Juventude em foco**, que tinha apresentação feita por jovens moradores do bairro e a pauta era escolhida de acordo com a participação dos jovens da comunidade, e tratava principalmente de assuntos relacionados à juventude local. Havia também dois programas musicais chamados **Som de Preto** e **Música Brasileira**, que priorizavam músicas regionais e mesmo musicais do próprio bairro Restinga.

Portanto, a construção da programação conta com a participação dos moradores do bairro, principalmente o público mais jovem, pois há programas especialmente desenvolvidos para a juventude local. A programação procura dialogar com os fluxos comunicativos emitidos pelos espaços comunicativos primários do bairro Restinga. Um exemplo disso é a transmissão, feita através de rádio poste, da programação na feira da produção agrícola realizada na praça central do bairro, a Esplanada, durante o ano de 2007.

Segundo os responsáveis pela programação da rádio comunitária:

A Rádio Quilombo FM é um projeto experimental de Rádio, que visa a difusão da cultura do bairro; além de discutir política e assuntos relacionados a nossa condição de gaúchos, brasileiros e militantes de esquerda. A Rádio Quilombo, mesmo

funcionando de maneira experimental, está vinculada às lutas pela democratização da comunicação junto a ABRAÇO-RS. O Ponto de Cultura Na Quebrada dá um suporte técnico à rádio, auxiliando na produção dos seus programas. (Disponível em: <http://pontonaquebrada.wordpress.com/about>, consultado em 08/07/08).

Atualmente (julho/2008), a programação sofreu algumas mudanças e estava sendo realizada com a seguinte grade operacional:

Quadro 2 – A programação

Programação:	Temáticas:	Sujeitos:
12h: Musical;	Músicas de caráter diverso.	Rafael A./Marcos.
14h: Oficina de Idéias;	Proposta de desconstrução de obviedades.	Marcos/Saroba.
15h: Ronco do Bugio;	Cultura/história da Restinga.	Marcos/Saroba.
16h: Qualidade de vida;	Questões relativas à saúde/medicina alternativa.	Rafael/Diego.
17h: Movimentação;	Movimentos sociais.	Rafael A./Tarcus/Daniela.
18h: Conversas de Mulher;	História da música e gênero.	Daniela/Dejanira.
19h: Musical.	Músicas de caráter diverso.	Rafael/Daniela.

O programa **Oficina de idéias**, recentemente incluído na programação, tem como objetivo a produção de pensamentos e idéias a partir da desconstrução do que é considerado óbvio. O programa traz consigo a intempestiva provocação de se encorajar a dizer o que ninguém pensa dizer, segundo seus apresentadores. Os programas de música, que iniciam e finalizam a programação apresentam variados estilos musicais, de acordo com o gosto do ouvinte e dos organizadores da programação.

Os temas abordados nas discussões promovidas pela rádio Quilombo FM referem-se a assuntos que tenham alguma utilidade prática aos ouvintes. De forma geral, são tratadas ocorrências no bairro, utilidades públicas, dúvidas de ouvintes, formas de melhorar a

qualidade de vida dos moradores e enriquecimento cultural. Notícias que provocaram impacto por terem sido publicadas em jornais são discutidas e problematizadas. Um exemplo disso foi o assassinato da líder comunitária ocorrido em janeiro de 2008 no bairro, ou a ocorrência de algum outro tipo de ato violento. Ou ainda, problemáticas, dificuldades do bairro que não são noticiadas nos jornais, como o difícil trajeto para chegar até o bairro Restinga, os horários esparsos dos ônibus que fazem a linha do centro de Porto Alegre até a Restinga, e a precariedade no acesso a saneamento básico, ou a irregularidade fundiária de muitas ocupações existentes nas regiões periféricas da localidade.

Durante o período de setembro de 2007 até abril de 2008, através da audição da programação²⁰, se tornou possível definir algumas das temáticas desenvolvidas durante a realização dos programas da Rádio Quilombo FM.

Quadro 3 - Temáticas

<p>Temas presentes na programação da Rádio Quilombo FM (09/2007 – 04/2008):</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas de Cotas sociais e raciais no Vestibular/UFRGS. 2. Congresso da ABRAÇO em Brasília. 3. Uso do software livre. 4. Questões da Restinga: debate sobre o assassinato da líder comunitária e violência. Hospital na Restinga 5. Entrevistas com trabalhadoras da cozinha comunitária 6. Questões históricas do carnaval e escolas de samba do bairro Restinga. 7. Discussão sobre a alteração das regras de aposentadoria. 8. Questões de medicina preventiva. 9. Discussão sobre a crise mundial dos alimentos.
--	---

²⁰ Seja pela presença nos estúdios realizando observação participante, ou através da audição dos programas disponibilizados na internet, <http://pontonaquebrada.wordpress.com/tag/radio-quilombo>.

	<ol style="list-style-type: none">10. Debate sobre a atuação da Brigada Militar em acampamento do MST.11. Humanismo e pós-modernidade.12. Debate sobre o dia do trabalhador.13. Movimento tropicalista.14. Blocos musicais temáticos.
--	--

A formação de rádios comunitárias, voltadas para uma comunicação crítica no interior de bairros populares, pode se tornar processo alternativo de formação de opinião, por meio da canalização dos fluxos comunicativos cotidianos para a esfera pública.

5 METODOLOGIA, TÉCNICAS DE PESQUISA E HIPÓTESE DA INVESTIGAÇÃO

O objetivo deste capítulo é demonstrar como a pesquisa foi realizada e quais foram os métodos e técnicas para isso utilizados. Primeiro, serão abordados questões relativas à metodologia, seguido, das técnicas de investigação utilizadas. Posteriormente, serão detalhadas as hipóteses da investigação e a contextualização do cenário da pesquisa.

5.1 METODOLOGIA

Escrever sobre metodologia significa desenvolver uma narrativa sobre escolhas feitas durante qualquer processo de pesquisa. De acordo com BARBOSA (2002):

Escolher o método é eleger uma ferramenta que permita a análise dos dados de forma inteligível. Mas escolher o método significa priorizar teorias, criadas e/ou desenvolvidas no interior do próprio campo, que articulem a experiência determinante da pesquisa a uma teoria que fundamenta a análise. E o mais importante é escolher um olhar, no qual o lugar social do pesquisador e o lugar de construção do campo de conhecimento têm papéis preponderantes (2002, p.79).

A pesquisa desenvolvida neste trabalho tem caráter qualitativo. Os trabalhos pautados por essa forma de análise caracterizam-se pela possibilidade de descrição das qualidades de determinados fenômenos e o material utilizado como fonte de análise pode ser documental ou resultado de entrevistas e observações, conforme Cortes (1998).

Flick (2004) apresenta aspectos considerados essenciais para a pesquisa qualitativa. Nessa metodologia, os objetos de estudo estão submersos em uma complexidade contextual, de forma que os campos de estudo são as práticas e interações dos sujeitos no cotidiano. “Em justiça à diversidade da vida cotidiana, os métodos caracterizam-se por uma abertura para com seus objetos, garantida de diversas formas” (2004, p. 21).

A pesquisa qualitativa demonstra a variedade de percepções possíveis sobre um objeto, partindo de significados subjetivos e sociais a ele relacionados, considerando os diversos pontos de vista e práticas no campo de forma diferenciada, devido a perspectivas subjetivas e ambientes sociais a eles relacionados.

O pesquisador, na pesquisa qualitativa, está presente no processo de construção de conhecimento. Ainda conforme Flick:

As subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa. As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação, sendo documentados em diários de pesquisa (FLICK, 2004, p. 22).

Existem variadas abordagens e métodos na pesquisa qualitativa. Essa concepção decorre do desenvolvimento histórico da pesquisa, onde diferentes linhas de análise evoluíram de forma paralela e seqüencial.

Para a investigação em questão será adotada, em termos metodológicos, a perspectiva que interpreta a realidade como uma rede social. A configuração de uma rede social ressalta os vínculos que existem entre os integrantes de grupos sociais, denotando através da sua estrutura dinâmica as relações entre os atores. O papel explicativo de uma configuração de rede está na conexão que estabelece entre indivíduos e oportunidades, no processo de socialização e formação de interesses e percepções. Portanto,

Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira (ELIAS, 1994, p.35).

As *redes sociais* começaram a ser usadas como metodologia de pesquisa nos anos 40, com o objetivo de compreender o entendimento de relações interpessoais em contextos comunitários circunscritos (Scherer-Warren, p. 215, In: MAIA, 2006). O termo *rede* foi usado por Radcliffe-Brown (1987) para definir a estrutura social como a rede de relações sociais efetivamente existentes. Barnes (1987) construiu uma definição mais precisa do conceito de rede, definindo-o como um campo social formado por relações entre pessoas. Através de conexões as pessoas ligavam-se umas as outras, podendo existir maior aglomeração em alguns pontos da conexão da rede. As redes sociais estruturam diversas dimensões do social.

Conforme Feldman-Bianco “a elaboração dos conceitos de rede social e de quase-grupo apóia-se na aplicação de métodos matemáticos não quantitativos, provenientes da sociometria, como o objetivo de trazer maior rigor à observação de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a indivíduos. Esses conceitos enfatizam a observação das características das ligações entre indivíduos, uns em relação aos outros, como forma de

explicar uma opção em ação social e os motivos pelos quais um indivíduo escolhe, em que contexto específico, um curso de ação e não outro” (1987, p. 27). O conceito de rede social e de quase-grupos podem estar lado a lado no estudo a ser desenvolvido. Ambos os conceitos enfocam a existência de vínculos associativos entre membros determinados em um contexto qualquer. Desse modo, a perspectiva de análise de redes sociais se torna útil para a elaboração metodológica do presente trabalho.

Para Marques (2006), a análise de redes sociais é um campo de estudo amplo e recente, e pouco desenvolvido no Brasil até o momento. Os raros estudos existentes, entretanto, têm explorado de forma analiticamente inovadora certos fenômenos, em especial as dinâmicas internas ao Estado e as relações entre ele e a sociedade mais ampla, no interior de comunidades de políticas públicas específicas. Ainda para Mayer (1987, p.142), a rede forma um campo social que é composto por relações entre pessoas que se definem por critérios subjacentes ao campo, como vínculos de amizade e vizinhança, por exemplo. A perspectiva das redes, inserida na sociologia relacional, avança no tratamento teórico sobre a relação entre a ação e as estruturas sociais. Para Marques (2006, p.30)

As relações e as posições nas redes constituem estruturas relacionais que constroem escolhas, dão acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, tornam certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis e influenciam os resultados da política. O estudo das redes permite integrar os atores em seus contextos relacionais específicos sem necessariamente abandonar os pressupostos ligados à sua racionalidade, embora esta ganhe contornos bastante distintos dos considerados comumente pelas literaturas de ciência política e economia

Para tal, são utilizadas as técnicas de entrevistas e de observação participante com moradores ouvintes da programação da Rádio Quilombo FM e os responsáveis pelo trabalho na rádio.

5. 2 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

5. 2. 1 Entrevistas

Tendo em conta que “toda pesquisa com entrevista é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca” (BAUER, 1987, p.73), realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, baseadas num

roteiro apresentando questões com respostas abertas nas quais o entrevistado pôde discorrer livremente sobre os temas que foram propostos. Para Cortes (1998), é importante estabelecer uma relação amistosa com o entrevistado, no processo de realização da entrevista:

A entrevista de pesquisa, portanto, para ter sucesso, deve tender a assumir a forma de uma conversa sociável, na qual o entrevistado recebe pistas e indicações que o levam a se adaptar a situação particular desse encontro. Desse modo, a comunicação entre os participantes vai se aproximar daquela que tem lugar entre iguais. Nesse caso, pode-se presumir que a informação foi oferecida livre de coação, como acontece quando se está falando com um amigo (CORTES, 1998, p. 21).

A entrevista é um modo disseminado de obtenção de dados discursivos, mas não documentais, e o questionário é o elemento auxiliar. Foram utilizadas as perguntas em profundidade com os moradores do bairro que mantém alguma forma de relação com a rádio comunitária. Também foram entrevistados os responsáveis pela programação apresentada na rádio, de forma que se tornasse possível a construção da rede de vínculos sociais através dos laços apresentados entre os moradores do bairro e o espaço da rádio comunitária.

A execução do processo de entrevistas seguiu a noção de *corpus* apresentada por BAUER (2003). A definição conceitual de *corpus* aponta para “um corpo de uma coleção completa de escritos ou coisas parecidas; o conjunto completo de literatura sobre algum assunto” ou uma coleção infinita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” (BAUER, 2003, p. 44). Para esse autor, o alcance de um *corpus* de análise deve seguir procedimentos estabelecidos em etapas: 1) Selecionar preliminarmente; 2) Analisar a variedade; 3) Ampliar o corpus de dados até que não se descubra mais variedade.

5. 2. 2 A observação participante

A observação participante está diretamente relacionada com a participação do investigador na comunidade ou grupo a ser estudado. Trata-se de um método em que o observador participa da vida diária das pessoas em estudo, abertamente no papel de pesquisador, observando fatos, escutando o que é dito e questionando as pessoas ao longo de um período de tempo (Lakatos e Marconi, 1991). Para esta investigação será adotada a perspectiva apresentada em Haguete:

Definimos a observação participante como um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participante com eles em seu ambiente natural de vida, coleta de dados. Logo, o observador é parte do contexto, sendo observado, no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integral da estrutura social, ou ser simplesmente periférica com relação a ela (1987, p.62).

A observação participante representa um processo de interação entre o pesquisador e o nativo (Haguete, 1987), uma experiência profissional/pessoal em que o pesquisador emerge no meio em que se encontra o grupo social que pretende conhecer. Entre os seus componentes está o envolvimento direto, ou face a face com o grupo pesquisado, sem intermediários. Um encontro que pode ser visto como uma conversação, atravessada por relações de poder. Porém, ainda assim, não deixa de ser um processo intersubjetivo, no qual o pesquisador se inscreve e está em busca primordialmente da alteridade do outro em vigilância para que tal se desenrole.

As observações participantes foram feitas no ambiente de realização dos programas da Rádio Quilombo FM, durante as reuniões de definição de pauta de sua programação e no decurso do desenvolvimento da programação. Durante o processo da pesquisa as transmissões mudaram a modalidade de realização. Primeiramente aconteciam ao vivo sujeitas ao recurso do improviso. Posteriormente, passaram a ser gravadas durante a semana, assim que houvesse disponibilidade de tempo dos responsáveis pela programação e, locutores.

Espaços de interação com outros públicos também foram observados. Um desses espaços, que merece destaque, foi a transmissão da programação da Rádio Quilombo FM que ocorreu durante o IV Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas, o chamado IV ELOPA. O encontro realizou-se durante dois dias do mês de fevereiro de 2008 no Centro Comunitário da Restinga, o CECORES, na Restinga.

Foram observados os espaços comunicativos primários, tentando perceber os vínculos para a formação de redes sociais, a relação existente entre esses espaços, a população e a rádio comunitária. Os espaços comunicativos primários são os espaços de interação direta entre os moradores, como já afirmado, ilustrados pelo espaço da Esplanada, pelo CECORES, e pelas esquinas do bairro Restinga, que muitas vezes tornam-se espaço de encontros e onde se realizam breves fóruns entre os moradores.

O conhecimento do cenário²¹ onde se realizou o trabalho de pesquisa torna-se fundamental para percepção das características básicas do contexto analisado. Para tanto será feito a seguir uma breve descrição da caracterização social do bairro Restinga.

5.3 O CENÁRIO: BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO BAIRO RESTINGA

A escolha do bairro Restinga para o desenvolvimento da pesquisa se deve a fatores que caracterizam a sua peculiar conformação histórica e seu perfil social na cidade de Porto Alegre.

Primeiramente, parte-se da localização geográfica do bairro. Os dois mapas da Restinga abaixo apresentam a localização da região em relação a cidade de Porto Alegre e os demais bairros que são seus vizinhos, na região sul da metrópole.



Figura 1 – Mapas de localização do Bairro Restinga

Fonte: www.observapoa.com.br

²¹O conceito de cenário é utilizado aqui no sentido empregado por Goffman como: “compreendendo a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele. O cenário tende a permanecer na mesma posição, geograficamente falando, de modo que aqueles que usam determinado cenário como parte de sua representação não possam começar a atuação até que se tenham colocado no lugar adequado e devam determinar a representação ao deixá-lo”. GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 29.

A palavra ‘restinga’ corresponde às características geográficas do local no início de sua ocupação, uma vez que o bairro era cortado pelo Arroio do Salso, e possuía vegetação arbustiva.

Nos anos 60 e 70 em pleno contexto de crescimento urbano do país, sob forte migração interna do meio rural, Porto Alegre apresentou o início de uma aceleração no seu processo de favelização. A demanda por habitação popular e por urbanização de áreas ocupadas foi crescente desde então.

A prefeitura de Porto Alegre criou o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), em 1965. O DEMHAB passou a buscar alternativas para regiões que eram habitadas e consideradas alagadiças, localizadas no centro de Porto Alegre. Assim, moradores das Vilas Theodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia foram removidos, a partir de 1966, através do programa habitacional chamado ‘*Remover para Promover*’, para a Vila Restinga Velha, revelando um processo segregador na política de remoção e assentamentos das famílias, na época. (GORCZEVSKI, 2007). De acordo com essa política:

Fortaleciam-se as premissas da máquina estatal que justificava o isolamento habitacional como resolução dos problemas de desagregação familiar, saúde pública, exclusão social e violência urbana, entre outros fatores que sustentaram o discurso e a prática na linha do segregar para promover. Em outras palavras, na ambigüidade da ação estatal, foram justificadas as remoções das famílias, com promessa de promoção dos princípios comunitários de valorização da família e laços de vizinhança (GORCZEVSKI, 2007, p. 118).

A política de remoção de determinadas populações do centro da cidade para locais distantes está de acordo com a atitude tomada pelo governo militar e com as políticas de urbanização e higienização em vigor na época.

O programa de remoção foi, portanto, organizado no período da ditadura militar e foi marcado pela falta de acesso a condições básicas de sobrevivência à população que foi transferida, como, saneamento, energia, regularização fundiária. De acordo com Baierle:

De 1965 até 1975 o DEMHAB removeu 14000 unidades, correspondendo a 62800 pessoas. A remoção das favelas teve lugar nas áreas de terra valorizadas. As áreas centrais foram limpas, assim como algumas porções de terra invadidas ao longo de importantes avenidas ligando os bairros às áreas centrais da cidade (BAIERLE, 1992. p. 49).

Concomitante a este contexto, foi elaborado, em 1969, um projeto habitacional, iniciado em 1970 e concluído sua primeira etapa em 1971, chamado de Restinga Nova, pois até então não havia existido preocupação com um projeto de urbanização do bairro. A

Restinga Nova foi planejada com cinco unidades habitacionais, que foram sendo realizadas aos poucos. A ação com caráter de higienização e urbanização da cidade no processo de deslocamento dessas populações é característico no caso da Restinga:

Deslocados do centro da cidade, famílias inteiras foram despejadas, como vimos anteriormente, numa região sem condições de estrutura básica. A comunicação com a região central e, mesmo com outros bairros ficou restrita a circulação de *um ônibus em dois horários diários, ou seja, um saindo pela manhã e outro retornando ao entardecer*. Desse modo, a segregação territorial, na sua conformação geopolítica, agiu também confiscando o direito à livre circulação e, conseqüentemente dificultando a comunicação, o convívio e a interação entre os diferentes (GORCZEVSKI, 2007, p. 126).

Havia, portanto, uma dependência muito grande com relação ao centro da cidade, pois não havia infra-estrutura básica de sobrevivência, como supermercado, farmácia, ou acesso a telefone público no bairro (PACHECO, 2007). No entanto, ao longo da história do bairro Restinga, a busca por melhoria no transporte público foi motivo de mobilização entre os moradores assim como pauta de negociação com o poder público (GORCZEVSKI, 2007).

O bairro tornou-se oficial, a partir da Lei nº 6571 de janeiro de 1990. Atualmente o Bairro Restinga é formado pelas Vila Pitinga, Vila Restinga Nova, Vila Restinga Velha, Vila Mariana, Vila Barro Vermelho, Vila Chácara do Banco, Vila Flor da Restinga, Vila Monte Castelo e Vila Santa Rita (GORCZEVSKI, 2007). O bairro Restinga é dividido em duas partes: de um lado, existe a Restinga Velha e, do outro, a Restinga Nova, localizados a 22 KM do centro de Porto Alegre.

Ao longo do tempo, as condições de moradia e qualidade de vida melhoraram substancialmente. Conforme relato:

O abastecimento de água era antes feito em 'bica' nas esquinas de algumas ruas na Restinga Velha. Hoje, podemos dizer que o abastecimento de água é por volta de 95% em todo o bairro. A saúde possui unidades de atendimento diário, uma unidade de atendimento de emergência 24 horas do Hospital Moinhos de Vento e quatro PSF – Programa da Saúde da Família. Na Unidade Sanitária, temos o atendimento de ambulância para emergência, acionado pela SAMU (PACHECO, 2007, p. 15).

5.3.1 A Restinga hoje

As condições de habitação e sobrevivência no bairro Restinga se alteraram ao longo dos anos. Atualmente, no que tange à educação, o bairro conta com vinte escolas de ensino

fundamental, das quais duas incluem o ensino médio. No entanto, elas permanecem fechadas durante os fins de semana (PACHECO, 2007). O quadro abaixo apresenta a quantidade e a localização das escolas no bairro.

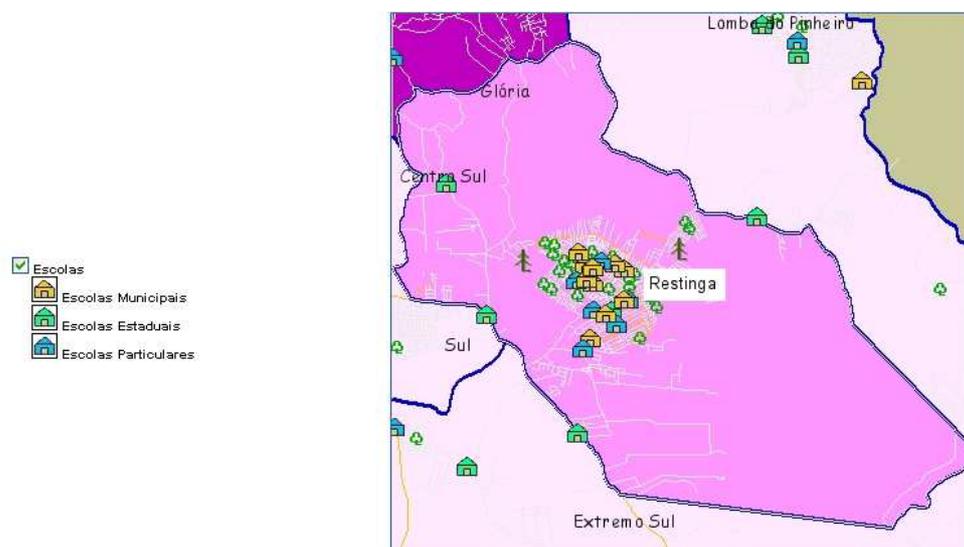


Figura 2 – Localização de escolas no bairro Restinga

Fonte: WWW.observapoa.com.br.

De acordo com o Mapa da Inclusão e Exclusão social de Porto Alegre (PMPA, 2004) a Restinga pode ser caracterizada atualmente como um bairro onde residem 53.764 habitantes, ocupando uma área de 38,56 Km², o que representa 8,10% da área do município de Porto Alegre, sendo sua densidade demográfica de 1.394,29 habitantes por km². No entanto, informalmente calcula-se que o número de habitantes possa ser cerca de 130 mil moradores, pois há mais de 70% de áreas de ocupação que não são contadas pelo IBGE (PACHECO, 2007).

Conforme a mesma pesquisa, o Índice de Condições de Vida apresenta-se muito baixo, o que significa que há uma combinação de situações adversas de insuficiência de renda, baixa escolaridade e precariedade na condição de habitação. O bairro apresenta 53,35 % de suas famílias em situação de pobreza, sendo a média salarial em torno de três salários mínimos, por família.

No entanto, o bairro Restinga não se caracteriza por índices de miserabilidade, pois não há praticamente desigualdade de renda, o que indica a predominância de famílias pobres.

O quadro abaixo representa a situação de renda dos responsáveis pelos domicílios do bairro Restinga. A predominância entre os responsáveis está entre 2,5 e 5,0 salários mínimos, conforme dados do ano 2000, disponíveis no endereço eletrônico WWW.observapoa.com.br, consultado em 7/10/2008.

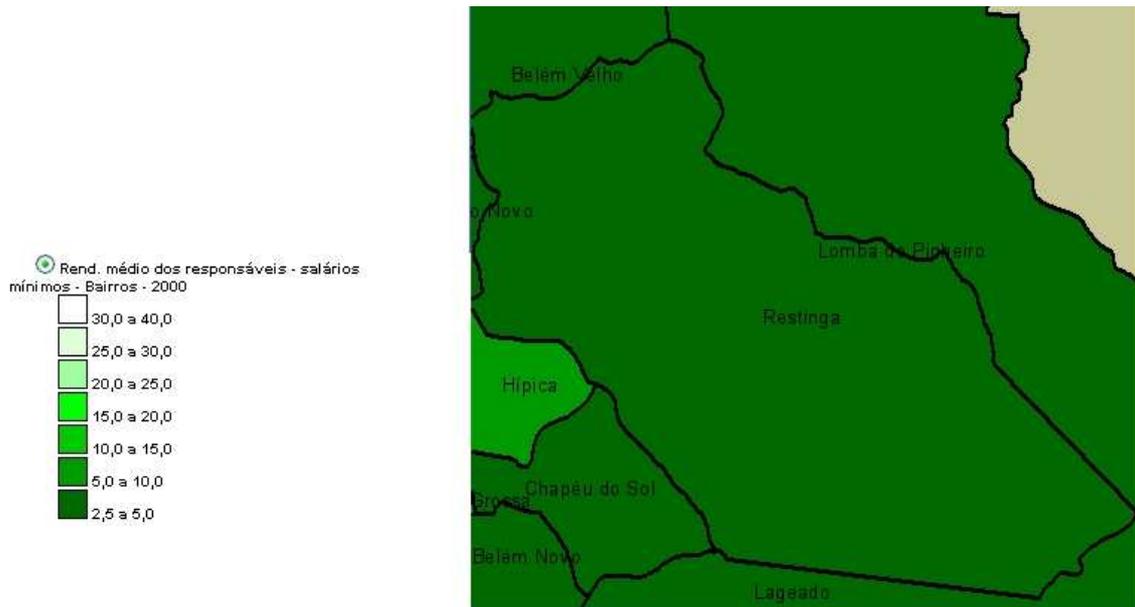


Figura 3 – Situação de renda pelos responsáveis por domicílios

Fonte: www.observapoa.com.br

As taxas de crescimento populacional são consideradas elevadas. Os índices de analfabetismo são de 6,0%, na população de 7 a 14 anos. O bairro apresenta a quarta proporção mais elevada de analfabetos com 10 anos ou mais e a quarta maior em percentual de evasão escolar, sendo a primeira em reprovação no ensino de primeiro grau (Gorczewski, 2007), na região metropolitana. A figura abaixo relaciona dados com relação aos anos de estudo dos responsáveis familiares. O resultado apresenta que o número de anos estudados pelos responsáveis não ultrapassa seis.

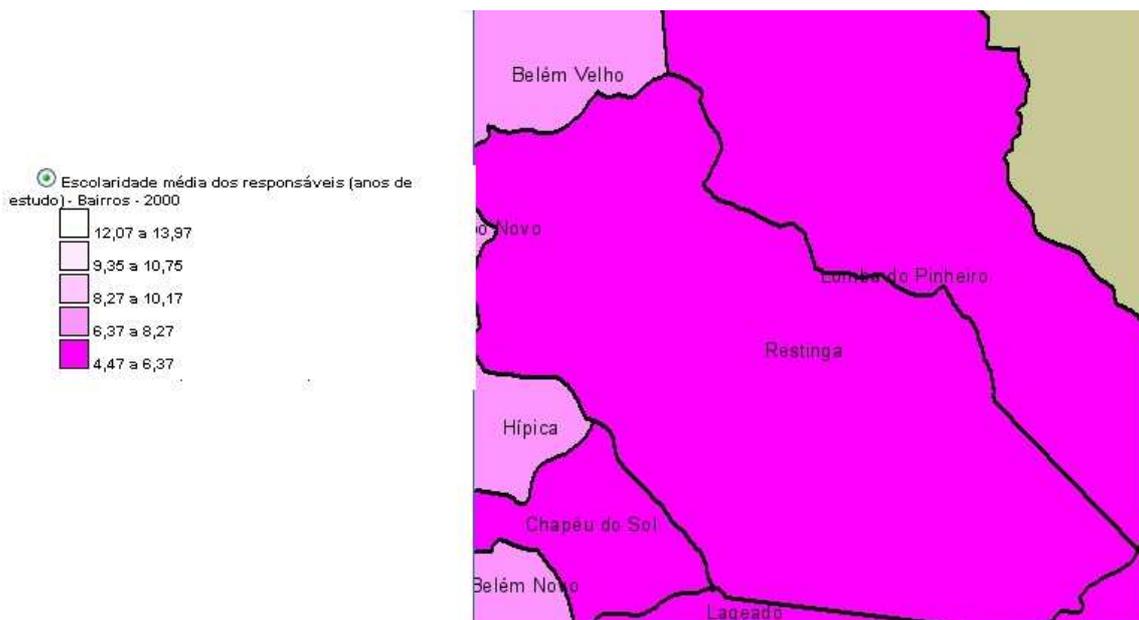


Figura 4 - Escolaridade média dos responsáveis familiares

Fonte: www.observapoa.com.br

Entre os moradores do bairro Restinga, 18,3% da população estão na faixa entre 15 e 24 anos, representando 9 911 mil habitantes para o IBGE (2000). A configuração étnica do bairro, de acordo com dados de um dos projetos do Centro da Juventude, ligada a Fundação de Assistência Social de Porto Alegre (FASC), indica que 80% dos moradores da Restinga são negros. Isso demonstra forte identidade étnica do bairro.

Outro dado vinculado ao bairro está associado às manifestações de violência e criminalidade urbana. Entre os anos de 1999 e 2000 os dados referentes a taxas de homicídios aumentaram 72%, sendo que o número de mortes por execução nesse período aumentou de 44 para 76, conforme dados coletados por Gorczewski (2007). Na grande Porto Alegre, no mesmo período houve um aumento de 43,3% no índice de homicídios, entretanto, de acordo com o índice nacional, a capital passou de 11º para 8º lugar, de acordo com o número de homicídios (Gorczewski, 2007).

Em contrapartida, anualmente ocorre um evento chamado de *Semana da Restinga*, o qual integra o Calendário Oficial do Município e tem como objetivo valorizar a cultura, além de ampliar os espaços de convivência e integração no local. O evento é organizado pela prefeitura, através do Centro Administrativo da Região – CAR – Restinga/Extremo Sul, em parceria com a comunidade do bairro. A cada nova edição são avaliados e definidos projetos apresentados por organizações da comunidade. Cada edição da *Semana da Restinga* adota uma temática principal, procurando valorizar as questões consideradas relevantes para a comunidade. No ano de 1992 o tema foi “A Restinga mostra a sua cara”, em 1999, “Violência, Raça e Renda”, e, em 2001, “Cultura da Paz, valorizando a vida”. É no espaço físico da Esplanada que ocorre a maior parte da programação, como será visto a seguir. Além de teatro, ocorrem mostras de Artes Plásticas, grafiteagem, shows de hip-hop, MPB e Rock, feira de animais, seminários de capoeira, conferências sobre as Mulheres na Restinga, Oficina de Organização Comunitária, além de outras atrações (Gorczewski, 2007).

Caracterizado, atualmente, como espaço de convivência comunitária, há o Centro Comunitário da Restinga, chamado de CECORES, um espaço de referências culturais e esportivas para jovens e adultos. Construído nos anos 70 na Restinga Nova, por iniciativa do regime militar, o CECORES, tinha por objetivo abrigar iniciativas da comunidade de diferentes práticas sócio-educativas, (Gorczewski, 2007), além de estar inserido em políticas de caráter ofensivo desenvolvidas pelo regime militar para incorporar questões que

avançavam no debate sobre o tema do crescimento urbano na grande Porto Alegre (FEDOZZI, 2000).

Entre os vários espaços de convivência existentes no bairro Restinga é importante destacar a existência de duas escolas de samba, que possuem destaque estadual. Trata-se do Estado Maior da Restinga e a União da Tinga.

A escola *Estado Maior da Restinga* foi fundada em 1977. Foi sete vezes campeã do carnaval porto-alegrense. A outra escola de samba do bairro é a *União da Tinga*, fundada em 1989 por um grupo de dissidentes do Estado Maior da Restinga. Com uma estrutura menor do que a sua vizinha, é também chamada de *Tinguinha*.

Como afirmado anteriormente a Restinga conta com o espaço chamado de *Esplanada*. É uma praça central que possui um grande palco. O espaço foi inaugurado nos anos 90, com a pretensão de ser aproveitado para a construção de momentos de diálogo entre a Restinga Velha e Restinga Nova. Nesse espaço são realizadas manifestações, apresentações artísticas, teatrais, comícios, feira aos sábados, além de mostras de filmes e intervenções da Rádio Corneta (ou rádio poste). Merecem destaque as múltiplas iniciativas dos moradores, organizados ou não, em grupos ou associações, movimentos culturais, nos processos de integração demonstrando capacidade de negociar apoio e alianças com setores da esfera pública e privada para ocupação desse espaço.

As imagens abaixo retratam o espaço da Esplanada. Na primeira, fica visível a estrutura do local, que está localizado na avenida entre a Restinga Velha e a Restinga Nova. Na segunda imagem, apresenta a Esplanada com suas movimentações dos sábados a tarde, no início de 2007: a feira de hortifrutigranjeiros estava acontecendo de forma simultânea à transmissão da rádio.



Figura 5 – Retrato da Esplanada

Fotografia de Bianca Ruskowski.



Figura 6 - Rádio na Esplanada

Fotografia de Bianca Ruskowski.

No entanto, existem poucos espaços como praças e parques no bairro. Além disso, estão localizados na área central da Restinga, como se pode ver na figura abaixo.

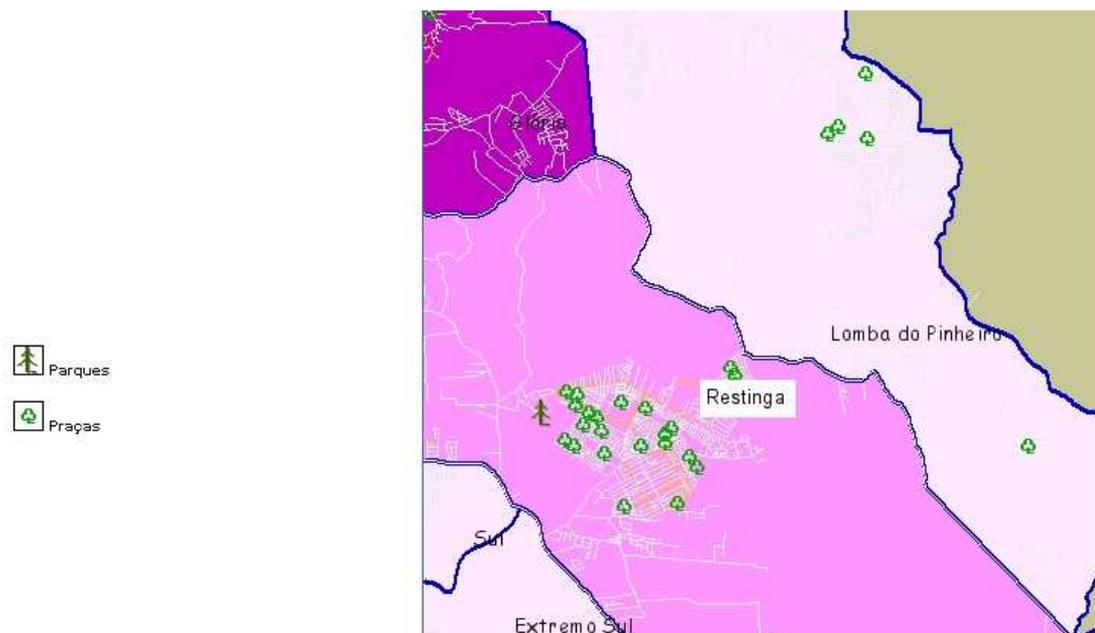


Figura 7 – Localização de parques e praças

Fonte: WWW.observapoa.com.br

Há também algumas áreas de preservação ecológica. O Morro São Pedro é uma delas, que recebe atenção especial de crianças e adolescentes através de projetos ambientais coordenados por professores de escolas locais.

Apresentadas a metodologia e o contexto estudado, vamos partir para a exposição das hipóteses e objetivos que motivaram a realização do trabalho de dissertação.

5. 4 HIPÓTESE DA INVESTIGAÇÃO

A partir da discussão teórica apresentada, da escolha metodológica, e da apresentação do cenário de realização da pesquisa, propõe-se a apresentação da hipótese de pesquisa.

Os questionamentos que foram motivadores dessa dissertação trazem em seu bojo o contexto da formação peculiar da sociedade brasileira, inserido-se o Estado e a sociedade civil, ligada ao autoritarismo que caracteriza sua histórica problemática de formação.

Autores clássicos, como Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Schwartzman, que escreveram sobre a formação da história do Brasil, destacam a não-cidadania como constituinte do cenário histórico brasileiro, enfatizando a origem desse fenômeno nas condições estruturais provocadas pela influência do modelo de dominação patrimonialista-burocrático. Característica presente no processo que se evidencia através da manutenção de

uma tradição sócio-cultural autoritária, de uma recorrente dualidade entre práticas sócio-políticas de caráter patrimonialistas e uma formalidade jurídico-institucional, aparentemente compatível com as práticas de uma moderna sociedade democrática e a ausência de esfera pública, na forma teorizada por Habermas, Arendt e Telles.

A partir dos anos setenta, um novo contexto histórico social inaugurado com o período de (re)democratização da sociedade brasileira permitiu o ressurgimento na cena pública dos movimentos sociais, lançando novo vigor as práticas associativas, que haviam sido abrandadas e reprimidas no período do regime militar. Entre os variados movimentos sociais, ou novos movimentos sociais que tiveram novo fôlego e novos espaços para atuação, é importante destacar o surgimento das rádios de caráter comunitário no Brasil, inserindo-se nesse novo contexto de fortalecimento dos atores subalternos da sociedade civil.

A importância do funcionamento de uma rádio comunitária num contexto de bairro de periferia de uma grande cidade está nas possibilidades de manutenção ou criação de processos interativos geradores de vínculos de sociabilidade e baseados na interação social (não-instrumental) entre a população local e o processo comunicativo inaugurado pela rádio.

A esfera pública, no contexto inaugurado pelo funcionamento do rádio, pode tornar-se o espaço receptor dos fluxos comunicativos vindos da vida cotidiana. Ela atua como intermediadora entre os impulsos comunicativos vindos do mundo da vida e os órgãos competentes que atuarão na sua articulação.

Os chamados fluxos comunicativos condensados na vida cotidiana podem encerrar questões relevantes para o conjunto da sociedade. O papel da mídia alternativa localizada na periferia urbana, bem como dos espaços comunicativos primários, pode ser o de absorver e condensar a ressonância de situações-problema emergentes, existentes nos domínios da vida privada, canalizando tal resposta de forma amplificada para a esfera pública política.

Por outro lado, a existência de uma rádio comunitária pode simplesmente significar a reprodução de formas da interação sistêmica por meio do uso razão instrumental, sendo esse entendimento da realidade representado pela predominância de valores associados ao mercado, regida pela lógica instrumental, incorporada nas relações hierárquicas do poder político, e de intercâmbio, através da economia.

Enfim, os meios de comunicação têm importante papel como mediadores entre os acontecimentos e a sociedade. As mediações sociais provocadas pelas mensagens emitidas pelos meios de comunicação podem ser entendidas de forma polissêmica, adquirindo vários sentidos. É essa característica que sustenta a idéia de que os ouvintes fazem diferentes leituras de acordo com diferentes mediações (MARTÍN - BARBERO, 2003).

Nesse sentido, conforme destaca Maia, “o espaço de visibilidade midiática não existe separadamente, mas, sim, numa intrínseca relação histórica com as práticas sociais, ancoradas nos múltiplos domínios da sociedade” (2006, p. 158). Essa concepção de que existe uma relação entre o espaço da mídia e as práticas sociais presentes em determinado contexto, pauta grande parte das discussões desse trabalho.

Os debates travados entre pessoas provocados por questões–problemas, suscitadas no cotidiano ou problematizadas pelos meios de comunicação devem ser entendidas como:

um processo em longo prazo, não se requer que todas as questões em disputa sejam respondidas ponto a ponto, nem que a exposição de posições e contraposições seja construída de maneira linear. Requer-se, em vez disso, que os falantes considerem as opiniões e preocupações uns dos outros, que busquem sustentar suas posições através de justificativas e procedimentos demonstrativos e, ainda, que haja um grau considerável de respostas recíprocas, sem uso de coerções. Os debates internos ao espaço de visibilidade midiática apresentam graus variados dessas condições (MAIA, 2006, p. 158).

A construção democrática contém uma redefinição não só do sistema político, mas também das práticas sócio-culturais na sociedade civil que possam engendrar democratização societária. Essa compreensão chama atenção para uma ampla gama de esferas públicas possíveis onde a cidadania possa ser exercida e os interesses da sociedade possam não somente ser representados, mas, também, tematizados. Essa concepção ampliada reconhece ainda que o processo de construção da democracia não é homogêneo, mas descontínuo e desigual: esferas e dimensões diferentes têm ritmos distintos de transformação, levando alguns analistas a afirmar que esse processo é ‘disjuntivo’ (ALVAREZ, 2000).

Assim supõe-se que a articulação entre os espaços comunicativos primários e a rádio comunitária pode estar se constituindo como experiência de construção de uma esfera pública democrática alternativa, rompendo com os valores patrimonialistas e autoritários. Essa condição requer necessariamente uma relação de autonomia da rádio em relação aos imperativos sistêmicos (do poder e do mercado) e o predomínio do agir comunicativo na captação dos fluxos do mundo da vida e dos espaços comunicativos primários.

Caso se verifique que as práticas da rádio, em sua relação com o mundo da vida e com os espaços comunicativos primários, não estejam vivenciadas por essas formas de coordenação da ação, poder-se-á concluir que ela vem reproduzindo as formas tradicionais que sustentam o modelo de dominação legítima da história do país.

A interpretação de esfera pública adotada nesse trabalho compreende que, embora não possa ser entendida como um lócus fisicamente identificado, a esfera pública é a principal

instância de circulação das práticas discursivas dos atores sociais voltados para a produção de significados simbólicos pertinentes à organização dos espaços sócio-políticos. É uma rede comunicativa constituída por uma estrutura voltada para o agir público e coletivo.

A conformação de um espaço público em conjunto com a lógica dos meios de comunicação pode, portanto, aprimorar as bases democráticas de determinado lugar. É através do uso da linguagem que a democracia é garantida, já que esta pressupõe o entendimento dos interesses diversos para alcançar um consenso, pois “a teoria da ação comunicativa pode liberar um potencial de racionalidade instalado na própria práxis comunicativa cotidiana” (HABERMAS, 2002, p. 22 – 23).

O modelo de democracia deliberativa proposto por Habermas, busca na comunicação racional, bases para que os indivíduos sejam atores políticos, sendo aptos a promover a capacidade de elaborar racionalmente decisões coletivas através da participação igualitária. A deliberação é uma forma de comunicação pública que se concretiza em espaços públicos.

A utilização dos conceitos desenvolvidos por Habermas nesse trabalho, tornou possível o uso da temática da esfera pública, que se deve a idéia apresentada por ele de constituição de um mundo social reflexivo, ou seja, a construção de uma ordem social através do compartilhamento de significados. Para o autor, a modernidade pode ser reconstruída através da possibilidade de:

repensar a tradição inaugurada pelos clássicos das ciências sociais em termos de uma arena na qual o problema do estabelecimento da ordem social derivaria da possibilidade intersubjetiva de construir reflexivamente o mundo social através de um consenso comunicativo e interpretativo com outros atores acerca de determinadas características dos mundos objetivo, subjetivo e social (AVRITZER, 2000, p. 15).

Assim, as rádios comunitárias representam, pela capacidade de acessibilidade da língua e da ênfase no desenvolvimento de discursos locais, a focalização nas demandas da comunidade, criando uma *esfera pública específica*, desenvolvendo-se de acordo com os interesses particularidades da mesma.

A especificidade da rádio comunitária é estar próxima ao seu público, de forma que tornam possíveis, portanto, a criação de uma esfera pública específica da comunicação. Para Teixeira (2003) “as rádios comunitárias correspondem ao processo comunicativo que orienta a formação de um espaço social, que no caso é o próprio espaço que a comunidade tem para se pronunciar e posicionar” (p. 9).

Considerando a histórica não-cidadania e a influência do modelo patrimonialista no processo de formação da sociedade brasileira, qual seria o papel da comunicação alternativa, representada pela rádio comunitária, e dos espaços comunicativos primários para a superação desse modelo historicamente autoritário que bloqueia a construção de esfera públicas discursivas?

Através da análise da rádio comunitária e sua possível relação com os espaços comunicativos primários, pretende-se verificar se existe captação dos fluxos comunicativos dos espaços do mundo da vida, e se esses fazem parte da esfera pública construída.

5.5 OBJETIVOS

Refletindo sobre as possíveis conexões entre a constituição do processo comunicativo gerado pela Rádio Quilombo FM e a comunidade local, pode-se destacar os objetivos da investigação a ser apresentada:

- 1 - Analisar a vinculação existente entre espaços comunicativos primários e a rádio comunitária e de que forma essa relação torna possível ou não, a construção de esfera pública discursiva.
- 2 – Construir uma rede de análise social para buscar perceber a configuração dos vínculos sociais estabelecidos entre os atores sociais envolvidos no contexto do bairro e a rádio comunitária.

5.6 PARTÍCULAS DE ANÁLISE: DIMENSÕES E INDICADORES

O quadro abaixo sintetiza os principais conceitos utilizados, as dimensões interativas que dizem respeito a eles, e os indicadores da análise. Segundo Quivy (1995) é importante representar os conceitos numa relação dialética,

na qual se esclarecem e se desafiam mutuamente, para fazer progredir o conhecimento científico. (...) O que dá valor a um conceito é também a sua capacidade heurística, isto é, aquilo que nos ajuda a descobrir e a compreender. É esse o progresso que ele traz à elaboração do conhecimento (QUIVY, 1995, p. 135).

Através da visualização que o quadro permite perceber, pode-se sintetizar a relação entre os conceitos mais importantes utilizados no processo de pesquisa da dissertação.

Quadro 4 - Quadro síntese

Conceito	Dimensões interativas do conceito	Indicadores de análise
	Fluxos comunicativos primários	Tematização de discussões comunitárias
Construção do espaço público		Articulação entre espaços do bairro e a rádio
	Rádio comunitária	Apropriação do espaço destinado à discussão dentro da rádio comunitária
		Construção de pautas conjuntas

6 O ESTUDO DO CASO DA RÁDIO COMUNITÁRIA, RÁDIO QUILOMBO FM, LOCALIZADA NO BAIRRO RESTINGA EM PORTO ALEGRE/RS

A proposta desse capítulo é apresentar a análise resultante do trabalho de campo realizado acerca da construção e de funcionamento da Rádio Quilombo FM, localizada no bairro Restinga e apresentar os dados coletados a partir dos indicadores sintetizados no quadro 4. Em conjunto a análise será orientada para testar as hipóteses do estudo.

5. 1 DIMENSÃO INTERATIVA: FLUXOS COMUNICATIVOS PRIMÁRIOS

6. 1. 1 Tematização de discussões comunitárias

6. 1. 1. 2 Inserção em movimento social

A Rádio Quilombo FM está inserida no movimento regional de rádios comunitárias. Pautada pelo aporte do grupo Resistência Popular tem seu funcionamento vinculado a regional da ABRAÇO/RS. Conforme relato do entrevistado:

A gente faz parte da regional metropolitana da ABRAÇO/RS. A gente tem uma luta geral dos movimentos de comunicação que é contra a opressão da ANATEL, contra o monopólio da comunicação, e também experiência, ajuda técnica (apresentador, membro da Resistência Popular, funcionário público).

A inserção na ABRAÇO/RS significa que a rádio comunitária desenvolve em conjunto com outras rádios comunitárias um trabalho de combate ao monopólio da produção de notícias. Trabalho que é desenvolvido na produção, em contrapartida, de um noticiário próprio, e na forma característica de noticiar acontecimentos, preocupando-se em apresentar o que não foi ressaltado, mostrar facetas que se apresentam não reveladas no noticiário de alcance da população. Em conjunto com outras rádios comunitárias, procuram, portanto, desenvolver um trabalho único de acordo com a forma de tratar a notícia, além de tentar formas de burlar o monopólio da comunicação. De acordo com entrevistado:

Agora a gente ta participando da ABRAÇO/RS, então de alguma forma a gente tem contato com outras rádios, mas as rádios que a gente mais se aproxima são as rádios

que tem atuação do comitê, que é *A voz do morro* [Morro Santana/Porto Alegre], a *rádio Santa Isabel* que é em Viamão, são essas rádios que a gente mais se aproxima, que a gente tem relação, a gente trabalha junto. A gente não tem trocado tanto material, a gente não tem transmitido nada das outras rádios, não tem em função da falta de internet, quando tiver aí a gente pode tá fazendo essa rede. Acho que o nosso diálogo com outras rádios se dá não muito na parte da rádio, mas na parte política de pensar comunicação, de pensar legislação, sei lá, se fecharem uma das rádios a gente se mobiliza pra fazer alguma coisa, é mais nesse sentido, um outro tipo de política que não é só a programacional (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

A rede de rádios que está vinculada a regional do Rio Grande do Sul da ABRAÇO, possibilita a produção de sustentação política e formas de solidariedade para as rádios que nela estão inseridas. De certa forma, procuram formular uma ação conjunta diante das conseqüências de manter funcionando as rádios que, diante dos órgãos públicos responsáveis pela telecomunicação nacional, são consideradas ilegais enquanto não possuem o alvará de licença para funcionamento.

De acordo com outro entrevistado, a inserção na ABRAÇO/RS possibilita a organização como modo de atuação conjunta e o reconhecimento de como as outras rádios estão realizando seu funcionamento e programação.

Por que a gente faz parte da Abraço, e aí tem bastante contato, quem vai nas reuniões é eu, André Saroba e Rafael, e aí a gente sabe um pouco como tá acontecendo, a idéia é estar se organizando pra fazer rádio (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

Um dos entrevistados, atualmente participante que organiza um programa da rádio, relatou que sua percepção de mundo foi bastante alterada depois que passou a fazer parte da organização e da apresentação dos programas da Rádio Quilombo FM. Ele é oriundo do bairro Restinga, começou a se interessar pela temática da rádio e comunicação através da participação em um grupo de teatro do bairro e então ficou sabendo da existência da rádio comunitária. Começou a participar de reuniões periódicas e hoje é responsável pela apresentação de um dos programas transmitidos aos sábados. Para ele, a vivência proporcionada pelo espaço da rádio possibilitou que alterassem algumas das suas opiniões, desconstruindo o modo como havia construído sua forma de interpretar o mundo:

Olha, mudou bastante, em geral, até pela Resistência, eu não participo na prática, fora, mas aqui dentro nas reuniões, eu to sempre aqui, to presente, eu acho interessante o modo como, eu não entendia dessa forma. Tipo isso da rádio assim, levantar discussão, eu não via, eu escutava as rádios de Porto Alegre, eu não via o que eles escondiam, não mostravam, coisas que nós, que a gente faz aqui na rádio. Coisa de liberdade. Coisa que não está certo, notícia errada, esconde alguma coisa,

manipulada, esconde muita coisa, a rádio cumpre essa função de esclarecimento (apresentador, ensino médio completo, trabalhador na área da saúde).

Para o entrevistado, a rádio convencional trabalha com a ocultação de determinadas facetas dos fatos noticiados e com interesses que são diferenciados dos interesses das rádios comunitárias.

O trabalho desenvolvido pela rádio comunitária é feito em forma de rede, ou seja, há criação de vínculos de diversas ordens com movimentos sociais, como relata o entrevistado:

A gente tá lidando muito mais com movimento social mesmo, se tu for entender movimento social como político aí sim, o que dá suporte maior pra rádio é o comitê da Resistência na real, mas a gente já trabalhou com outros movimentos, mais como participante, não pra dar suporte nem nada, o MTD [Movimento dos Trabalhadores Desempregados] já veio aqui participar, o movimento dos catadores, mas nunca teve esse negócio de partido assim. Eu acho importante até, na minha concepção de rádio, eu me filio muito mais com a idéia de rádio livre, não tanto comunitária, no sentido de achar importante ter toda essa diversidade discursiva não tentar algo comum, mas ter toda a tensão do debate dentro de um espaço só, então pra mim não teria problema de ter inserção de partidos dentro da rádio, mas claro essa rádio aqui não é essa concepção, acho um problema quando é só um, não me filio com a idéia de a rádio ser de um partido mesmo, por que o cara vai fazer altas publicidades mesmo, eu acho que esse é que é o problema, eu não vejo como um espaço político no sentido clássico da idéia do diálogo, eu vejo apenas como uma maneira de publicar. Se tu tens uma rádio de um partido só tu não tem debate dentro dela, tem um monte de cara falando no que acredita, sei lá, mas a nossa rádio tem a preocupação com o discurso, não com discurso único que é complicado dizer isso, mas pensar algo comum, sei lá, um desenvolvimento com a comunidade, diferente da rádio livre, na rádio livre o clima já é mais tenso, eu acho legal esse tipo de espaço, daqui a pouco tem um programa anarquista e tem um programa reacionário depois e os caras tão convivendo juntos, eu acho massa isso (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

Esses elementos apontam para uma concepção que avalia a participação e heterogeneidade como características importantes presentes na Rádio Quilombo FM. É possível através desses componentes a construção de pontes de diálogo entre diferentes formas de interpretar o mundo como construtivas para o cotidiano de funcionamento da rádio.

6. 1. 1. 3 Experiências para além da transmissão radiofônica

Em torno do projeto de rádio e comunicação comunitária há o desenvolvimento de questões paralelas que são coerentes com movimentos ligados à liberdade de comunicação. Um dos exemplos é o uso primordialmente, do software livre, pois existe o entendimento que

assim procedendo inserem-se em mais um movimento de conotação social. Segundo organizador:

Eu achei legal que a gente conseguiu agregar algumas coisas na nessa luta pela comunicação aqui na rádio, eu acho que a gente conseguiu abraçar a causa do software livre também, então a gente ta conseguindo agregar outras lutas não é só a comunicação em si, mas é participação nesse movimento de software livre, a gente ta aprendendo, a gente preferiu tomar pau, aprender tomando pau e não botar Windows, que a gente ta conseguindo fazer os treco funcionar assim, eu acho que é legal isso ai, nesse sentido eu acho importante, são várias coisas que tem que caminhar ainda. Era legal aumentar a grade de programação, uma coisa que eu achava interessante que a gente teve que parar em função de fazer transmissão aqui, é ter parado de fazer rádio poste na feira, que achava uma experiência mais tri que tinha, por que é uma experiência política diferenciada por que era um outro tipo de linguagem, as pessoas participavam mesmo assim, na rádio poste tu não ia conseguir ter algo fechadão ali por que tu sabia que daqui a pouco ia passar alguém e ia querer falar e era uma experiência interessante, se a gente conseguisse ai talvez pra qualificar mais a rádio se a gente conseguisse ter as duas ao mesmo tempo, pra mim ia ser assim bem massa (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

O entrevistado destaca ainda, a diversidade de gostos e comportamentos que existem dentro do espaço da rádio comunitária. Encontram-se pessoas de crenças diferenciadas, mas que trazem em comum a busca pela comunicação comunitária e que, assim, constrói a programação. Conforme ele:

Outra coisa que a gente via na rádio, que era muito louco, e conhecendo todo o movimento que a gente atuava, teve uma vez que eles que tão fazendo o programa Qualidade de vida, se tu pegasse o programa deles e tu fosse ouvir assim, eles, não o Diego, era mais o Rafael e tinha mais duas meninas, que ficavam no programa deles só botando música de funk direto e hoje se tu vai ver, não que seja evolução sabe, não gosto dessa palavra, por que é muita pretensão achar que a gente agiu numa evolução, mas o que eu pude perceber é que no caso deles é que a gente abriu possibilidades e que agora, teve um dia que eu fiquei super feliz, tava no programa deles e o cara tava com um livro aberto, tava com o Evangelho segundo o espiritismo aberto, tem todo um quê anarquista e alguém sentiu a liberdade a vontade de fazer isso, eu acho que é uma boa, isso mostra que a gente mesmo de alguma forma, *a gente teve que abrir mão de nossos preconceitos pra poder ta lidando com isso, acho que essa é a transformação política de uma rádio mesmo, tem um espaço de diálogo, não só da fala, mas da transformação enquanto pessoa mesmo, eu to bem contente assim, acho que as coisas tendem a caminhar mais* (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

O diálogo entre as diversas formas de compreensão de mundo, ou mesmo as perceptíveis mudanças ocorridas no cotidiano da programação da Rádio Quilombo FM demonstra a capacidade de transformação existente naquele espaço.

Ao longo do processo de pesquisa ocorreram momentos de contato com outros públicos ouvintes. Em um desses momentos, a Rádio Quilombo FM transmitiu ao vivo

durante a programação do Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA). A transmissão também aconteceu através da internet. O encontro ocorreu entre os dias 14 e 17 de fevereiro de 2008 no espaço da cozinha comunitária da Restinga e trazia como temática de discussão “*América Latina: Dominação versus Resistência*”. Reuniram-se no local diversos representantes de movimentos sociais e autônomos da América Latina para discutir formas de ação continental.

O encontro foi acompanhado pela transmissão da Rádio Quilombo FM. A transmissão tinha por objetivo discutir em conjunto com os participantes do evento e com os ouvintes, os temas que mais suscitaram interesse durante o desenvolvimento da programação. A apresentação foi feita pelos organizadores da rádio, membros da Resistência Popular, e pelos participantes do congresso que tivessem interesse e conhecimento sobre a temática a ser discutida.

A participação no ELAOPA demonstra a capacidade da Rádio Quilombo FM em adequar-se à transmissão para qualquer espaço público, pois durante o evento a rádio realizou a sua programação semanal no mesmo local em que ocorria o evento.

6. 1. 2 Articulação entre espaços do bairro e a rádio

6. 1. 2. 1 A organização

O processo organizativo que possibilita o funcionamento da rádio comunitária envolve atividades como: discussão de pautas, reuniões de equipe periódicas, acompanhamento do noticiário local, busca do envolvimento com a comunidade.

A organização funcional da rádio comunitária conta com a colaboração de sete pessoas, todas moradoras do bairro Restinga. Eles trabalham no desenvolvimento da programação e discussão de pautas, colaborando para o funcionamento dos programas da rádio e para o desenvolvimento de atividades agregadas à radiodifusão comunitária. Entre os sete organizadores, há duas mulheres e cinco homens, quatro fazem parte do Movimento Resistência Popular, três possuem ou estão cursando ensino superior em instituições públicas, como Filosofia e Artes Plásticas. Um organizador está finalizando o curso de mestrado em Psicologia e três possuem o ensino médio completo. Dos sete membros seis nasceram e cinco sempre residiram no bairro Restinga e tem idades que oscilam de 20 a 30 anos, com exceção

de um deles que ultrapassa os 40 anos de idade. Os responsáveis pelo funcionamento da Rádio Quilombo FM desenvolvem outras atividades durante a semana. Todos trabalham ou estudam. No grupo, há trabalhadores do comércio, estudantes e funcionário público.

As discussões sobre as pautas geralmente ocorrem de acordo com cada programa apresentado e com a realização de uma reunião em conjunto com seus responsáveis. De acordo com um princípio geral firmado num momento anterior ao início das atividades referentes à rádio, foram estabelecidas as formas de gerenciar o modo de noticiar e o que deve ser considerado mais relevante. Existem formas de interpretar e proferir as notícias que são privilegiadas pelos comunicadores da Rádio Quilombo FM. O princípio definido por eles como o da *independência* evidencia a tentativa de manutenção de distanciamento do que é caracterizado como uma rádio comercial. Conforme entrevistado (apresentador, membro da Resistência Popular, funcionário público): *O que a gente tem em comum é a discussão toda que a gente fez, das assembleias, tiramos os princípios de independência, não ao preconceito.*

A premissa da independência pode ser traduzida como uma tentativa de exercício das atividades sem vinculação a outros meios de comunicação, além de permanecer livre de influências do tipo econômica, traduzidas pelo aceite de formas de patrocínio. A política acordada pelos envolvidos na rádio comunitária não permite que esse tipo de situação aconteça. Assim, percebe-se que os imperativos sistêmicos, nesse caso, não são predominantes, mas ao contrário, há uma tentativa de que prevaleçam os valores do mundo da vida, calcados no princípio da comunicação.

Para outro entrevistado, torna-se importante salientar, quanto ao funcionamento da discussão das pautas que:

No momento cada um vê a pauta do seu programa, de ter um momento da gente discutir as pautas de forma geral entre todos, mas no momento cada dupla, ou cada um discute o seu. Eu no caso, eu discuto com a minha companheira de programa sobre o que a gente vai falar, ela mora antes de eu morar aqui, ficava responsável pelas notícias da comunidade, e agora como eu to morando aqui, já tenho mais elementos pra estar trazendo, também trago notícias (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

Segundo a fala, torna-se critério para seleção das notícias o fato de ser morador ou não do bairro Restinga, ou seja, ter proximidade com os acontecimentos do local. Isso significa trazer para dentro da Rádio Quilombo FM os reflexos dos fluxos comunicativos primários vivenciados por quem lá reside. Através desse modo de atuação, de seleção de notícias de acordo com a relevância da temática para a Restinga, fica perceptível a tentativa de

construção de uma esfera de discussão pontual sobre o próprio bairro, estabelecendo relações com o contexto da cidade.

A programação é de forma geral pré-estabelecida, no entanto, o que vai ser apresentado é discutido individualmente, de acordo com cada apresentador responsável pelo programa. Para os entrevistados há necessidade da existência de reuniões de equipe com maior frequência, para alcançar o objetivo de agregar todos os participantes na construção de um processo comunicativo conjunto, iniciado com as transmissões.

Eu sinto falta só de um espaço, a gente fez algumas reuniões de rádio, mas era pra discutir coisas mais técnicas, o Hd do computador, mas a gente brigava muito pra ter na Rádio Restinga e não conseguiu, *que seriam umas reuniões de pauta mesmo, pra gente tentar quebrar mesmo com aquele lance dos programas individualizados*. Eu acho bem legal se a gente pudesse ter um encontro de todos os programas e a gente pudesse ficar um falando dos programas dos outros, falando assim, a é legal tu caminhar pra isso fazer um, tentar produzir esse tipo de matéria, teu programa pode melhorar se tu fizer isso, por que eu acho que a gente tem que pensar uma rádio, pelo menos aqui, não enquanto um monte de programa fragmentado mas enquanto algo comum (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

Através desta reclamação, torna-se perceptível a existência de ausência de sincronia no conjunto do espaço chamado rádio comunitária. No grupo, há uma preocupação em seguir determinados padrões de noticiar, seguindo caráter de informativo local, tornando-se um instrumento disponibilizado para uso da população, no sentido de que, os microfones encontram-se abertos para quem achar necessário usá-los. No entanto, faltam espaços de discussão a respeito da programação a ser apresentada. Cada apresentador preocupa-se com a abordagem que seu programa terá, desvinculando-se do restante da programação.

O objetivo é promover a construção conjunta do processo comunicativo, tendo seu princípio estabelecido a partir dos questionamentos da população, entretanto esse processo ainda não se completou.

6. 1. 2. 2 Relacionamento com a comunidade do bairro Restinga

Os vínculos que podem se estabelecer entre os fluxos comunicativos primários e o processo comunicativo realizado pela rádio comunitária podem ser visualizados através das formas de relacionamento firmados com a comunidade local. Uma dessas formas pode ser

demonstrada através da reação da população em relação ao que foi ouvido. De acordo com entrevistado (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado), a comunicação através da rádio pode provocar questionamentos sobre temas ou situações que até então permaneciam incólumes. Para ela:

As poucas pessoas que a gente sabe quem são que nos ouvem, nos escutam, a gente sabe que elas se questionam de muitas coisas que a gente tem falado, tem coisas que as pessoas não tão pensando e daqui a pouco chega uma informação que nunca chegou antes e ai pra que serve, pra que é? Até a Dejanira esses tempos estava comentando e ela faz programa aqui, falando sobre o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], ai ela disse que não achava muito certo isso de ocupar e não sei o que e ai hoje ela já acha que sim, que tem um grande fundamento, por que ela através desses elementos de discussão, também de coisas que ela escutou em outros lugares mas daqui também. Então, *eu acho que essas informações não são passadas na mídia convencional, só são passadas na rádio comunitária*. E também as notícias que são da comunidade mesmo, hoje o programa já tá gravado, vou falar do ônibus que eu peguei sexta passada que quebrou aqui, nunca falam disso e aí a gente que ta aqui sabe que é bem assim. E esse tipo de coisa a gente pode falar na rádio comunitária que é também um pouco falar das coisas daqui mesmo que incomodam todo mundo e até de repente ta fazendo uma luta mesmo, falar disso, apoiar alguém que resolva iniciar um grupo (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

Além de manter a audiência, um dos objetivos da rádio comunitária é fazer com que as pessoas mantenham o interesse em participar efetivamente da construção diária do processo de comunicação.

De acordo com os entrevistados, destaca-se sempre a importância despendida e a valorização dada aos ouvintes comprometidos com as propostas desenvolvidas pela Rádio Quilombo FM. Segundo eles, o maior impacto que a atuação da rádio poderia desenvolver na comunidade está relacionada à manutenção dessa audiência crítica dos programas e à participação de forma direta na construção da programação.

Essa aqui na real pra mim é a grande dificuldade de saber por que a gente nunca fez uma pesquisa pra saber quem é que ta ouvindo, algumas pessoas ligam pra nós pra dizer, tô ouvindo, mas geralmente são pessoas que a gente conhece. Mas voltando aquela idéia, eu acho mais importante por que é um ouvinte que se compromete com a idéia por isso que ele ouve, isso que eu acho mais importante, tu ta lidando com outra pedagogia, a gente ta preparando um ouvinte para um discurso diferente e as pessoas que estão ouvindo isso são as pessoas que estão abertas a isso estão afim de vivenciar essa outra possibilidade política, o impacto, eu consigo perceber isso quando as pessoas participam só da rádio, vem alguém e participa, os meninos e outros, acho que o impacto é esse da possibilidade da participação, mas é difícil mesmo saber o que tu consegue, a rádio Restinga era, a gente também não tinha noção de quantas pessoas ouviam, a gente não tinha essa preocupação, a gente tava preocupado em ter rádio só. Quando a rádio fechou a gente percebeu quantas pessoas ouviam e muitas pessoas ligavam a rádio de manhã pra saber o horário dos ônibus, que a gente fazia isso era um serviço de utilidade pública massa, que a Restinga é assim, como é muita gente tu te guia pelos horários, se o ônibus sai sete e

meia tu tem que sair sete e quinze pra pode chegar mais cedo, e acho que era esse o tipo de coisa, as pessoas ouviam. Um impacto seria as pessoas se mobilizarem para ouvir a rádio, não nossa rádio já não tenho certeza desse impacto, acho que o impacto é mais a participação de alguns, a possibilidade de participação de pessoas (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

A consolidação de uma audiência participativa pode demorar algum tempo para acontecer, em qualquer rádio seja ela comunitária ou não. A Rádio Quilombo FM está inserida no momento de construção de audiência, trabalhando em torno disso. O trabalho na Rádio Quilombo FM é, para os entrevistados, feito com seriedade. Para eles:

A Rádio Quilombo ela já foi, a gente constituiu ela, a gente levou bem a sério no sentido que era algo que não tinha mais volta, então tinha que levar bem a sério e não ter pausas nem nada, que nem a Rádio Resistência que era uma vez por mês que tinha uma atividade a gente não transmitia. A Rádio Resistência era uma ação radiofônica não era uma rádio assim, a gente transmitia sempre no terceiro sábado de cada mês, no último sábado de cada mês transmitia, e sempre quando a gente transmitia a gente pegava e colava cartaz “ouça a rádio tal”, era uma ação, não era uma rádio mesmo, era uma ação direta diferente, uma ação direta anunciada. Essa aqui é diferente, ta tentando se constituir enquanto uma rádio, então tem uma grade de programação mesmo, apesar de que a Rádio Resistência também tinha uma grade de programação melhor que essa, pelo menos era mais experimental, mas essa rádio nunca teve interrupção a gente sempre levou a sério e sempre se colocou que tem que ter a programação direitinho, tem os horários, por que já é uma rádio mesmo, não é só uma ação, então essa é a luta principal (entrevistado, membro da Resistência Popular, funcionário público).

A compreensão diferenciada entre o funcionamento da Rádio Resistência e a Rádio Quilombo FM denota a preocupação com a manutenção da programação e com a construção do processo comunicativo. A manutenção de uma programação constante e a possibilidade de participação da comunidade local inicia o chamado processo comunicativo, sendo que este envolve a criação de uma esfera pública local. Está sustentada pelas relações estabelecidas entre a rádio e a comunidade.

A Rádio Quilombo FM, ao contrário da Rádio Resistência que se caracterizava por ser uma intervenção radiofônica, se caracteriza pela constância na transmissão, procurando constituir uma permanente programação, acompanhada de audiência e participação constante da população. Portanto, após algumas experiências na área da comunicação, como experimentações radiofônicas, formou-se um grupo coeso com objetivos e princípios comuns.

Existem espaços de interação e diálogo entre os diversos grupos componentes da Restinga. A Esplanada é um deles. Inclusive manifestações simultâneas ocorrem muitas vezes. Ao lado da Esplanada está situada a quadra de samba da Escola Estado Maior da Restinga, e repetidas vezes, enquanto ocorriam preparações para peças teatrais, ao lado do

funcionamento da feira, no espaço da Esplanada, a escola de samba realizava seu ensaio para o carnaval do ano, disputando a atenção do público que circulava pelo espaço.

A feira de produtos hortifrutigranjeiros é outro espaço de interação. Ela ocorre todo o sábado a partir das 16 horas da tarde e tornou-se um espaço de encontro e discussão. Enquanto os feirantes permaneciam na Esplanada desenvolvia-se uma tradição de comunicação comunitária. As transmissões da rádio-poste, Rádio Corneta, incentivavam a participação constante dos feirantes, sendo que eles poderiam participar solicitando músicas, fazendo comentários, reclamações ou qualquer outra forma de manifestação. O funcionamento da rádio poste apenas se tornava possível com a participação das pessoas que pela Esplanada circulavam aos sábados. Naqueles momentos de interação entre a população e a rádio, o processo comunicativo se tornava completo e os fluxos comunicativos da vida cotidiana formavam, através da disponibilização do uso do microfone, uma esfera pública de discussão momentânea.

Os feirantes e os frequentadores da feira, quando perguntados de forma informal sobre as transmissões da rádio-poste, relataram que lembravam e achavam a iniciativa muito importante para o desenvolvimento do diálogo entre a população, além de animar as tardes de sábado da Esplanada.

6. 1. 2. 3 Questões relativas à sustentabilidade da Rádio Quilombo FM

O patrocínio de uma rádio pode ser feito por diversas instituições, seguindo uma dinâmica de acordo com o interesse institucional e o aceite dos organizadores da rádio. As questões relacionadas ao recebimento ou não de patrocínio para o funcionamento da Rádio Quilombo FM, e de qualquer outra rádio, podem revelar qual a concepção que seus organizadores têm da interferência que uma influência externa pode provocar.

Na história da Rádio Quilombo FM, nunca houve recebimento de parcelas de patrocínio, mas aconteceram pequenos patrocínios compreendidos como forma de troca, entre a comunidade e a rádio, ainda quando o grupo que compõem a rádio poste estava transmitindo como rádio-poste do espaço da Esplanada. Conforme o relato do entrevistado, os chamados *apoios culturais* se configuravam como trocas entre um anúncio por algum produto, comumente do gênero alimentício.

É que é tipo de remunerar os participantes, não tem problema nenhum, depende a maneira, têm várias maneiras de tentar um apoio cultural, tu pega aqui no centro mesmo, sei lá, tu anuncia a banca do cachorro quente e a mulher dá um microfone pra nós, a gente não discutiu, mas é mais pequeno comércio, o super Khan acho que não aceitaria, que é um mercado grande. A gente fazia muito isso, quando a gente fazia rádio-poste a gente fazia o que chamava de apoios culturais, a gente ganhava pastel, nega maluca, pra falar sobre o negócio, é um tipo de troca (apresentador, membro da Resistência Popular, artista plástico).

Para outro apresentador, responsável pelo funcionamento da rádio, deve-se, sobretudo, esclarecer a importância da manutenção do patrocínio apenas como apoio cultural:

A gente tem uma base de acordo onde tem a nossa política de finanças. Desde que a rádio não tenha que perder seu caráter, se aceita apoio cultural. Rádios comunitárias em geral têm a política do apoio cultural do comércio local e mensalidade do pessoal, isso seria o ideal pra mim, pra rádio garantir sua independência, a Rádio Restinga mesmo tinha (apresentador, membro da Resistência Popular, funcionário público).

Para o apresentador e organizador da Rádio Quilombo FM, é importante que a rádio mantenha um caráter diversificado, buscando abarcar todos os grupos que existem na Restinga. Nesse sentido, o patrocínio seria um catalisador para que o pequeno comércio local tivesse inserção no espaço funcional da rádio, sendo mais um elemento da esfera pública constituída.

Não, nunca teve, tem um plano, na verdade já tem uma discussão feita a respeito disso, entre na verdade o pessoal da Resistência Popular, que a idéia da rádio é que ela não seja desse grupo, é que ela seja uma rádio de vários grupos, a gente tinha uma proposta e depois também, nas primeiras discussões do ano passado a gente fez umas assembléias, que a gente chamou um monte de gente daqui da Restinga, e daí nessas discussões, foram traçados alguns rumos, eu não lembro se chegou a ficar escrito isso que a idéia é que se tiver patrocínio fosse do pessoal local, de algum mercadinho local, alguma coisa assim, isso, mas que não fosse nada assim, a coca-cola, empresa grande nenhuma, nem supermercado grande nada disso, que fosse o pessoal pequeno, um barzinho, um lojinha pequena que quisesse estar contribuindo, por que como a gente tava falando, como o pessoal não vai ser remunerado, custos maiores aí vai ser com essas outras coisas, telefone, água, luz, mas dependendo do espaço não vai ter isso também, então não vai ter tanto custo, a gente até preferiu esperar pra quando tiver mais gente mesmo e surgir a necessidade de buscar, por enquanto não surgiu a necessidade, por que isso, o dinheiro de uma festinha as vezes dá pra gente viver cinco meses (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

O recebimento de patrocínio está relacionado à questão da remuneração dos trabalhadores da rádio. Por enquanto todos os que exercem atividades na Rádio Quilombo FM as fazem de forma voluntária. No entanto para o entrevistado, organizador e apresentador, a remuneração mensal dos trabalhadores poderia ter como consequência mais seriedade e

envolvimento nos trabalhos executados, como também o desenvolvimento de um projeto de comunicação.

A gente queria mudar, nosso grande receio é que se transforme nisso também, se a gente conseguisse ter remuneração, eu acho que é algo interessante, não pra gente, mas pra aqueles que queiram se dedicar o tempo inteiramente pra isso, eu acho importante também e é uma baita diferença de alguma forma poder profissionalizar a coisa, o pessoal poder levar mais a sério. Mas a nossa rádio aqui tem um projeto legal, que a gente quer trabalhar com vídeo também, então a gente tá tomando pra gente não só a rádio comunitária, mas pensar a comunicação como um todo, eu acho que é um avanço que a gente conseguiu, de alguma forma tá discutindo isso, tá se aproximando de um projeto de comunicação o que é um avanço também (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

Há, entre os entrevistados, trabalhadores da Rádio Quilombo FM, compreensão diferenciada quanto a questão do aceite ou não de patrocínio. Alguns concordam com o recebimento do patrocínio desde que seja entendido apenas como troca cultural, portanto funcionaria como um patrocínio simbólico. Outros aceitariam algumas formas de patrocínio, mas apenas de comércio de pequeno porte (na categoria de grande comércio insere-se o supermercado local, o Super Khan, segundo classificação do entrevistado). No entanto, existe concordância quanto a atitude dos entrevistados de não buscar patrocínio, trabalhando de acordo com suas possibilidades de sustento e não assumindo relações de caráter comercial com organizações externas a Rádio Quilombo FM. Esse posicionamento dos membros organizadores da rádio denota a compreensão de que a razão instrumental não permanece preponderante no momento da tomada de decisões sobre financiamento da produção através de recebimento de patrocínio, mas há permanência de valores relacionados a razão comunicativa, perceptíveis pela existência dos *apoios culturais*.

Diante dessa realidade de possibilidades é importante que exista entre os organizadores normas bem definidas de como interpretar essas questões. Tem-se tornado prática comum o estabelecimento de trocas entre as rádios comunitárias e políticos interessados em conquistar eleitores. Atualmente, alguns estudos apontam para a afirmação de que a prática de uso de rádios para fins políticos continua existindo. O pesquisador Lima destaca que o foco de interesses dos ‘novos coronéis’ está nas rádios comunitárias. Segundo ele, trata-se de um caso típico de utilização do patrimônio público para atingir interesses privados. Trata-se, portanto, de um comportamento que remonta ao velho Estado patrimonialista, no qual não há limite entre o público e o privado. Lima refere-se aos casos de concessões de rádios comunitárias para rádios que apresentam vínculos com grupos

partidários (LIMA, 2007). Na Rádio Quilombo FM, como já foi ressaltado, há a preservação do princípio de independência com relação a grupos políticos-partidários.

6. 1. 2. 4 Visões sobre o futuro da rádio comunitária

Ao questionar os entrevistados sobre qual o futuro que eles desejam ou esperam para a história da Rádio Quilombo FM, foram destacados elementos tais como o aumento de audiência. Segundo o entrevistado:

O que nós queremos, é que ela continue assim pra melhor, cresça como a gente já tava falando, tenha mais programas, mais gente, mais dias de programação, agora com o novo transmissor, se deus quiser vai dar uma melhorada na qualidade da transmissão. O novo transmissor é mais potente, o outro era muito fraco, era antigo, então tinha localidade que não pegava. Esse foi comprado, através das festas que a gente está fazendo (entrevistado, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

Há também, destaque para a busca de uma programação mais abrangente, diversificada e com participação cada vez maior da comunidade da Restinga, buscando produzir um projeto de comunicação adequado para o próprio bairro.

O primeiro avanço pra mim é poder construir uma grande de programação maior, de alguma forma que vai conseguir ter muito mais diversidade na real, mais coisas diferentes, um discurso mais plural, acho que isso é o ideal, mas pra isso precisa de mais pessoas participando, acho que falta, que quanto mais a gente ta discutindo uma pauta de programação, um projeto de comunicação mesmo, não só pra rádio, mas um projeto pra Restinga mesmo, acho que se a rádio conseguir tentar abraçar isso, constituir um grupo de comunicação na Restinga, que possam participar mais pessoas, acho que esse é o avanço pra mim mesmo, o pessoal não. Até a gente tem discutido da gente tentar avançar pra uma legalização, pra dar mais confiança pra quem ta trabalhando, mais credibilidade, por que as pessoas acabam não participando por que dizem que é rádio pirata e tal, mas eu acho que pra mim, dentro de um idealismo realista, se ele existir, é tentar ter uma programação um pouco maior, que fosse maior no sentido de ter uma pluralidade de coisas diferentes, a gente abarcar realmente o que a Restinga é, isso é impossível, mas que a gente tente chegar perto e que a gente consiga ter mais reunião de pauta, de discussão de um projeto de rádio, isso a gente não consegue ter ainda, os programas muito soltos, cada um faz o seu, o cara tem programa das quatro as cinco, o cara vem fazer seu programa e vai embora, que isso era algo que a gente sempre reclamava na rádio Restinga (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

A função de uma rádio desse caráter, comunitária, num bairro como o da Restinga, assume para os entrevistados apresentadores e ouvintes o estilo de um instrumento, que pode

ser utilizado tanto para noticiar a realização de uma assembléia no espaço da Esplanada, como para falar de alguma irregularidade ou violência ocorrida. Conforme entrevista, com apresentador e responsável pela rádio:

Eu acho que a gente tá caminhando de acordo com o que eu acredito assim, sabe, devagar, mas chamando as pessoas, a gente sempre chama, é que como eu falei, a partir do momento que a gente começar mesmo a divulgação outros grupos vão estar surgindo, mas pra mim o *projeto ideal é aquele que não é atrelado a nenhum governo, nenhum partido a nenhum empresário, aonde as pessoas tenham liberdade de realmente falar na rádio o que tá acontecendo*, uma rádio que não tenha essas coisas de preconceito, machismo, que a gente sabe que as vezes uma rádio comunitária sempre tem o machão, o caudilho que fala mal da mulher, que acha que a polícia tem que bater em todo mundo, então isso acho que uma rádio não pode ter, mas ela tem que tá aberta justamente para as minorias que vem sempre sofrendo discriminação. Sei que a pouco tempo a polícia pegou dois guris que estavam fumando crack, aí pegou revistou o branco, era um branco e um preto, revistou o branco normal, o preto ela pelou, era de dia na frente de todo mundo, aqui na Restinga, os dois estavam fumando crack, e ela levou só o preto, o branco ela não levou, então isso acontece e tem que falar na rádio, aí tem que tá do lado do povo, não ter medo da polícia, não ter medo de denunciar o que tá errado, em algum lugar tem que sair isso, então acho que a rádio comunitária é o lugar pra denunciar isso (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

Para os ouvintes, o espaço da rádio tem se tornado um espaço de interação. “A rádio tá sempre discutindo são coisas mais palpáveis mais simples, por exemplo, a morte da liderança comunitária que morreu aqui” (ouvinte, 28 anos, estudante).

Portanto, diante das formas de atuação da Rádio Quilombo FM é destacada a vinculação com o que ocorre nas esquinas do bairro, com seus moradores e a importante apropriação do espaço da rádio pelos moradores. Essa apropriação ocorre de diferenciadas maneiras, seja para efetuar alguma denúncia, fazer alguma reclamação, levar o filho para participar de aulas de reforço escolar, ou às oficinas sobre comunicação. Existe um relacionamento próximo entre os moradores dos arredores do espaço ocupado pela Rádio Quilombo FM e os frequentadores do local.

Sendo a esfera pública um espaço de discussão, caracterizado pela vinculação com os espaços comunicativos primários, que se configuram como espaços de comunicação e convivência e apresentam laços de envolvimento com o ambiente social e territorial que são (re)construídos no cotidiano urbano, torna-se possível afirmar que há constituição de uma *esfera pública local*, através do que foi acima exposto.

Os desejos para o futuro da Rádio Quilombo FM envolvem o aumento da programação, busca de maior audiência, maior participação comunitária e construção de um projeto de comunicação para o bairro Restinga. Dentro dessas expectativas, vividas pelos trabalhadores da rádio, há aspirações de caráter prático funcional e comunitário.

6. 1. 2. 5 O caráter da rádio: comercial ou comunitária

Os entrevistados apontam algumas características que para eles definem a Rádio Quilombo FM como uma rádio comunitária e a diferenciam das rádios convencionais. As rádios convencionais têm, segundo o entrevistado apresentador, objetivo comercial para o funcionamento, enquanto que a rádio comunitária funciona de acordo com o interesse público, da comunidade local. Assim, para ele essa diferença se configura em:

A rádio comercial, além de ser só entretenimento, eles tem muita coisa que são voltadas só pra interesse próprio. Aqui não, é uma rádio local, dentro da localidade, no próprio bairro. Interesse das vizinhas, próprios. Alguma reclamação, alguma coisa, tu não pode fazer nesse tipo de rádio, *aqui já é aberto pra todo mundo. Todo mundo pode falar* (apresentador, ensino médio completo, trabalhador na área da saúde).

A diferença está nos objetivos que se propõem esses dois tipos de rádio. Uma procura manter-se próxima da população local, onde está territorialmente localizada. O outro tipo trabalha com temáticas gerais e tem interesses financeiros lucrativos, estabelecendo uma relação mais distante com relação a seus ouvintes. Para o apresentador entrevistado:

Eu encaro a rádio, não tem só um cunho político, de ser um veículo que seja voltando contra os grandes meios de mídia, que o grande discurso que as pessoas utilizam, mas eu acho que é um espaço de, pelo fato de não ter aquela rigidez dos grandes, aquele padrão assim, sei lá, tu pode inventar coisas aqui, brincar, isso que eu acho legal na rádio, não encaro só com essa parte política, mas como uma parte de arte mesmo, eu acho que a gente faz arte quando a gente se permite criar, eu acho legal, a rádio é um espaço que me permite criar coisas, isso é importante de uma rádio livre comunitária (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

O espaço da rádio também é visto com um espaço que possibilita o exercício da criatividade dos que atuam na elaboração da programação. Para além do posicionamento político que diferencia a Rádio Quilombo FM, a possibilidade criativa é destacada pelo entrevistado como um diferenciador entre os modelos de rádios, pois na rádio comunitária não existe um cronograma rígido a ser cumprido, ou alguma meta que necessita ser atingida. O trabalho é feito de acordo com um cronograma básico, podendo sofrer alterações a qualquer momento. Não há um formato padrão de execução da programação. Os produtores têm certa

liberdade para criar e executar os programas, obedecendo a um tempo limite de duração dos programas e seguindo uma temática consistente.

De acordo com ouvinte, a devido às características diferenciadoras da rádio comunitária é importante que ela continue a transmissão. Segundo ele: “Acho muito importante sim, eu pra mim eu acho que tinha que aumentar, bem interessante, de ter mais participações, aumentar os dias de transmissão, por que tem coisas que não tem nas rádios convencionais” (ouvinte, ensino médio completo, 22 anos).

6. 2 DIMENSÃO INTERATIVA: RÁDIO COMUNITÁRIA

6. 2. 1 Apropriação do espaço destinado à discussão dentro da rádio comunitária

6. 2. 1. 1 A programação

A programação da Rádio Quilombo FM é constituída de uma variedade de programas e que abordam diversos assuntos. Durante o processo de pesquisa houve modificações na grade de programação apresentada aos ouvintes. São ao todo oito programas, transmitidos todos os sábados no período da tarde, a partir do meio-dia. A configuração atual (agosto/2008) está apresentada no quadro abaixo:

Quadro 5 - Programação

Programação:	Temáticas:	Sujeitos:
12h: Musical;	Músicas de caráter diverso.	Rafael A./Marcos.
13:30h: Rádio Pinel;	Discussão de temáticas sociais com a produção de crianças.	Crianças/Daniela.
14h: Oficina de Idéias;	Proposta de desconstrução de obviedades.	Marcos/Saroba.
15h: Ronco do Bugio;	Cultura e história do bairro Restinga.	Marcos/Saroba.

16h: Qualidade de vida;	Questões relativas à saúde/medicina alternativa.	Rafael/Diego.
17h: Movimentação;	Movimentos sociais.	Rafael A./Tarcus/Daniela.
18h: Conversas de Mulher;	História da música e gênero.	Daniela/Dejanira.
19h: Musical.	Músicas de caráter diverso.	Rafael/Daniela.

O programa *Musical* destaca a produção musical local, já que o bairro Restinga tem vários grupos reunidos em torno da música de variados estilos. Além de buscar valorizar o que é produzido regionalmente há também o atendimento de pedidos que eventualmente os ouvintes fazem. O programa não se caracteriza pela ortodoxia musical, mas pela variedade de opções que apresenta, buscando agradar os tipos diversos de ouvintes. Entretanto, apresenta também músicas que não estão no circuito apresentado pelas rádios comerciais, oportunizando aos seus ouvintes o conhecimento da existência de opções musicais alternativas.

A produção infantil, chamada de *Rádio Pinel*, foi gravada nas oficinas realizadas com crianças em torno da temática da comunicação. O objetivo era inserir a discussão da produção da comunicação e atuação de movimentos sociais no universo infantil. As crianças, moradoras do bairro Restinga, gravaram suas produções, realizadas através de experimentações de programas, que ficaram armazenados e atualmente, depois de editados, estão sendo transmitidos. Segundo entrevistada (no momento de realização da entrevista os programas ainda não estavam editados/transmitidos):

A gente até já botou uns pedacinhos tipo dos sem-terrinha que eles entrevistaram lá no último encontro, a gente botou um pedaço da reportagem que eles mesmos fizeram, só que eu ainda não me organizei pra colocar todo o programa no ar (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

O programa *Oficina de Idéias* é uma produção experimental que traz como temática a discussão de questões que envolvem a filosofia. Visa a produção de pensamentos e idéias a partir do que eles consideram a ‘desconstrução da obviedade’, isto é, buscando pensar para além das vivências cotidianas. O *Oficina de Idéias* é um programa que tem o objetivo de ser

uma intempestiva provocação que se “*encoraja em dizer o que ninguém pensa em dizer*”. Os dois apresentadores são moradores da Restinga desde o período em que eram crianças. Um deles é estudante do curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é membro da Resistência Popular, o outro possui ensino médio completo, e está vinculado à projetos culturais existentes no bairro Restinga.

O *Ronco do Bugio* é um programa, que aborda questões de cultura e história. Em fevereiro, quando houve a festa do carnaval, o programa apresentou a história da festa em Porto Alegre, incluindo o histórico das duas escolas de samba que existem no bairro Restinga. O tema fio condutor do programa eram os sambas-enredo. Juntamente com a temática trabalhada em cada programa, há a apresentação de eventos culturais que estão acontecendo no bairro e na cidade, dando destaque para o que estiver ocorrendo no bairro Restinga. Num dos programas houve a abordagem do Movimento Tropicalista e sua influência na história da música brasileira e ainda discussão do contexto histórico brasileiro no momento em que se desenvolvia esse movimento.

O programa *Qualidade de vida* possui dois apresentadores. Os dois são moradores da Restinga e a aproximação com a Rádio Quilombo FM aconteceu através da intermediação de um grupo de teatro. Eles não fazem parte do grupo Resistência Popular. Desenvolvem seus trabalhos profissionais na área da saúde (na parte de terapias orientais e massagem) e no espaço da rádio buscam trabalhar para colaborar na melhoria da qualidade de vida dos ouvintes. O interesse por técnicas de medicina oriental foi desenvolvido através de curso profissionalizante. O nível de escolaridade dos dois é ensino médio completo. As pautas do programa são selecionadas pelos dois e a maneira como é feito, foi assim descrita:

As vezes acontece, a gente não conseguiu se comunicar durante a semana, daí a gente liga um pro outro, e no dia olha, tem alguma coisa aqui, a gente leva no dia, chega um pouquinho antes, dá uma olhada, só que normalmente a gente vem antes, e olha tenho esses materiais aqui, aí a gente junta, dá uma estudada, e decide o que vai transmitir, e agora estamos gravando na sexta feira pra transmitir no sábado. Nem sempre a gente pode estar no sábado aí, a gente organiza e aí fica gravado na sexta (apresentador, ensino médio completo, trabalhador da área da saúde).

Durante a participação na construção da programação da Rádio Quilombo FM, o entrevistado relata que transitou entre programas, tendo participado primeiramente da apresentação do programa *Juventude em Foco*.

Eu comecei com programa só pra jovem, que era o Juventude em Foco, tudo questão pra jovens, festas e coisa, depois eu passei a fazer programa com o Diego sobre saúde, saúde preventiva, coisas que a gente gosta, que estamos mais por dentro.

Trabalhamos em dupla, definimos tudo em dupla (apresentador, ensino médio completo, trabalhador da área da saúde).

Ao questionar por que eles se envolveram com o projeto da rádio, pois não tinham experiências anteriores na área da comunicação e não conheciam a Resistência Popular, os entrevistados responderam que o interesse está relacionado ao tipo de atividade que se torna possível desenvolver trabalhando em uma rádio comunitária, às diferenças que caracterizam uma rádio comunitária de uma rádio comercial. Para eles:

Eu gostei da idéia da rádio, a idéia que a *rádio traz de liberdade de expressão*, tu pode te expressar de onde tu mora, tu conhece, pode passar uma realidade que a gente vive aqui no bairro. No meu caso ainda, área de saúde, qualidade de vida, então isso eu posso passar para as pessoas da vila, que eu gosto, tenho aptidão, to sempre atrás, isso eu procuro passar para as pessoas aqui pela rádio (apresentador, ensino médio completo, trabalhador da área da saúde).

Para o entrevistado, a diferença principal entre a rádio convencional e a comunitária está nas possibilidades que proporcionam aos ouvintes. Segundo ele:

A rádio comercial, além de ser só entretenimento, eles tem muita coisa que são voltadas só pra interesse próprio. Aqui não, é uma rádio local, dentro da localidade, no próprio bairro. Interesse dos vizinhos, próprios. Alguma reclamação, alguma coisa, tu não pode fazer nesse tipo de rádio, aqui já é aberto pra todo mundo. Todo mundo pode falar (apresentador, ensino médio completo, trabalhador da área da saúde).

O programa *Movimentação* é apresentado por um grupo formado por três pessoas. Todos moradores do bairro Restinga, são membros da Resistência Popular, possuem nível superior completo e emprego estável. O intuito do programa é discutir a ação dos movimentos sociais contemporâneos, como também os movimentos sociais ao longo da história. Um dos programas que foi selecionado para audição tematizava o período da ditadura militar no Brasil, sendo que ao longo dos programas observados foram temas recorrentes a atitude de repressão assumida pela brigada militar diante de manifestações populares na cidade de Porto Alegre.

A apresentação funciona da seguinte forma: são selecionados fatos noticiados nos jornais de circulação regional, eles são apresentados aos ouvintes de forma crítica e a partir de então se desenvolvem análises do ocorrido sobre a ótica dos apresentadores da Rádio Quilombo FM. Está entre os objetivos dessa análise, mostrar aos ouvintes as diferentes formas de construir uma notícia, ou seja, as diferentes interpretações sobre um mesmo fato.

O programa *Conversas de Mulher*, apresentado por duas mulheres, busca salientar questões relativas à história da música e relacionadas à temática do gênero feminino. A entrevistada destaca como funciona a produção do programa:

No nosso programa a gente traz uma mulher cantora no primeiro momento, um pouquinho sobre a vida dela, coloca algumas músicas, que a gente gravou até hoje, da Clementina de Jesus, depois no segundo bloco só notícias da comunidade e o terceiro bloco ainda tá assim, geral. Esse último eu falei sobre bolsa família (apresentador, membro da Resistência Popular, ensino médio completo).

Existe a preocupação de manutenção de vínculos com as notícias locais. Os destaques a serem apresentados são trazidos pelas duas apresentadoras e moradoras do bairro Restinga. Ambas têm, portanto, um conhecimento profundo da realidade local e buscam apresentar alternativas ou informações do que consideram útil discutir com a população que ouve o programa. Segundo a apresentadora entrevistada:

A gente queria fazer alguma coisa sobre direitos. A gente tá conversando agora outro assunto que é da assistência social da minha colega que é psicóloga e eu, de tá fazendo um programa com os usuários que a gente atende agora pra março, por que a gente trabalha muito com a questão dos direitos violados, como dá pra fazer ao invés de fazer uma palestra, de tá fazendo uma coisa mais prática, de eles poderem tá discutindo isso e isso ser um programa e aí tá se escutando, falando, e esse é um projeto pra março (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

O programa procura sanar a deficiência do que é considerado um problema no bairro, ou seja, a questão dos direitos humanos. Quando ocorreu, em janeiro desse ano, o assassinato de uma expressiva líder comunitária do bairro, a Rádio Quilombo FM e em especial, o programa *Conversas de Mulher* destacou de forma ampla o fato acontecido. Promoveu um debate sobre a violência local e as conseqüências disso. Outras questões tratadas no programa referem-se aos problemas localizados, que são característicos do bairro e não são noticiados em outros veículos de comunicação. Segundo entrevistada, responsável pelo programa:

Vou falar do ônibus que eu peguei sexta passada que quebrou aqui, nunca falam disso e aí a gente que tá aqui sabe que é bem assim, chega final de tarde eles botam um carro quebrado, o pessoal passa o dia inteiro trabalhando e ainda pega o ônibus e os próximos que vem eles também vem lotados né e aí não param. E esse tipo de coisa a gente pode falar na rádio comunitária que é também um pouco falar das coisas daqui mesmo que incomoda todo mundo e até de repente está fazendo uma luta mesmo, falar disso, apoiar alguém que resolva puxar um grupo (apresentador, membro da Resistência Popular, ensino médio completo).

A programação semanal de sábado é encerrada com a apresentação de outro programa *Musical*, que possui o mesmo caráter do programa musical da abertura: variadas categorias de música, desde a produção local a destaques internacionais.

Essas questões demonstram uma das formas de conexão com os fluxos comunicativos primários. A análise da programação desenvolvida e indica que se constituem *esferas de discussão temáticas* em torno de cada um dos programas apresentados pela Rádio Quilombo FM. As esferas de discussão desenvolvem-se de acordo com as temáticas abordadas e o nível de interesse dos envolvidos na discussão. Portanto, são esferas tematizadas, que localmente debatem assuntos pertencentes ao mundo da vida. Conforme ouvinte:

Então eu acho que essas informações não são passadas na mídia convencional, só são passadas na rádio comunitária, por que, bom por que tu só ta realmente preocupado com esse tipo de coisa. Por que tu só tem acesso a um tipo de informação que não tinha antes, então a gente quando toma uma decisão a gente toma baseada em algumas informações que a gente tem e quando não nos falam algumas informações, muitas vezes a gente toma um posicionamento diferente. E também as notícias que é da comunidade mesmo (ouvinte, 33 anos).

6. 2. 2 Construção de pautas conjuntas

6. 2. 2. 1 A audiência

O espaço em que estão instalados os equipamentos da rádio comunitária, de onde ocorrem as transmissões aos sábados, é um espaço que pertence à Resistência Popular. Ali acontece o desenvolvimento de outras atividades que envolvem, também, as pessoas que organizam e trabalham na Rádio Quilombo FM.

Uma dessas atividades é realizada com crianças que moram nos arredores e necessitam de reforço escolar, pois estão tendo desempenho abaixo do esperado nas escolas em que estudam. Com a coordenação de algum responsável, membro da Resistência Popular, realizam-se atividades com intuito de servir de aporte para o que é desenvolvido dentro da sala de aula na escola que as crianças frequentam. Segundo entrevistada, junto com o reforço escolar acontecem oficinas de comunicação com as crianças:

Outra atividade da rádio que não é da só da rádio, mas eu faço oficina de rádio com as crianças do reforço escolar, na verdade é uma atividade do comitê, mas que tem a ver com [o tipo] de rádio que a gente faz também, as crianças gostam muito, é muito legal, elas se apropriam bem rápido até, algumas, outras não, mas de forma geral elas pegam rapidinho (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

Essas atividades estimulam o contato da população com o espaço da rádio comunitária. Isso propicia a divulgação da programação que ocorre aos sábados e aproxima os pais e as crianças, a comunidade em geral, da temática da comunicação discutida no espaço da rádio. O espaço torna-se lugar de encontro e envolvimento da comunidade com as *esferas públicas temáticas* de discussão desenvolvidas durante a programação.

Quanto aos ouvintes da Rádio Quilombo FM e o processo de divulgação, a entrevistada destaca que são diversos os momentos e as formas de contato com a população e nessas oportunidades sempre ocorre a informação da existência da rádio.

A gente já fez várias atividades que levavam o nome da rádio, no momento a gente não tá, já teve várias oficinas fora nas escolas, é o espaço das crianças é uma divulgação, todas as famílias são comunicadas da rádio, mas antes teve mais ainda que era a coisa das oficinas fora mesmo, que era bem pra isso, oficinas fora daqui. A divulgação da feira quando a gente fazia rádio-poste era outro espaço também, a gente acha que não tem tão planejado assim. A divulgação na verdade, a gente pintou o mural da rádio, já vez colagem de cartaz na Restinga falando da rádio, distribuimos panfletos ali, teve o evento do (...) sobre a escola técnica da Restinga que ai a gente também levou os equipamentos pra ficar ali na feira pra transmitir, ai foi um evento em conjunto e acho que foi isso, tudo que é lugar que a gente vai a gente falar da rádio, a gente coloca a rádio em quase tudo, por exemplo, agora vai ter essa atividade de cinema que é pro ELAOPA [Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas], ai claro que a gente vai falar da rádio. A gente tá fazendo sempre isso, qualquer atividade que a gente for a gente falar na rádio, pro pessoal saber e começar a se associar mais mesmo, acho que até isso, o pessoal não tem essa coisa de se apropriar mais: tá tem uma rádio, deve ser uma burocracia pra ir lá falar, mal sabem que é só chegar e falar (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de mestrado).

Tratando-se de uma rádio com a Rádio Quilombo FM não há instrumentos de aferição de audiência. Os relatos sobre este quesito, tem sido de que há pessoas que ouvem os programas e esses alteram de alguma forma a sua maneira de perceber o mundo, de construir interpretação sobre as ações e mesmo de agir.

Existe uma preocupação, nutrida pelos organizadores da rádio, de manter contato com seus ouvintes. Essa prática se insere na ligação existente entre a vida da rádio e a manutenção da audiência. Entretanto há também formas de preconceito com relação ao formato comunitário da Rádio Quilombo FM, devido ao questionamento que político que isso pode

significar, pois a atenção de uma rádio comunitária deve estar voltada para problemas e demandas localizadas.

A gente tá sempre procurando saber, se informa do que as pessoas mais gostam, até por se localizar aqui no bairro, acho que por esse meio assim, se comunicando, trazendo as coisas aqui pra dentro, se as pessoas também daqui de dentro, procurar levar pra fora. Tem pessoas que gostam, mas não querem participar, que é alguma coisa mais pra gente fazer. Até por ser comunitário, tem pessoas que não gostam (apresentador, ensino médio completo, trabalhador da área da saúde).

A divulgação da programação ocorre de maneira informal também, através da manutenção de contato com outros espaços no bairro que desenvolvem algum tipo de atividade com a comunidade da Restinga, como a cozinha comunitária que oferece refeições a preço acessível aos moradores.

Tem o pessoal conhecido, pessoal que a gente conhece, parente, e aqui da comunidade o pessoal que participa de outras atividades, agora a gente tá com um contato legal com o pessoal da cozinha comunitária, e eles provavelmente vão falando pra outras pessoas, para os parentes deles, a gente já teve lá (apresentador, membro da Resistência Popular, funcionário público).

Para entrevistado, o importante do conhecimento da audiência está na possibilidade de conhecer, manter contato, saber das necessidades dos ouvintes. Segundo ele:

Uma que vão te escutar e dizer o que acham, também por divulgação né, pela participação deles e se, chegarem ao ponto de estar ligando participando, pelo menos no programa que eu to participando, ainda tem um pouco. Mas a gente ainda não tem idéia de quantas pessoas nos ouvem (apresentador, membro da Resistência Popular, artista plástico).

Para outro entrevistado, a importância da manutenção de contato com a audiência está na possibilidade que existe de os ouvintes desejarem fazer parte da concepção, da criação dos programas. Denotando dessa forma a inserção direta de ouvintes na execução de programas da rádio, para ele:

Os contatos são importantes pra puxar, pra fazer, programas mesmo. Eu quando penso a rádio eu não penso muito no ouvinte, alguém que tá ouvindo lá fora, que pra mim o processo importante da rádio é o processo que acontece aqui dentro sabe, no momento que as pessoas participarem nos programas, a gente vai conseguir ter debate, a gente vai conseguir falar com a comunidade mesmo da Restinga, então esse contato seja mais em função disso, de divulgar a idéia pra que eles participem, não só que ouçam, claro que ouvir é um primeiro processo, a pessoa tem que ouvir pra ver onde que está se metendo, mas eu acho legal pra poderem participar (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

A Rádio Quilombo FM trabalha, portanto, com uma concepção diferenciada de comunicação em relação aos seus ouvintes, pois, não há um relacionamento estanque, distanciado, mas, sim, a busca pela aproximação e inserção dos ouvintes no desenvolvimento do processo comunicativo dentro do espaço da rádio comunitária. De acordo com o que destaca o entrevistado, a qualificação e interesse do ouvinte são os principais objetivos da rádio.

Tá participando, eu acho que é legal, os ganhos não são, é que é diferente, se fosse talvez uma rádio comercial, a gente ganhasse se a gente tivesse muita audiência, mas no nosso caso não é audiência, é a participação. A gente não vai querer brigar por audiência com a Atlântida, é uma luta injusta, a gente não vai ganhar, então pra nós o que importa é que quem esteja ouvindo é um ouvinte que ele esteja, que ele tenha compromisso com a causa, que ele ouça por que ele acredita e não por que nós vamos tocar a música do verão ou coisa assim, eu pra mim prefiro cinco malucos ouvindo a rádio aí que tão a fim que de repente vão ligar, vão colaborar do que cem, duzentas pessoas ouvindo música só, acho que esse é o avanço, eu to achando massa. (apresentador, membro da Resistência Popular, estudante de Filosofia).

De acordo com os entrevistados ouvintes, o programa de maior audiência, o mais ouvido no bairro Restinga, é o *Qualidade de vida*, devido a utilidade de sua transmissão. Para os ouvintes, ele torna-se importante pelas informações que expõem, pois essas possibilitam a execução de mudanças cotidianas relacionadas ao tema da saúde. De acordo com o entrevistado ouvinte: “O programa dos meninos de saúde talvez seja o mais importante, talvez tenha um pouco mais de relação com a vida das pessoas” (ouvinte, 28 anos, estudante).

Conforme outro ouvinte, o programa colabora na melhoria da qualidade de vida das pessoas, dando dicas sobre coisas simples acerca do dia-a-dia, possíveis de serem praticadas de forma imediata.

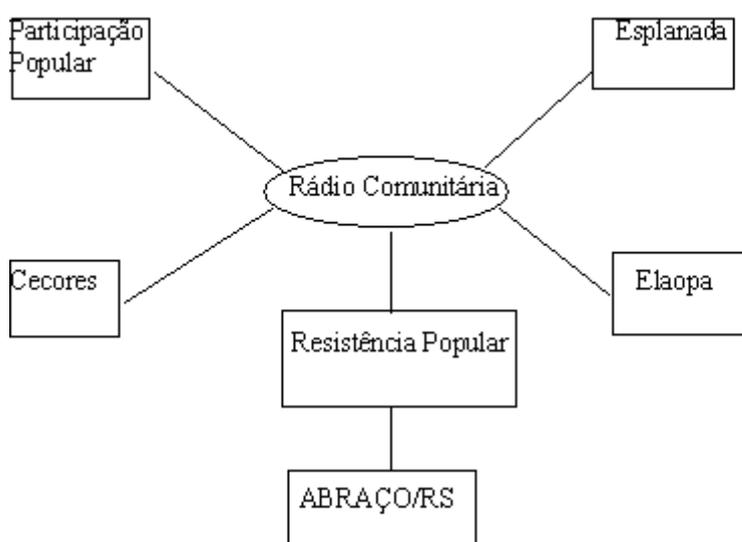
O segundo programa com maior audiência é o *Conversas de Mulher*, que segundo seus ouvintes proporciona momentos de discussão a respeito dos problemas locais, embora não trate especificamente de questões de gênero, além de apresentar especiais sobre cantoras e a sua obra. Portanto, cumpre duas funções, discute os problemas do próprio bairro através de notícias locais e apresenta questões culturais.

Para os ouvintes da Rádio Quilombo FM, os programas apresentados se constituem como um espaço de possíveis denúncias e discussão. Para os ouvintes: “tem coisas que são mais da micro que a rádio me parece ser isso assim, esse espaço que tem um convivência diária e ao mesmo tempo se constitui num espaço político de discussão” (ouvinte, 28 anos, estudante).

6.3 Momentos de Intersecção

O quadro abaixo pretende ilustrar os momentos de intersecção da rádio comunitária com a comunidade local. Esses momentos tornam-se visíveis através da configuração da participação popular, do espaço da Esplanada, do Cecores e Elaopa na construção das temáticas trabalhadas através da rádio comunitária. A ilustração apresenta também as formas de sustentação política da Rádio Quilombo FM que são representadas pelo movimento Resistência Popular e a entidade ABRAÇO/RS.

Quadro 6 – Momentos de intersecção



De acordo com o que foi apresentado no presente capítulo, pode-se inferir que o funcionamento da Rádio Quilombo FM pode possibilitar a constituição de uma *esfera pública específica, autônoma e temática* no bairro Restinga, alternativa aos valores tradicionais presentes na constituição da sociedade brasileira. A rádio constrói, portanto, um espaço de discussão que busca vincular-se com os fluxos comunicativos primários, atuando prioritariamente de acordo com princípios do agir comunicativo. A ação comunicativa ocupa lugar no espaço societário, no chamado mundo da vida. No espaço público construído pela

rádio isso se torna perceptível pelas discussões apresentadas no desenvolvimento da programação e pela vinculação estabelecida com os fluxos comunicativos primários, através da inserção de temáticas locais. Existe, portanto, uma contribuição fundamental na existência da rádio no bairro Restinga para a formação de valores de cunho democrático nas relações estabelecidas cotidianamente.

Dessa forma não há espaço para a presença de características da ação instrumental, mesmo que esta tenha colonizado o mundo da vida. Esta ação caracteriza-se por ser uma ação técnica que pretende atingir determinados fins, sendo que é predominante nos sistemas econômico e político, portanto no mundo sistêmico.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho de dissertação buscou discorrer sobre os dilemas da construção do espaço público. A utilização do aporte teórico de Hannah Arendt e Jürgen Habermas permitiu o desenvolvimento de uma discussão do caráter histórico sobre o conceito de esfera pública. Arendt problematizou o conceito desde sua concepção original na Grécia Antiga e Habermas desenvolveu uma análise sobre a formação, origem e decadência, da esfera pública burguesa no século XVIII.

No entanto, neste trabalho o conceito foi compreendido como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. A esfera pública, segundo o conceito habermasiano, apresentou características consideradas fundamentais ligadas ao debate em torno da teoria democrática. Diz respeito à possibilidade de estabelecimento de uma interação face à face, diferenciado do espaço do Estado. Nesse espaço prevalece o uso público da razão, através da relação entre participação e argumentação pública.

A formação da esfera pública no contexto do Brasil ocorreu de forma problemática. Autores, aqui destacados, apontam para a constituição de um espaço público permeado de valores como patrimonialismo, indistinção entre esfera pública e esfera privada e paternalismo. Essas características obstruíram o desenvolvimento da democracia e cidadania na sociedade civil e deixaram marcas na formação do Estado. O padrão autoritário, característico da formação de nossa esfera pública, repete-se nas relações estabelecidas cotidianamente, nas interações sociais e nas instituições estatais.

No entanto, a partir dos anos 70 o Brasil passou a vivenciar um novo contexto histórico e social, sendo que nesse contexto houve o revigoramento da sociedade civil. Movimentos sociais, associações de base e outros atores passaram a ter destaque. A partir dos anos 80 houve no Brasil um processo de construção de espaço público generalizado, em que novos atores sociais e políticos puderam atuar de acordo com suas práticas.

Inserido nesse momento, há o surgimento das rádios de caráter comunitário. Estas inauguram novas formas de organização da sociedade civil. Cogo (1988) destaca que entre os objetivos das rádios comunitárias está a democratização da comunicação, de forma que se agregou ao movimento maior de construção da sociedade civil e da esfera pública no cenário brasileiro. As primeiras rádios comunitárias surgiram na década de 40 na América Latina, em

países como Bolívia e Colômbia, com influência de setores sociais envolvidos com a igreja e sindicato. No Brasil, o nascimento da comunicação popular também está situado nos movimentos sociais, especificamente na emergência do movimento operário e sindical, urbano e rural, sendo que somente a partir dos anos noventa ocorreu uma difusão territorial das rádios comunitárias.

A veiculação da comunicação através da rádio comunitária foi interpretada como um instrumento de combate à algumas causas definidas como importantes. A citar, ação conjunta, solidariedade, interpretação de que a manutenção da transmissão da programação é um ato político de combate ao que é considerado o monopólio da comunicação.

A história da Rádio Quilombo FM, objeto desse estudo, começou no ano de 2006 e está vinculada ao esse processo de redemocratização da sociedade brasileira. Desde o seu nascimento até a configuração atual, a rádio passou por várias fases. No começo, havia a Rádio Resistência, que se tratava de uma experiência de comunicação esporádica. A rádio-poste, chamada de Rádio Corneta, transmitia do espaço da Esplanada sempre aos sábados, compunha assim uma segunda experiência radiofônica. A Rádio Quilombo FM nasceu desse processo de experiências, e hoje transmite sua programação aos sábados à tarde, direto de um estúdio. Possui uma programação variada, procurando aproximar o ouvinte do espaço Rádio Quilombo FM.

Quanto à caracterização da Rádio Quilombo FM, podemos dizer que ela se enquadra no tipo comunitário, pois como afirmara Peruzzo (1999), as rádios comunitárias são definidas pela organização do processo comunicativo. Portanto, definem-se como comunitárias as rádios que incluem as organizações da comunidade em que estão inseridas, no desenvolvimento da programação e gestão do veículo comunicativo. A Rádio Quilombo FM é gerida e organizada exclusivamente por moradores do bairro Restinga. Existe a constante preocupação de inserir os moradores do bairro que são ouvintes na construção da programação. Isso se evidencia através das práticas modeladores do cotidiano enfrentado pela rádio.

A pesquisa qualitativa, abordagem metodológica dessa dissertação, serviu para aproximar o pesquisador do objeto estudado. Como técnicas de investigação foram utilizadas entrevistas e observação participante.

A hipótese de investigação supõe que a articulação entre os espaços comunicativos primários e a rádio comunitária poderia estar se constituindo como experiência de construção de uma esfera pública democrática alternativa, rompendo, dessa forma, com os valores patrimonialistas, privatistas e autoritários característicos da formação histórico-social

brasileira. Essa condição requer necessariamente uma relação de autonomia da rádio comunitária em relação aos imperativos sistêmicos (característicos do poder e do mercado) e o predomínio do agir comunicativo na captação dos fluxos do mundo da vida e dos espaços comunicativos primários. A importância do funcionamento de uma rádio comunitária num contexto de bairro de periferia de uma grande cidade poderia estar nas possibilidades de manutenção ou criação de processos interativos geradores de vínculos de sociabilidade e baseados na interação social (não-instrumental) entre a população local e o processo comunicativo inaugurado pela rádio.

A esfera pública, no contexto inaugurado pelo funcionamento do rádio, poderia tornar-se o espaço receptor dos fluxos comunicativos vindos da vida cotidiana. Atuaria como intermediadora entre os impulsos comunicativos vindos do mundo da vida e os órgãos competentes que atuariam na sua articulação. Os objetivos foram perceber a conexão entre os fluxos comunicativos primários e a rádio comunitária e a rede social a partir disso formada.

A análise dos dados obtidos no trabalho de campo permitiu concluir que a experiência da Rádio Quilombo FM possibilita a construção de uma esfera pública alternativa, temática e autônoma no bairro Restinga, colaborando para ultrapassar, dessa forma, os valores tradicionais presentes na formação do espaço público brasileiro. A rádio comunitária cumpriu e ainda cumpre um papel fundamental no bairro Restinga, captando as demandas vindas dos fluxos comunicativos primários e formando uma esfera pública de discussão local.

O fim de um processo de dissertação não esgota as discussões por ela abordadas. Ao contrário, espera-se que esta propicie o nascimento de novas abordagens, bem como possibilite o levantamento de outros problemas acerca da formação da esfera pública brasileira, em especial nos contextos de periferia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública e participação local. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, jul/dez 1999, p. 18 – 43.
- _____. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo: Perspectiva – Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- _____; DOMINGUES, José (orgs.). **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BAUER, Martin, GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BARNES, J. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades complexas – Métodos**. São Paulo: Global, 1987.
- BARBOSA, Marialva. Paradigmas de construção do campo comunicacional. In: BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio; WEBER, Maria Helena. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CALDEIRA, Teresa. Uma incursão pelo lado não respeitável da pesquisa de campo. In: **Ciências Sociais Hoje** – Trabalho e Cultura no Brasil. Recife e Brasília, CNPq/ANPOCS, 1981.
- CARDOSO, Ruth Correia. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. In: SORJ, B., ALMEIDA, M.H.T. (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- CORTES, Soraya Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, 1998, Porto Alegre, v. 9, p. 11 – 47.

COSTA, Sérgio. **Contextos da construção do espaço público no Brasil**. Revista Novos Tempos. CEBRAP, n. 47, 1997.

_____. **Do simulacro e do discurso**: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil. Comunicação e política, v. 4, n.2. 1997.

_____. **Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil**: uma abordagem tentativa. Novos estudos, n. 38, 1994.

_____. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, São Paulo, 1997.

_____. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

COSTA, Sérgio; AVITZER, Leonardo. **Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública**: Concepções e Usos na América Latina. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703 – 729.

GORCZEWIKI, Deisimer. **Micropolíticas da juventude e visibilidades transversais**: in(ter)venções audiovisuais na Restinga, em Porto Alegre. 2007, 351 f. Tese de doutorado em Ciências da comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90**: Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, p. 103-115, 1994.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DURHAM, E. R. Movimentos sociais e construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 10, out. 1984.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1997. V. 1.

_____. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1995. V. 2.

FEDOZZI, Luciano. **O eu e os outros**: a construção da consciência social no orçamento participativo de Porto Alegre. UFRGS, Tese de doutorado, Porto Alegre: 2002.

_____. Orçamento Participativo e esfera pública: elementos para um debate conceitual. In: FISCHER, Nilton. MOLL, Jaqueline (org.). **Por uma nova esfera pública**: a experiência do orçamento participativo. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo editorial, 1997.

_____. **O poder da aldeia**: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANÇA, VERA. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César. **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: autêntica, 2006.

FREITAG, Bárbara. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. São Paulo: Papyrus, 1992.

FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo(org.). **Habermas**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo, Ática, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUEBEL, Claudia. O bar da Titã: política e redes sociais. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio(org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Mudança estrutural de esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. In: GIDDENS, A; TURNER, J. (org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais no Brasil. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 9, 1980.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

- GIRARDI JR, Liráucio. **Poder simbólico, mídia e cidadania**. Revista *Communicare*, vol. 5. n.1, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1991.
- LIMA, Venício; LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999 – 2004)**. Observatório de imprensa, PROJOR, 2007. Formato PDF.
- LONGHI, Carla Reis. **Origens do conceito de opinião pública: um diálogo com Hannah Arendt e Jürgen Habermas**. Revista *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo, 2006. v.28 n.46.
- MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1987.
- MAIA, Rousiley Celi Moreira. Identidade e discurso: a inclusão do outro. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, Vol. IV N 1 – Junho de 2002.
- _____. A mídia e o novo espaço público. **Comunicação e política**, Rio de Janeiro, v. V, n. 01, jan/abril, 1998.
- MAIA, Rousiley Celi Moreira; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spinola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- MARQUES, Eduardo César. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.
- MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizado a partir das políticas urbanas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n. 60, São Paulo, fev/2006.
- MARTÍN–BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. Uma arqueologia do conceito de “mundo da vida” na teoria da ação comunicativa. In: DE BONI, Luis A. (org.). **Finitude e transcendência: festschrift em homenagem a Ernildo Stein**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MAYER, Adrian. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades complexas – Métodos**. São Paulo: Global, 1987.
- OLIVEIRA, Luís Cardoso de. **Justiça, solidariedade e reciprocidade: Habermas e a antropologia**. Brasília: Série Antropologia, 1993.
- PACHECO, Alex...[et al.] (org.). **Vivenciando a cultura na Restinga**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2007.

PERUZZO, Cicília Maria. **Comunicação popular nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. (org.) **Comunicação e culturas populares**. São Paulo, INTERCOM, 1995.

_____. Mídia comunitária. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 30, p. 141-156, 1998.

QUIVY, Raymond, CAMPNHOUDT. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. **As bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. Atualidade de Raymundo Faoro. **Revista Dados**, vol. 46, n. 02, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Sandra Sueli Garcia de. **Rádios ilegais: da legitimidade à democratização das práticas**. Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (UMES). São Bernardo do Campo, SP, Brasil, agosto, 1997.

TEIXEIRA, Graziela Dias. **Rádio comunitária: um instrumento de inserção na esfera pública**.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1º sem. 1990.

_____. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p. 91 – 102, 1994.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHFELDT, Antonio. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

ANEXO A - ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA

1. Pessoal

1. Idade:
2. Sexo F () M ()
3. Escolaridade:
4. Profissão:
5. Mora na Restinga? Há quanto tempo?
6. Qual sua participação na organização da rádio?
7. Porque se envolveu com a Rádio?
8. Como e quando começou a trabalhar aqui? (relacionar com fases da Rádio)
9. Já possuía alguma experiência na área da comunicação?
10. Que tipo de vínculo tem com a rádio? a) Voluntário b) alguma forma de remuneração? Qual? Acha que deveria ter remuneração para quem trabalha na rádio? Isso está nos planos para o futuro?
11. Está inserido em algum movimento social ou organização? Por quê?
12. Está satisfeito com o atual funcionamento da rádio? (Essa pergunta poderá captar mais a avaliação do trabalho em si – operativo - do que a possível função da Rádio na visão deles. Qual tua percepção quanto ao papel social da Rádio)
13. Gostaria de efetuar alguma mudança na dinâmica da Rádio? Por quê?
14. Como a rádio se relaciona com a comunidade local? Existem contatos fora do momento em que a rádio está no ar? Que tipos de contatos são feitos (classificar) e com quem? Por que são importantes esses contatos?
15. Como a Rádio se sustenta? (tentar captar a percepção quanto à relação entre mercado, o funcionamento da rádio e suas possíveis funções atribuídas por eles).
16. Tem alguma espécie de patrocínio? Em algum momento teve?
17. A rádio recebe ou já recebeu apoio governamental ou de setores políticos? Que tipo de apoio? Como você vê essa possível relação entre a Rádio e a política?
18. Na tua percepção a Rádio está produzindo algum impacto na vida da comunidade e no bairro?
19. Que tipo de impacto e qual sua possível importância para a comunidade?
20. Qual seria sua visão de futuro da rádio? Ou seja, como você imagina o projeto da rádio de forma ideal? Por que deveria ser assim?

2. Gerais/histórico.

1. Como nasceu a idéia da rádio?

2. Fale da trajetória da rádio.
3. Como conseguiram a infra-estrutura: Prédio/equipamentos? A quem pertence?
4. O funcionamento da rádio se deu de maneira constante desde a sua inauguração?
5. Em caso de interrupção quais foram os motivos e como eles foram enfrentados por vocês?
6. Quais são os programas levados ao ar (grade) e dentre eles qual tem a maior importância na sua visão? Por quê?
7. Como são elaboradas as pautas da rádio? Quando e quem participa da definição?
8. A Rádio tem contatos com outras rádios comunitárias?

2. Comunidade

Costuma escutar a rádio? Desde quando? Por quê?

1. Qual a importância da rádio para os moradores da Restinga?
2. Quais são os laços da rádio com o bairro?
3. O que caracteriza uma rádio comunitária?
4. Como é construída a programação da rádio?
5. Qual a vinculação atual da rádio com a feira existente na praça central? Qual o histórico desse vínculo? (essa pergunta não deve ser direta; a questão é perceber se essa relação aparece nas percepções dos ouvintes e dos operadores da rádio por que ela pode ser um indicador de vínculo – perdido? – com os espaços públicos primários)
6. Qual o objetivo da rádio?
7. A rádio cumpre os objetivos a que se propõem?

ANEXO B - CÓDIGO DE ÉTICA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Código de Ética

Art. 1º - A radiodifusão comunitária tem como premissa fundamental a intransigente defesa e prática da democracia na sociedade, da qual é componente essencial a democratização da comunicação de massa, especialmente o rádio e a televisão.

Art. 2º - A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço/RS) situa-se no campo dos movimentos populares, sendo seus associados comprometidos com os interesses e lutas destes setores sociais, marcadamente contra qualquer forma de exclusão, discriminação ou preconceito, seja de raça, gênero, religião, orientação sexual, convicção política ideológico partidária ou condição social.

Art. 3º - As entidades ligadas à Abraço/RS se comprometem a lutar pela democratização e controle público dos meios de transmissão pela sociedade civil organizada e rejeitam, no seu quadro associativo, a propriedade individual das emissoras de rádio e televisão comunitária, que deve ser de caráter social de gestão pública.

Art. 4º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária devem pertencer a entidades de caráter cultural e comunitário, sem fins lucrativos, constituídas prioritária e preponderantemente, por organizações e movimentos formais e não-formais, sendo controladas por conselhos comunitários em que os diversos setores da comunidade estejam representados.

Art. 5º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de não realizarem nem possibilitarem qualquer tipo de proselitismo, seja político-partidário, religioso ou de qualquer outra espécie.

Art. 6º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de buscar refletir a pluralidade de opiniões que envolvem os fatos divulgados, resguardando os direitos individuais e coletivos.

Art. 7º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de apoiar, preservar e difundir as atividades culturais das comunidades em que

estão inseridas.

Art. 8º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de respeito mútuo, o que, entre outras coisas, significa observar a compatibilização de frequências e potências e áreas de abrangência.

Art. 9º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de buscar o aprimoramento técnico e o desenvolvimento de uma linguagem adequada à comunidade. - **Art. 10º** - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de manter uma grade de programação variada, onde esteja garantido o debate das idéias e o acesso das entidades, movimentos e pessoas da comunidade, para apresentarem reivindicações, sugestões, denúncias de violações de direitos e posicionamentos.

Art. 11º - A busca de apoios culturais e publicidade pelas entidades e emissoras de radiodifusão comunitária deve garantir o acesso de empresas de pequeno porte da comunidade, que tem dificuldade de acesso aos grandes meios de comunicação de massa.

Art. 12º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de desenvolverem, com as organizações e pessoas que a constituem, mecanismos para a sua manutenção, buscando sua autonomia financeira e sem estabelecer qualquer vínculo de dependência.

Art. 13º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de defesa dos direitos da cidadania, divulgando as garantias constitucionais e legais, como o Código de Defesa do Consumidor, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Estatuto da Criança e do Adolescente, etc, inclusive através da realização de campanhas denunciando suas violações.

Art. 14º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de contribuir decididamente com os projetos de educação social da comunidade, realizando campanhas educativas e de esclarecimentos, sempre norteadas pela valorização da vida.

Art. 15º - As entidades e emissoras de radiodifusão comunitária têm o compromisso de manter seus

equipamentos em funcionamento adequado, de maneira a não prejudicar outras emissoras ou serviços de telecomunicações.

Este Código de Ética foi aprovado durante o I
Congresso Estadual da

Abraço/RS, em 11 de dezembro de 1999.

Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

ANEXO C - NOTÍCIA SOBRE O A APREENSÃO DOS EQUIPAMENTOS DA RÁDIO RESTINGA FEITO PELA ANATEL EM 2004

Rádio Comunitária Restinga é roubada pela ANATEL e Polícia Federal
Por COMUNICAÇÃO 06/08/2004 às 02:35

Na quarta-feira, dia 04, por volta das 16h, a Rádio Comunitária Restinga de Porto Alegre/RS teve os equipamentos apreendidos pela ANATEL. Cerca de doze homens da Polícia Federal acompanharam a operação, levando todos os equipamentos da rádio. A última vez que a Restinga havia sido repreendida foi em agosto de 2002, quando os equipamentos foram lacrados.

O mandato de busca e apreensão dos equipamentos foi expedido pelo juiz da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal de Porto Alegre com data em 07 de julho de 2004. No entanto, a represália à rádio vem a ocorrer na semana em que a comunidade realizou diversas manifestações reclamando da precarização da saúde no bairro. A Rádio Comunitária, inclusive, foi protagonista nessa luta realizando entrevistas e recebendo diversas ligações da comunidade que aderiu a causa que motivou os protestos.

A repressão sofrida pela Rádio da Restinga é resultado da campanha “Grito da Radiofusão no Combate à Ilegalidade e Pirataria”, promovida pela Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (AGERT). Essa campanha difamatória foi lançada pela AGERT no dia 2 de abril deste ano, contando com a adesão da ANATEL, Ministério Público e Poder Judiciário. Entre algumas das medidas tomadas a partir dessa campanha, estão a sofisticação das tecnologias de rastreamento e a criação de um órgão exclusivo da polícia civil para combater as rádios “ilegais”.

Notícia publicada no dia 06/08/2004.

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/08/288115.shtml>.